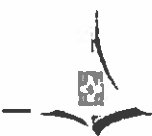


Cópia



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA –PROCAD**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.**

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
SERPET

21/09/2012

12:50:24

21866

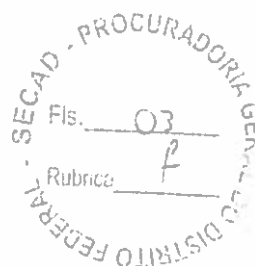


URGENTE

DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Procurador infra-assinado, regularmente constituído por força de lei, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento no art. 4º da Lei n.º 8.437/92, formular o presente

PEDIDO DE SUSPENSÃO DE TUTELA CAUTELAR,

provimento jurisdicional este proferido nos autos da Ação de Recuperação Judicial n.º **2009.01.1.161860-9**, requerida pela empresa **LOTAXI – TRANSPORTES URBANOS LTDA.** perante a Vara de Falências, Recuperação Judicial, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal, que indiretamente determinou a imediata suspensão do procedimento licitatório deflagrado pelo Edital de Concorrência Pública nº 1/2011-ST e cujo objeto é a Concessão de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.



1. SÍNTESE DOS FATOS QUE CULMINARAM NA DECISÃO ORA IMPUGNADA

A empresa LOTAXI - TRANSPORTES URBANOS LTDA., sociedade empresária que compõe o Grupo Econômico capitaneado pelo empresário Wagner Canhedo Azevedo Filho, digã-se, ajuizou Ação de Recuperação Judicial perante a Vara de Falências, Recuperação Judicial, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal, demanda esta que foi tombada sob o n.º 2009.01.1.161860-8 e cujas cópias autênticas das principais peças seguem em anexo (**anexo 1**), onde pode ser identificada, inclusive, a presença decisão ora hostilizada.

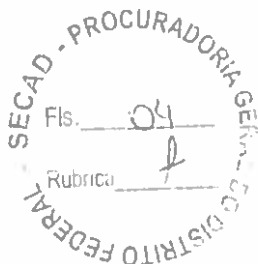
Após a análise preliminar, o Juízo processante da Ação de Recuperação Judicial deferiu o processamento do pleito, passando a empresa requerenda a fazer jus aos benefícios próprios do procedimento instaurado.

Ocorre que, no curso do trâmite processual, a empresa LOTAXI atravessou petição requerendo: (i) que fosse suspenso o procedimento licitatório deflagrado pelo Edital de Concorrência Pública n.º 01/2011 - ST, publicado pela Secretaria de Transportes do Distrito Federal; **ou** (ii) que fossem excluídas daquele certame as linhas que hoje são objeto de permissão à agravada; **ou** (iii) que se determine seja prorrogado o contrato da agravada pelo prazo mínimo de 24 meses.

Acolhendo os argumentos da empresa ali requerente, o Juízo processante da Recuperação Judicial, **sem oportunizar o contraditório ao Distrato Federal personificado na Comissão Licitatória**, proferiu decisão interlocutória cuja parte dispositiva possui o seguinte comando:

"[...]

Logo, como bem salientou o Ministério Público, a licitação deve prosseguir, nos limites da lei, sendo necessário sopesar a preservação da atividade econômica como interesse difuso, legitimamente protegido como princípio da ordem econômica (preceito constitucional), com a melhoria do serviço de transporte público e abranger todo o DF (preocupação



também constante da lei maior)

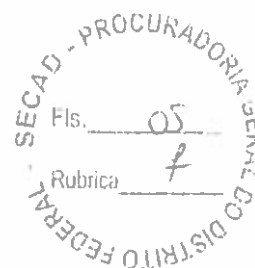
*Por isso mesmo, na ponderação de tais valores, defiro parcialmente o pedido da Recuperanda, determinando à Comissão de Licitação que exclua/suspenda da Concorrência Pública n. 01/2011 – ST, no estágio em que se encontrar a licitação, as linhas operadas pela frota da Recuperanda até que o DF comprove perante este Juízo aditamento ao edital, ressaltando em relação à Recuperandas regras de transição constantes do art. 42 e seus parágrafos, da Lei 8.987/95, sob pena de eventual caracterização de crime de desobediência.
[...]"*

Como se vê do excerto acima, **o principal argumento utilizado** pelo Juízo de primeira instância para acatar o infundado pleito da empresa LOTAXI – TRANSPORTES URBANOS LTDA. **foi a ponderação de interesses**, onde, *data vênia*, **de forma equivocada**, privilegiou-se o **interesse privado em detrimento do interesse público**.

É justamente em face dessa decisão que ora se suplica a **imediata intervenção** dessa Egrégia Presidência do Colendo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, uma vez que, além de flagrante ilegitimidade, a decisão cujos efeitos ora se pede a suspensão, acaso cumprida, poderá causar **grave lesão à ordem pública administrativa e econômica**.

2. DO CABIMENTO E DA COMPETÊNCIA DA SUSPENSÃO DE LIMINAR

Consoante disciplina o art. 4º da Lei Federal nº 8.437/92, o Presidente do Tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso poderá suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar concedida em ações propostas contra o Poder Público, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.



Na hipótese concreta, a decisão interlocutória que pode causar grave lesão à ordem pública, administrativa e econômica foi proferida pelo magistrado da Vara de Falência e Recuperação Judicial do Distrito Federal, órgão jurisdicional vinculado a este Colendo Tribunal, razão pela qual não resta dúvida acerca do cabimento e da competência dessa Eminente Presidência para processar e julgar o presente pedido.

3. DAS RAZÕES PARA O IMEDIATO DEFERIMENTO DO PEDIDO E, CONSEQUENTEMENTE, SUBTRAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO IMPUGNADA.

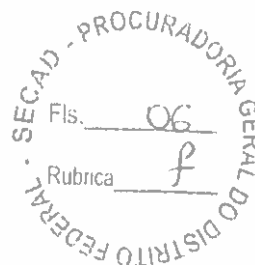
Nobre Julgador, como dito acima, o caso requer a imediata e enérgica intervenção dessa Egrégia Presidência, uma vez que a decisão proferida pelo Juízo de primeira instância, se cumprida pelo Distrito Federal, trará **grave lesão à ordem econômica, social e à administrativa**, além de consubstanciar-se em um pronunciamento judicial dotado de **flagrante ilegitimidade**.

Expliquemos melhor:

3.1 DA FLAGRANTE ILEGITIMIDADE DA TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA: VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO

Excelência, a decisão cuja suspensão ora se requer afigura-se dotada de flagrante **ilegitimidade**!

Afirma-se isso, pois, conforme de vê da cópia parcial dos autos judiciais da Recuperação Judicial (**anexo 1**), o magistrado de primeira instância ao receber o pleito da LOTAXI – TRANSPORTES URBANOS LTDA. consistente na suspensão da Licitação citada, determinou a oitiva do Ministério Público e do Administrador Judicial, mas, **não se sabe por que razão, olvidou-se de determinar a oitiva do Distrito Federal, ente diretamente interessado naquele pleito.**



Ao assim proceder, aquele Juízo processante incorreu em **flagrante violação ao princípio do contraditório**, princípio este, nunca é demais lembrar, que possui índole constitucional (art. 5º, LV, CRFB).

Afirma isso, pois a mera possibilidade de deferimento do pedido interferiria diretamente na esfera jurídica da Administração Pública – tal como aconteceu –, razão pela qual a bilateralidade de audiência era medida que se impunha, mas não ocorrera.

Como é de conhecimento basilar, os princípios constitucionais devem servir de norte para **todas** as decisões judiciais, independentemente dos interesses envolvidos na demanda. É dizer, a decisão proferida em total menosprezo a um ou mais princípio constitucional padece de manifesta nulidade e, conseqüentemente, afigura-se dotada de ilegitimidade manifesta.

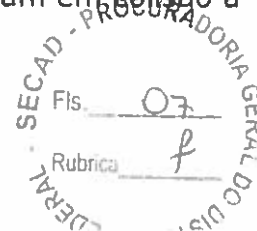
Nessa perspectiva, **ao fazer do princípio contraditório letra morta**, a decisão proferida pelo Juízo processante da Ação de Recuperação Judicial em comento encontra-se eivada de **flagrante ilegitimidade**, vício este insanável, devendo, assim, o presente pedido ser acolhido a fim de que sejam suspensos os efeitos da decisão citada.

Mas há mais.

3.2 DA FLAGRANTE ILEGITIMIDADE DA TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA: VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO

Não obstante a violação ao princípio constitucional do contraditório seja o suficiente para demonstrar a flagrante ilegitimidade da decisão interlocutória proferida pelo magistrado de primeira instância, ela também o é em decorrência da premissa argumentativa sobre a qual foi alicerçada.

É que, conforme se vê na parte derradeira da decisão hostilizada, o magistrado de primeiro grau utilizou-se da **ponderação de valores** para acolher o pleito da empresa LOTAXI. Segundo ele, estavam em colisão a "preservação da



atividade econômica" e a "melhoria do serviço de transporte coletivo", optando, o magistrado, pelo primeiro preceito em detrimento deste último.

Isto mesmo, Excelência, está claro na decisão objurgada que na colisão entre a **melhoria na prestação do serviço público** e a **preservação da atividade econômica**, esta última deveria prevalecer. Pasmem, mas foi justamente este o fundamento daquele pronunciamento jurisdicional!

Ao decidir nesse sentido, o órgão jurisdicional ora em foco olvidou-se de que o princípio da **supremacia do interesse público sobre o interesse privado** é a norma mãe do Estado de Direito e dele, ao lado do princípio da dignidade da pessoa humana, emanam **todos** princípios reguladores da vida em sociedade.

Em outro dizer, *"o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado é princípio geral de Direito inerente a qualquer sociedade. É a própria condição de sua existência"*¹, é um pressuposto lógico do convívio social, como tal, deve pautar a conduta administrativa, mas tais circunstâncias não tocaram o Juízo de primeiro grau.

Não pairam dúvidas sobre o conteúdo e alcance do princípio em tela: toda vez que estiverem em colisão o **interesse público** e o **interesse privado**, este deve submergir, devendo **aquele prevalecer, sempre**.

No caso dos autos, não há de ser diferente. Estando em conflito o interesse da LOTAXI em ver a sua atividade perpetuada, ainda que contra a lei e de forma extremamente precária, diga-se, com o interesse público consistente na melhoria do serviço de transporte público coletivo distrital, não resta a mínima dúvida que a coletividade deve ser prestigiada, ao contrário de como pensou o Juízo de primeira instância.

Ante tão escancarada **violação ao princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado**, assoma evidente que também por esse motivo a decisão em comento **afigura-se flagrantemente ilegítima**, devendo, assim, ter os seus **efeitos suspensos**.

¹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*, 17ª ed., rev. e atual., São Paulo: Malheiros Editores, 2004, pág. 87.

Mas não é só!

3.3 DA GRAVE LESÃO À ORDEM PÚBLICA ADMINISTRATIVA

Não obstante tais substanciosos argumentos sejam bastantes em si para que seja determinada a suspensão dos efeitos da decisão impugnada, cumpre demonstrar as graves lesões que o seu cumprimento poderá acarretar. Começemos pela **grave lesão à ordem pública administrativa**.

A decisão ora impugnada determinou a exclusão do procedimento licitatório em curso as linhas que atualmente são objeto de delegação (ilegal, diga-se) à empresa LOTAXI.

Ocorre que, embora não esteja expresso na decisão, os **seus efeitos terminarão por acarretar a suspensão de todo o procedimento licitatório**.

Explica-se: o modelo de delegação de serviço que está sendo inaugurado pelo novel certame é diverso do que está sendo utilizado até então. A delegação do serviço atualmente em vigor divide o Distrito Federal em **linhas**, nas quais são delegadas às empresas a execução do transporte de um ponto de início até um ponto final, ao passo que no novo sistema o Distrito Federal é geograficamente dividido em **cinco bacias ou lotes**.

Conforme de vê da documentação anexa (**anexo 2**), **as empresas do Grupo Canhedo, incluindo-se aí a LOTAXI**, opera em diversas linhas, linhas estas que encontram-se situadas em **todos** os lotes licitados (**anexo 3 – edital da licitação**). Isto é, a exclusão das linhas operadas pela empresa LOTAXI do certame **acarretará a paralisação de todo o certame**, embora tal fato não tenha ficado explícito na decisão impugnada.

E a paralisação do procedimento licitatório no estágio em que se encontra trará uma grave lesão à ordem pública, pois impede a atuação regular Administração Pública sem causa legítima.

A jurisprudência do Excelso Pretório tem acolhido, para fixar o que se deve entender por ordem pública no pedido de suspensão, o entendimento

formado ainda no âmbito do extinto Tribunal Federal de Recursos, a partir do julgamento do *leading case* (SS nº 4.405/SP) relatado pelo então Presidente daquela Corte, Min. Néri da Silveira:

"Quando na Lei nº 4.348/64, art. 4º, se faz menção à ameaça de lesão à ordem, tenho entendido que não se compreende, aí, apenas a ordem pública, enquanto esta se dimensiona em termos de segurança interna, porque explicitamente de lesão à segurança, por igual, cogita o artigo 4º, da Lei 4.348/64. Se a liminar pode constituir ameaça de grave lesão à ordem estabelecida para a ação da Administração Pública, por força da lei, nas suas múltiplas manifestações, cabe ser suspensa sua eficácia pelo Presidente do Tribunal. Não pode, em verdade, o juiz decidir contra a lei. Se esta prevê determinada forma para a prática do ato administrativo, não há o juiz, contra a disposição normativa, de coarctar a ação do Poder Executivo, sem causa legítima. Fazendo-o, atenta contra a ordem estabelecida, em lei, para os atos da Administração". (grifou-se)



Assim, inserto no conceito de ordem pública está o de ordem administrativa em geral, concebida esta como a **normal execução de serviços públicos, o regular andamento das obras públicas, o devido exercício das funções da Administração pelas autoridades constituídas.**

Como se vê no trecho do voto reproduzido acima, o Estado-juíz não pode pretender fazer às vezes de Estado-administração, **decidindo contra legem**. Se assim fizer, este ato judicial traduzirá ofensa à ordem pública.

Diga-se, por oportuno, consoante será demonstrado adiante, que a decisão hostilizada, além de ferir princípios estruturantes do Estado Direito, o que por si só já denota os traços de ilegalidade, foi também proferida em manifesta contrariedade ao que dispõe o artigo 42 e 43 da Lei 8.987/95 (item 3.5 do presente petítório).

Por certo, o princípio da legalidade, que autoriza a suspensão de decisões judiciais que dele destoam, deve ser o mais abrangente possível, para o fim de contemplar eventuais vulnerações à própria Carta da República. Nem

poderia ser de outra forma, uma vez que a Constituição não deixa de ser uma lei, emanada dos representantes populares eleitos pelo povo. Aliás, possui especial condição: é lei suprema (princípio da supremacia constitucional), exigindo ser observada por toda a nação, incluindo os Poderes constituídos, em face do modelo de Constituição rígida.

Logo, a medida de **contracautela** buscada temporariamente objetiva sustar a eficácia de decisão que afronta não só disposições legais, mas também desrespeita a ordem público-administrativa traçada pelo constituinte derivado e pelos dogmas estruturantes do Estado de Direito.

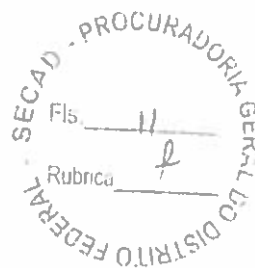
3.4 DA LESÃO À ORDEM ECONÔMICA

A decisão causa ainda lesão à ordem econômica local na medida em que se trata de uma licitação que envolve a aplicação de vultosos recursos e pretende uma reforma completa no atual notoriamente deficiente sistema de transporte rodoviário de passageiros do Distrito Federal, o que **envolve bilhões de reais em investimentos**.

Para se ter uma ideia do vulto que o procedimento licitatório poderá atingir, se considerado o prazo de vigência do contrato de concessão, que é de 10 (dez) anos, a prestação do serviço poderá trazer de retorno para os licitantes, a título de faturamento, **quantia superior a 150 bilhões de reais**.

Além disso, há, de fato, enorme **expectativa de toda a sociedade** local que deseja urgente melhoria no transporte público local. O setor está mobilizado para participar da Concorrência e a suspensão dos Efeitos do Edital pode desmotivar a participação de grupos empresariais interessados em operar na Capital do País.

Resta então também ferida a ordem econômica, pelas nefastas repercussões geradas pela decisão interlocutória ilegal e sem motivo legítimo para tanto.



3.5 DA FLAGRANTE ILEGALIDADE DA DECISÃO: QUESTÕES RELATIVAS À EVENTUAL INDENIZAÇÃO

Conforme se observa da documentação em anexo (**anexo 1**), tanto o pleito da empresa LOTAXI como a decisão recorrida fizeram menção ao fato de que o advento da licitação poderá ferir de morte eventual direito à indenização das atuais prestadoras de serviço de transporte coletivo com base no artigo 42 da Lei 8.987/92, Lei das Permissões e Concessões do Serviço Público.

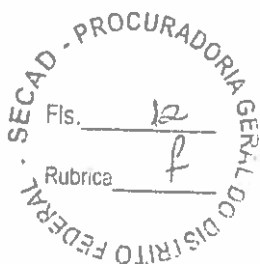
Ocorre que, com o devido respeito das opiniões em contrário, este entendimento não pode prevalecer. Para uma melhor compreensão do tema, observe-se o teor do dispositivo que trata do assunto:

"Art. 42. As concessões de serviço público outorgadas anteriormente à entrada em vigor desta Lei consideram-se válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato de outorga, observado o disposto no art. 43 desta Lei.

§ 1º Vencido o prazo mencionado no contrato ou ato de outorga, o serviço poderá ser prestado por órgão ou entidade do poder concedente, ou delegado a terceiros, mediante novo contrato. (Redação dada pela Lei nº 11.445, de 2007).

§ 2º As concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força de legislação anterior, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3º As concessões a que se refere o § 2º deste artigo, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize ou que possuam cláusula que preveja prorrogação, terão validade máxima até o dia 31 de dezembro de 2010, desde que, até o dia 30 de junho de 2009, tenham sido cumpridas, cumulativamente, as seguintes condições: (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).



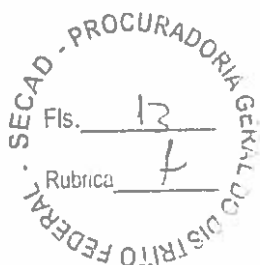
I - levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infra-estrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, observadas as disposições legais e contratuais que regulavam a prestação do serviço ou a ela aplicáveis nos 20 (vinte) anos anteriores ao da publicação desta Lei; (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).

II - celebração de acordo entre o poder concedente e o concessionário sobre os critérios e a forma de indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, apurados a partir dos levantamentos referidos no inciso I deste parágrafo e auditados por instituição especializada escolhida de comum acordo pelas partes; e (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).

III - publicação na imprensa oficial de ato formal de autoridade do poder concedente, autorizando a prestação precária dos serviços por prazo de até 6 (seis) meses, renovável até 31 de dezembro de 2008, mediante comprovação do cumprimento do disposto nos incisos I e II deste parágrafo. (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).

§ 4º Não ocorrendo o acordo previsto no inciso II do § 3º deste artigo, o cálculo da indenização de investimentos será feito com base nos critérios previstos no instrumento de concessão antes celebrado ou, na omissão deste, por avaliação de seu valor econômico ou reavaliação patrimonial, depreciação e amortização de ativos imobilizados definidos pelas legislações fiscal e das sociedades por ações, efetuada por empresa de auditoria independente escolhida de comum acordo pelas partes. (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).

§ 5º No caso do § 4º deste artigo, o pagamento de eventual indenização será realizado, mediante garantia real, por meio de 4 (quatro) parcelas anuais, iguais e sucessivas, da parte ainda não



amortizada de investimentos e de outras indenizações relacionadas à prestação dos serviços, realizados com capital próprio do concessionário ou de seu controlador, ou originários de operações de financiamento, ou obtidos mediante emissão de ações, debêntures e outros títulos mobiliários, com a primeira parcela paga até o último dia útil do exercício financeiro em que ocorrer a reversão. (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).

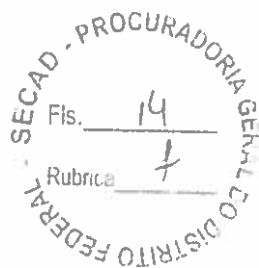
§ 6º Ocorrendo acordo, poderá a indenização de que trata o § 5º deste artigo ser paga mediante receitas de novo contrato que venha a disciplinar a prestação do serviço. (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007)."

Vejamos quais as normas que podem ser extraídas de tais dispositivos:

3.5.1 DA CORRETA EXEGESE DO §2º DO ART. 42 DA LEI 8.987/95

O Distrito Federal não possui lei específica e própria que trate da delegação dos serviços públicos na forma negocial por meio dos contratos de concessão e permissão, razão pela qual a Lei Federal n.º 8.987/95 possui plena aplicabilidade ao caso. Dentre as normas que tratam do tema, merecem destaque o §2º do art. 42 e o art. 43, todos da Lei n.º 8.987/95.

Nessa toada, deve-se examinar a **norma que se extrai do dispositivo** norteador da decisão ora impugnada. Para tanto, pede-se vênha para transcrever mais uma vez o §2º do art. 42 da Lei 8.987/95:



"§2º As concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força de legislação anterior, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses"

Este dispositivo faz parte de um conjunto de regras encartadas na parte das "*disposições finais e transitórias*" do Diploma Normativo em comento, o que já traduz a sua natureza não definitiva, mas sim temporária.

Tais regras fizeram-se necessárias para regulamentar as situações existentes antes de 1995, ano da publicação da Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos (Lei n.º 8.987/95), época em que existia um vácuo normativo em relação aos contratos de concessão e permissão de serviços públicos até então existentes.

Assim, criaram-se regras para assegurar os direitos dos concessionários, mas estabeleceram-se também disposições para regularizar a situação da delegação dos serviços públicos nas entidades federativas que haviam descumprido o comando Constitucional.

É que o artigo 175 da Constituição da República, ao tratar do tema relativo à prestação de serviços públicos previu que eles poderiam ser prestados por particulares, **desde que** fossem observados **dois requisitos essenciais: prévia licitação** na modalidade concorrência e celebração de **contrato de concessão ou permissão** de serviço público.

Ocorre que, como era comum à época da publicação da Lei 8.987/95 a prática absurda de delegação de serviços públicos sem a prévia licitação e, muitas vezes, até mesmo sem qualquer formalização por meio de um contrato, o legislador infraconstitucional se viu obrigado a regulamentar as situações esdrúxulas até então existentes.

Por conta disso, o legislador estabeleceu as regras de transição previstas nos parágrafos e incisos constantes entre os artigos 42 e 43 da citada lei.

Nessa medida, o §2º do artigo 42 não pode ser interpretado isoladamente, mas sim em conjunto com o que dispõe o seu *caput* e com o que determina o artigo 43.

O *caput* do artigo 42 é claro ao dispor que as concessões de serviço público outorgadas anteriormente à sua entrada em vigor (14 de fevereiro de

1995) consideram-se válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato de outorga, **observando-se o teor do artigo 43.**

Por sua vez, o artigo 43, **sem qualquer ressalva**, dispõe que todas as concessões de serviços públicos outorgadas **sem prévia licitação** durante a vigência da Constituição da República de 1988 ficam **automaticamente extintas.**

Em outras palavras, somente os contratos de **concessões e permissões** que tenham sido **celebrados após uma prévia licitação serão submetidos à regra encartada no §2º do artigo 42.** Em contrapartida, os contratos de concessão ou permissão que foram celebrados sob a égide da Constituição da República de 1988 **sem que tivesse ocorrido uma prévia licitação não serão considerados válidos e não gerarão direito à indenização alguma.**

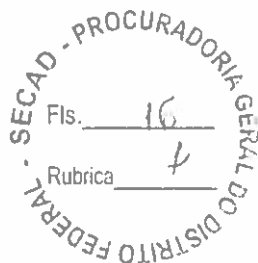
Esse, inclusive, é o entendimento uníssono no âmbito do **Superior Tribunal de Justiça**, valendo a colação da ementa abaixo para bem exemplificar tal posicionamento:

"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE COLETIVO. AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO. VIOLAÇÃO À CONSTITUIÇÃO E À LEI N. 8.987/95. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À INDENIZAÇÃO.

[...]

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 175, I, estabelece que "incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos". Na mesma esteira, a Lei n. 8.987/95 impõe a realização de licitação para a ocorrência de permissão.

Na hipótese em exame, independentemente da natureza da permissão (condicionada ou não), inexist



direito à indenização, porque a exigência legal de realização de licitação não foi cumprida.

A assinatura do Termo de permissão inicial em período anterior à Constituição Federal não gera qualquer direito ao equilíbrio econômico financeiro, uma vez que a licitação era obrigatória também naquela época. "O princípio da isonomia, por si só, independe de qualquer norma, obriga a Administração a valer-se do procedimento da licitação e ao estabelecer esta obrigatoriedade erige a própria licitação em princípio, pois mesmo na ausência de normas específicas, está a Administração obrigada a utilizar-se de procedimentos licitatórios (RDP 88/85)" (Adilson Abreu Dallari).

Apenas a título de argumentação, **saliente-se que o artigo 42, § 2º, da Lei n. 8.987/95, assim como o artigo 55, II, "d", do Decreto-lei n. 2.300/86 e 59 da Lei n. 8.666/93, aplicam-se somente às concessões de serviço público, e não às permissões. E ainda que a hipótese dos autos cuidasse de contrato de concessão, tampouco teria a recorrente direito à indenização pretendida, porque a realização de prévia licitação seria obrigatória, seja antes ou após a vigência da Constituição Federal de 1988.**

Recurso especial não provido.

(REsp 443.796/MG, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/08/2003, DJ 03/11/2003, p. 298)"

Este julgado é bastante esclarecedor e bem sinaliza a hipótese em que o §2º do art. 42 é aplicável: o instrumento de delegação há de ser um **contrato de concessão (não pode ser um contrato de permissão)** e deve ter havido uma **prévia licitação**.

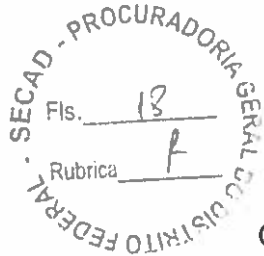
É dizer, se, em um dado caso concreto, a delegação do serviço público se deu por meio de um contrato de permissão e/ou sem a ocorrência de licitação prévia, **o §2º do artigo 42 não será aplicável ao caso**, pois, repita-se à exaustão, sua aplicação dar-se-á **somente** se o instrumento jurídico que forma o

vínculo entre a entidade pública delegante e o delegatário for um **contrato de concessão** que tiver sido celebrado após um regular **procedimento licitatório**.

Essa é a correta norma que se extrai do dispositivo em comento (§2º do artigo 42), ao contrário do que tentou demonstrar a LOTAXI em uma manobra orquestrada quando do seu pleito perante o Juízo de primeiro grau, uma vez que tentou conferir aplicabilidade daquele dispositivo para a situação fática posta nos de recuperação, mas é linha argumentativa que não prospera quando confrontada com a **técnica sistemática de interpretação**.

Além disso, destaque-se que TODOS, sem exceção, os delegatários do serviço de transporte coletivo do Distrito Federal prestam serviço atualmente, quando muito, por meio de permissão, mas NENHUM celebrou contrato de concessão!

3.5.2 DA LEGALIDADE DO EDITAL. DA INDEPENDÊNCIA DO PROCEDIMENTO LICITÁRIO EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS PARA APURAR EVENTUAIS INDENIZAÇÕES



Cumpra informar que o edital que deflagrou a licitação ora objeto de suspensão, longe de ser um ato ilegal, trata-se da materialização do princípio da legalidade, pois a Administração Pública Distrital está objetivando a contratação de novos delegatários com base nos ditames da Constituição da República e com o fito de moralizar a prestação de tal serviço.

Ou seja, está-se tentando pôr fim às ilegalidades que vinham se perpetuando de há muito, cujos exemplos existem aos montes na atualidade, uma vez que **pela primeira vez na história do Distrito Federal estará sendo realizado um procedimento licitatório para a contratação de delegatários do serviço de transporte coletivo**.

Além disso, o Juízo de primeira instância fez total confusão com a realidade fática. Isto porque, **o desenrolar da licitação para contratação de**

novos concessionários não induz a rescisão imediata dos atuais permissionários, ao contrário do que fez parecer a LOTAXI e que foi acolhido pelo Juízo da Recuperação Judicial.

Conforme consta do próprio edital, após a assinatura do contrato de concessão, as novas concessionárias terão ainda 180 dias para começarem a operar.

Ademais, **inexiste qualquer obrigatoriedade no sentido de que o procedimento previsto no §2 do artigo 42 da Lei 8.987/95, ainda que fosse aplicável ao caso – o que se admite somente para argumentar –, seja concluído previamente à publicação do edital para contratação de novos delegatários**. Não há qualquer previsão nesse sentido!

Em outras palavras, ainda que se entenda aplicável o procedimento entabulado no §2º do artigo 42 – o que se admite somente para argumentar, diga-se –, **não há qualquer dependência deste com a licitação para a contratação de novos prestadores de serviços, podendo eventual indenização ser, inclusive, fixada após tais contratações.**

Diga-se, por fim, que **a contratação de novos delegatários do serviço de transporte público coletivo no Distrito Federal**, além de advir do princípio da autotutela e da concreção do princípio da legalidade, surgiu da **determinação contida na sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e tombada sob o n.º 2001.01.1.010242-8 (4ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal)²**.

Em conclusão, além de inexistir qualquer fundamento fático ou jurídico para atrair a aplicação do §2º do artigo 42 da Lei 8.987/95, a publicação do edital de licitação, longe de ser um ato ilegal, configura-se como a concretização

² "[...] Em razão do transcurso de mais de 20 anos da vigência da Constituição Federal de 1988 e mais de 08 anos da vigência da Lei Distrital n. 2.560/2000, estabelecendo que o processo de licitação teria seu início depois de 280 dias de sua entrada em vigor, entendo que a tutela total, quanto ao segundo pedido do Ministério Público, deve ser deferida neste momento para impor aos réus a obrigação de fazer, consistente em promover todo o processo de licitação das linhas, com os requisitos exigidos em lei, no prazo de até 180 dias, a contar da intimação da decisão. E a veiculação do edital é primeiro ato concreto para a realização da licitação (art. 21 da Lei n. 8.666/93). [...]"

do princípio da legalidade e efetivação do Estado Democrático de Direito, já que exsurge também como cumprimento da ordem imposta por um dos Poderes constituídos, o Judiciário.

Nunca é demais repetir que, ainda que fosse aplicável ao caso o §2º do artigo 42 da Lei 8.987/95 – o que se admite somente para argumentar, frise-se -, **o procedimento nele previsto não é incompatível, mas sim é totalmente independente, do procedimento voltado à contratação de novos delegatários.**

Além disso, para que as regras daquele dispositivo sejam aplicadas e, portanto, para que o ato seja considerado ilegal, devem existir valores a serem indenizados e tal indenização somente pode ter a sua existência aferida a partir de uma **longa e complexa instrução probatória**, o que não ocorreu nos autos do processo de Recuperação Judicial em que a decisão foi proferida.

Não obstante estes substanciosos argumentos sejam bastantes em si para que o pedido seja acolhido, com o intuito de resguardar ainda mais o interesse público, cumpre expor que a posição que está já está consolidada no Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para casos idênticos tem sido favorável à tese aqui defendida. Vejamos:

3.6 DO POSICIONAMENTO DESTA EGRÉGIO TRIBUNAL PARA CASOS IDÊNTICOS

Este Eminentíssimo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios já teve a oportunidade de decidir sobre casos idênticos à situação ora posta nos autos, lides estas cujo mérito era idêntico ao que ora está sendo discutido no TCDF.

Está-se falando do Mandado de Segurança de número 2012.00.2.007671-5, de Relatoria da Douta Desembargadora Vera Andrichi, que, em 12 de abril de 2012, assim decidiu:

"A impetrante sustenta, sem razão, que há afronta ao

art. 42 da Lei 8.987/95, pois as concessões vencidas permanecerão válidas pelo prazo necessário ao levantamento de eventuais indenizações devidas pelo Poder Público.

A licitação promovida pela Secretaria de Transportes do Distrito Federal não objetiva promover a mera sucessão de contratadas em operação neste segmento. Como é notório, o Distrito Federal passa por uma grave crise relacionada à má prestação de serviços públicos da área de transportes. Centenas de trabalhadores, diariamente, são vítimas da insegurança de veículos que sequer poderiam estar circulando.

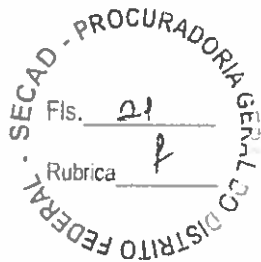
[...]

Nesse contexto, a ponderação entre os interesses da impetrante de se manter como permissionária e o legítimo anseio por mudanças, deve prevalecer este último, fundado em interesse público de regularização do setor.

Nesse juízo preliminar, não se vislumbra plausibilidade na pretensão de suspensão da licitação em curso, especialmente porque instalada com o propósito de equacionar serviço público de extrema utilidade, que vem protagonizando episódios notoriamente degradantes no atendimento à população. [...]"

Embora o remédio heroico tenha tido um fim prematuro por ato volitivo da própria empresa autora (a autora, após o indeferimento da liminar, desistiu do writ), serve de paradigma para demonstrar qual o posicionamento deste Tribunal sobre o tema: **não permitir que o interesse de determinados particulares donos de empresas de ônibus se sobreponha ao interesse público.**

Em decisão ainda mais recente, datada de 1º de junho de 2012, o Eminentíssimo Desembargador J. J. Costa Carvalho, Relator do **Mandado de**



Segurança n.º 2012.00.2.008093-3, em trâmite no Conselho Especial, proferiu decisão **indeferindo o pedido liminar**, *in verbis*:

"[...]

Não estão presentes os requisitos impostos pela lei, seja em relação à verossimilhança da alegação, seja com relação ao perigo de dano irreparável.

O Secretário de Transportes do DF instituiu comissão para promover licitação para outorga de concessão para exploração do serviço de transporte público no Distrito Federal, por meio da Portaria nº 13, publicada no Diário Oficial de 24 de fevereiro de 2012 (fl. 29).

Por meio desse ato, o Secretário de Transportes justifica a licitação pública em razão da necessidade de se otimizar o serviço, assim como em razão da decisão judicial proferida na Ação Civil Pública nº 2001.01.1.010242-8.

Com efeito, na sentença proferida na ação civil pública, o d. juízo determinou, inclusive em antecipação de tutela, a obrigação do Distrito Federal de "promover a licitação (iniciar e encerrar), no prazo de 180 dias, para admissão de tantos novos concessionários quanto admitir o sistema de transporte público convencional do Distrito Federal, conforme o novo estudo que deve ser realizado, bem como promover as medidas necessárias para eliminar e evitar a formação de oligopólios" (sentença integrada por meio de embargos de declaração, proferida em 24/06/2009, conforme consulta ao sistema de informatizado de processos).

SECAD - PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Fls. 22
Rubrica

Não se mostra viável, ao menos por um juízo primário de cognição, a pretensão do impetrante de suspender a licitação - total ou parcialmente -, seja em razão da decisão judicial, seja em função do manifesto interesse público envolvido no certame, haja vista a notoriedade quanto à ineficiência do atual sistema de transporte do Distrito Federal. Tal convicção se reforçou com as

informações apresentadas em conjunto pelos informantes.

A inexistência do cálculo de eventual indenização não obsta o curso regular da licitação, sobretudo diante da possibilidade de resolução posterior, conforme o caso. Por outro lado, a Lei 8987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão dos serviços de transporte, prevê que as concessões outorgadas em data anterior à sua entrada em vigor só poderiam ser prorrogadas, no máximo, até 31 de dezembro de 2010.

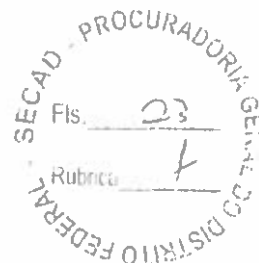
Pelo exposto, INDEFIRO a liminar." - *Negritos nossos.*

Ainda uma outra recentíssima decisão, **proferida na semana passada, mais especificamente no dia 13 de setembro de 2012**, nos autos do Mandado de Segurança de n.º 2012.00.2.021186-4, em trâmite no Conselho Especial, de Relatoria do Eminentíssimo Desembargador Jair Soares, merece ser lembrada:

"Despacho no plantão em razão da urgência. CONCEDO A LIMINAR, suspendendo os efeitos a decisão 4892/2012, do TCDF, permitindo a continuidade do procedimento licitatório de que cuida o edital licitatório de concorrência pública 01/2011. (...) Dou a esta decisão força de mandado, valendo ela como documento hábil para que a licitação prossiga.

Em outras palavras, este **Egrégio TJDF**, como de costume, sempre tem **privilegiado a concretização do princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o particular**, não permitindo que o poderio econômico dite as regras de convivência em detrimento da população do Distrito Federal.

Assim, também por esse motivo, a suspensão dos efeitos da decisão ora impugnada é medida que se impõe.



3.7 DO POSICIONAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF) SOBRE O TEMA.

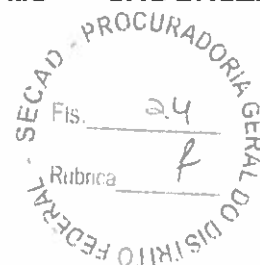
Em análise do tema relativo à eventual indenização às empresas que atualmente prestam serviço de transporte público coletivo no Distrito Federal, a Unidade Técnica da Corte de Contas do Distrito Federal entendeu que *"os investimentos realizados pelos atuais operadores do sistema de transportes é assunto para ser tratado no âmbito da execução dos contratos de concessão já em execução, **sem reflexo na licitação nova**"*, vejamos:

"A SETRANSP, em sua representação, argumenta que não teria sido cumprido o §3º do art. 42 da Lei n.º 8.987/95, que exige levantamento amplo e retroativo dos elementos físicos constituintes da infraestrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão.

Em sua análise, a Unidade Técnica entende os investimentos realizados pelos atuais operadores do sistema de transportes é assunto para ser tratado no âmbito da execução dos contratos de concessão já em execução, sem reflexo na licitação nova".

Da leitura desse excerto, percebe-se que eventuais indenizações para os atuais delegatários do serviço de transporte coletivo do Distrito Federal, dos quais a LOTAXI é um exemplo, devem ser aferidas nos próprios processos administrativos que culminaram nas permissões e concessões, **inexistindo qualquer reflexo na licitação objeto de suspensão.**

3.8 DA LICITAÇÃO EM CURSO COMO CONDIÇÃO PARA AFERIÇÃO DE EVENTUAIS INDENIZAÇÕES AOS OPERADORES DO SISTEMA



Ao contrário do que exposto na decisão hostilizada, a licitação para contratação de novos delegatários do serviço de transporte público coletivo é condição indispensável para que as atuais operadoras do sistema possam obter indenização pelos bens ainda não amortizados.

É que somente poder-se-á falar em indenização pelos investimentos que ainda não foram amortizados quando os atuais atos de permissão forem extintos e tal extinção somente poderá ocorrer se já existirem novas empresas capacitadas a prestar o serviço, sob pena de ferir o princípio da continuidade da prestação do serviço do público.

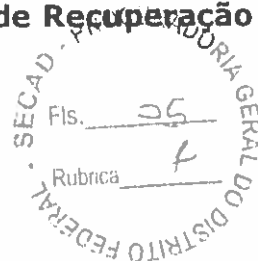
Ora, Excelência, a partir do momento em que se proíbe a execução de procedimento licitatório tendente a contratar novos delegatários do serviço de transporte coletivo, veda-se também que os atuais atos de permissão sejam extintos, pois se o forem antes da conclusão da licitação a população do Distrito Federal ficará desassistida no que se refere ao transporte coletivo.

Em outras palavras, o trâmite de uma licitação tendente a contratar novos delegatários do serviço **é condição indispensável para se possa falar em eventual indenização** aos atuais permissionários do serviço.

Parece uma ilação óbvia, entretanto a ela chegou o Juízo de primeiro grau!

4. DO PEDIDO

Diante do exposto, demonstrada a **necessidade de suspensão** dos efeitos da decisão interlocutória que cria óbice ao prosseguimento do procedimento licitatório inaugurado pelo Edital de Concorrência Pública n.º 01/2011 – ST, a fim de evitar **grave lesão à ordem pública** na sua feição ordem administrativa e ainda para preservar a **ordem econômica local**, bem como ante a **flagrante ilegitimidade da decisão impugnada**, requer o Distrito Federal que Vossa Excelência defira o presente pleito para **sustar os efeitos da decisão** proferida nos autos da **Ação de Recuperação Judicial n.º**



2009.01.1.161860-9, em tramitação na Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal.

Termos em que, pede deferimento.

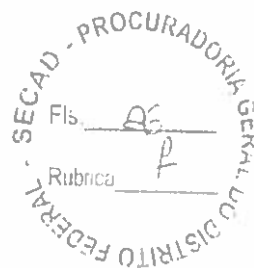
Brasília, 21 de setembro de 2012.



EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL

OAB/DF Nº 29.190





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Gabinete da Presidência

211
e

Órgão:	PRESIDÊNCIA
Classe:	SUSPENSÃO DE SEGURANÇA
Processo:	2012 00 2 021841-6
Requerente	DISTRITO FEDERAL
Advogado:	EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR (Procurador)
Requerido	LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA

DECISÃO

O DISTRITO FEDERAL requer, com fundamento no artigo 4º da Lei 8.437/1992, a suspensão da eficácia da decisão proferida pelo ilustre Juiz de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal nos autos da Ação de Recuperação Judicial nº 2009 01 1 161860-8, requerida por LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA.

Na referida ação de recuperação judicial, a empresa autora formulou pedido com vistas à suspensão da licitação inaugurada pelo Edital de Concorrência Pública nº 01/2011 – ST, oriunda da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, ou, caso assim não entendesse aquele Juízo, que fossem excluídas do mencionado certame as linhas operadas pela autora em razão de contratos de permissão que possui, ou ainda, fossem tais contratos prorrogados pelo prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.

Noticiam os autos, que o pedido foi parcialmente deferido para determinar à Comissão de Licitação a exclusão/suspensão das linhas operadas pela recuperanda da Concorrência Pública 01/2011 – ST, até que o Distrito Federal comprovasse aditamento ao edital ressaltando as regras de transição constantes no artigo 42 e seus parágrafos, da Lei 8.987/1995, aos contratos em questão, sob pena de caracterização de crime de desobediência.

No presente pedido de suspensão, alega o Distrito Federal que o deferimento do pedido pelo Juízo *ad quem* sem a sua oitiva, se



Código de Verificação: TQJJ.2012.KJG6.9QZ6.BJ7G.BKQA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001.
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tjdft.jus.br/servicos/autenticacao-de-documentos-eletronicos> informando o código de verificação.

indenização das empresas do Grupo Canhedo, em caso de prosseguimento do certame nos moldes estabelecidos no edital.

Para tanto, afirma que o parágrafo 2º do artigo 42 possui natureza temporária, pois fixou regras de transição para aquelas situações de fato existentes à época em que entrou em vigor a Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos (Lei 8.987/1995), não devendo, portanto, incidir na hipótese em comento.

Tece considerações a respeito das regras estabelecidas pelo referido diploma em relação aos contratos de concessão e permissão firmados na vigência da CF/1988, aduzindo que apenas aqueles precedidos de licitação teriam direito a indenização em caso de rescisão. Conclui, assim, não ser o caso das empresas do Grupo Canhedo, que não se submeteram a tais exigências e, portanto, a elas não se aplica a regra estabelecida no artigo 42, § 2º, da Lei 8.987/1995, ao contrário do que entendeu o Juízo *a quo*. Nesse aspecto, cita julgado oriundo do STJ como reforço à sua tese.

Após defender a legalidade do edital, o requerente cita, como reforço às suas teses, a sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 2001.01.1.010242-8, oriunda da Quarta Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, que lhe impôs a obrigação de promover o certame com vistas à contratação de novos delegatários do serviço de transporte público do Distrito Federal.

Sustenta, ainda, que eventual indenização decorrente da rescisão dos contratos firmados com as empresas do Grupo Canhedo dependeria da finalização do processo licitatório, razão pela qual não devem subsistir os efeitos da decisão atacada pela presente suspensão.

Requer, ao final, seja deferida a presente suspensão para sustar os efeitos da decisão proferida nos autos da Ação de Recuperação Judicial nº 2008.01.1.103083-9, garantindo-se, assim, a ordem e a economia públicas.

É o relatório.

Presentes se mostram os pressupostos processuais e as condições da ação, em face do disposto no artigo 4º da Lei 8.437/1992, que prevê a possibilidade de suspensão, mediante decisão fundamentada, da



Código de Verificação: TQJJ.2012.KJG6.9QZ6.BJ7G.BKQA

Suspensão de Segurança Nº 2012 00 2 021841-6

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2 200-2/2001.

O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tjdft.jus.br/servicos/autenticacao-de-documentos-eletronicos> informando o código de verificação.

28
4

decorrente da rescisão de tais avenças firmadas com o Poder Público. A rigor, verifica-se, nesta via excepcional, tão-somente a ocorrência ou não de lesão aos valores tutelados pela norma de regência - ordem, saúde, economia e segurança públicas - devendo o Presidente do Tribunal ater-se à potencialidade lesiva do ato decisório atacado (artigo 4º, *caput*, da Lei 8.437/1992).

Ora, da leitura das razões expostas na petição inicial, verifica-se que em grande parte se referem a questões de fato envolvidas na ação de recuperação judicial das empresas do Grupo Canhedo, questões estas de índole legal, portanto. E para o deslinde, conforme já asseverado, presta-se o agravo de instrumento.

De outro lado, sustenta o requerente a necessidade de se evitar grave lesão à ordem e à economia públicas, que restariam comprometidas a prevalecer a eficácia da decisão *a quo*, na medida em que inviabilizaria todo o processo licitatório, cujo objeto é a prestação de serviço de transporte público no Distrito Federal por meio de um modelo totalmente diverso daquele implementado atualmente.

Nesse aspecto, diviso a potencialidade de grave lesão à ordem pública no bojo da determinação judicial cuja suspensão se requer, porquanto tal medida, efetivamente, possui o condão de interferir, de forma direta, em uma das vertentes da atuação do Poder Executivo, consistente na melhoria do Serviço de Transporte Público destinado, a toda evidência, a atender a população distrital. Não se pode ainda deixar de lado o fato de as empresas do Grupo Canhedo se encontrarem em processo de recuperação judicial.

Como é de conhecimento geral, os serviços de transporte público no Distrito Federal estão muito aquém daquilo que se espera para atender a população. Todavia, a manutenção da decisão fustigada não chegaria ao extremo, conforme quer fazer crer o requerente, de inviabilizar a implantação do novo sistema de transporte público no modelo de Lotes/Bacias. A conclusão precisa nesse sentido, porém, demanda extensa dilação probatória, não admitida na presente via estreita.

Assim, a potencialidade lesiva decorrente da manutenção da decisão atacada, em contraposição ao que se pode evitar com a sua suspensão, mais precisamente eventual violação à ordem pública, hei por bem,


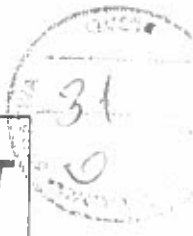


Código de Verificação: TQJJ.2012.KJG6.9QZ6.BJ7G.BKQA

Suspensão de Segurança Nº 2012 00 2 021841-6

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001.

O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tjdft.jus.br/servicos/autenticacao-de-documentos-eletronicos> informando o código de verificação

	<p>Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios</p>	<p>TJDF</p> 
---	---	---

Órgão : CONSELHO ESPECIAL
Classe : AGRSSG – AGRAVO REGIMENTAL NA SUSPENSÃO DE
SEGURANÇA
Nº Processo : 2012.00.2.021841-6
Agravante : LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA
Agravado : DISTRITO FEDERAL
Relator : Desembargador JOÃO MARIOSI - Presidente

**Julgamento simultâneo: processos 2012.00.2.021842-4
e 2012 00 2 021840-8**

EMENTA



PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA CONTRA O PODER PÚBLICO. SUSPENSÃO DE SEGURANÇA DEFERIDA. AGRAVO REGIMENTAL. GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. RECURSO NÃO PROVIDO.

I – Incabível, na sede estrita de suspensão de segurança, examinar questões de fundo envolvidas na lide principal, devendo a análise cingir-se à potencialidade lesiva da decisão. O juízo realizado se circunscreve ao exame da conveniência e da oportunidade de se conter os efeitos da decisão proferida contra o Poder Público, até final julgamento da demanda.

II – No caso, a suspensão dos efeitos da decisão busca evitar a violação da ordem e da economia públicas, pois se estaria impedindo a implantação de um novo sistema de transporte público no Distrito Federal com a exclusão das linhas operadas pela empresa recuperanda, sem se perder de vista ainda o que dispõe o artigo 38, § 1º, inciso II, da Lei 8.987/1995, tudo em observância aos princípios que regem a Administração Pública.

III – Presente tais requisitos, é de se deferir a suspensão de decisão proferida no bojo de ação de recuperação judicial.

III – Agravo regimental não provido.

	Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	
---	---	---


Acórdão

Acordam os Desembargadores do Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, **JOÃO MARIOSI** – Relator, **ROMÃO C. OLIVEIRA** – Vogal, **DÁCIO VIEIRA** – Vogal, **MARIO MACHADO** – Vogal, **WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR** – Vogal, **J.J. COSTA CARVALHO** – Vogal, **SANDRA DE SANTIS** – Vogal, **ANA MARIA DUARTE AMARANTE** – Vogal, **JAIR SOARES** – Vogal, **VERA ANDRIGHI** – Vogal, **CARMELITA BRASIL** – Vogal, **CRUZ MACEDO** – Vogal, **ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS** – Vogal, **OTÁVIO AUGUSTO** – Vogal, sob a presidência do Desembargador **JOÃO MARIOSI**, em proferir a seguinte decisão: **REJEITAR A PRELIMINAR. NO MÉRITO NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME.**

Brasília (DF), 16 de outubro de 2012.

Desembargador **JOÃO MARIOSI**

Relator

	Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	TJDF
---	---	-------------

RELATÓRIO

Trata-se de agravo regimental interposto por CONDOR – TRANSPORTES URBANOS LTDA contra decisão desta Presidência que deferiu pedido de suspensão formulado pelo DISTRITO FEDERAL.


Sustenta a agravante a inadequação da via eleita pelo agravado da suspensão de segurança, uma vez que a decisão combatida não possui caráter cautelar, liminar ou de antecipação de tutela contra o Poder Público, tampouco foi proferida em ação cautelar inominada, ação popular ou ação civil pública.

Insiste na questão da inadequação da via eleita, ao fundamento de ser a recuperação um negócio jurídico privado, gerido por um Juiz, não se tratando, portanto, de ação contra o Poder Público.

Afirma, ainda, que a referida decisão não teria o condão de provocar qualquer lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas.

Aduz que o recurso cabível para impugnar a decisão proferida pelo Juízo da Recuperação seria o agravo de instrumento.

No mérito, afirma que a exclusão das linhas, por ela operadas, da concorrência pública, não impediria a implantação do novo modelo de transporte público como restou afirmado pelo agravado no seu pedido de suspensão.

	Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	TJDF
---	---	-------------

Cita julgados do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de não ser razoável a suspensão de decisão judicial apenas com base em iminente lesão a interesses públicos.

Argumenta, também, possuir condições financeiras com vistas a garantir a continuidade da prestação dos serviços de transporte público, embora se encontre em processo de recuperação.

É o relatório.

VOTO

O Senhor Desembargador JOÃO MARIOSI - Relator

Conheço do recurso, porquanto presentes seus pressupostos de admissibilidade.

Conforme relatado, trata-se de agravo regimental interposto por CONDOR – TRANSPORTES URBANOS LTDA contra decisão desta Presidência que deferiu pedido de suspensão formulado pelo DISTRITO FEDERAL.

PRELIMINAR – INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - REJEITADA

A alegação de inadequação da via eleita defendida pela agravante não prospera. Com efeito, basta que a decisão judicial possa redundar em possível dano a um dos bens tutelados pela norma de regência: ordem, saúde, segurança e economia públicas, para que o pedido de suspensão tenha cabimento. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. SUSPENSÃO DE LIMINAR. POSSESSÓRIA. SUSPENSÃO DOS EFEITOS DE ACÓRDÃO PROFERIDO HÁ QUASE UMA DÉCADA. AFASTADA A URGÊNCIA DO PLEITO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA PARA DISCUSSÃO DO MÉRITO DA DEMANDA PRINCIPAL. NÃO CONFIGURADA LESÃO AOS BENS TUTELADOS NA NORMA DE REGÊNCIA (LEI Nº 4.348/64, ART. 4º).

- Inocorrência, no caso, da alegada urgência do pedido.

- Na via da suspensão, "não há espaço para o exame de eventuais error in procedendo e error in judicando, o qual se acha assegurado pelo ordenamento jurídico nas vias ordinárias, através dos meios adequados. Se fosse diferente, a Presidência tornar-se-ia instância revisora das decisões emanadas dos Tribunais de Justiça e dos Regionais Federais" (AgRg na SS n. 1.302/PA, Relator Ministro Nilson Naves).

- Para autorizar o deferimento do pedido de suspensão de que trata a Lei nº 8.437/1992, é imprescindível a demonstração incontroversa e inequívoca de que os efeitos da decisão impugnada redundarão em dano efetivo e grave a, ao menos, um dos bens tutelados na norma de regência: ordem, saúde, segurança e economia públicas.

Agravo não provido. (AgRg na SLS .227/RJ, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, CORTE ESPECIAL, julgado em 23/11/2006, DJ 05/02/2007, p. 170)

Da mesma forma, não encontra amparo a alegação de ser cabível apenas o agravo de instrumento, pois segundo dispõe o artigo 4º, § 6º, da Lei 8.437/1992, "A interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo".

Pelo exposto, rejeito a preliminar.

MÉRITO



No mérito, trago ao conhecimento dos eminentes Pares as razões que me levaram a verificar a existência de potencialidade lesiva na determinação judicial cuja suspensão se requereu, *verbis*:

(...)

Presentes se mostram os pressupostos processuais e as condições da ação, em face do disposto no artigo 4º da Lei 8.437/1992, que prevê a possibilidade de suspensão, mediante decisão fundamentada, da execução de liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes.

A decisão cuja suspensão se propugna foi proferida nos autos de ação de recuperação judicial contra a Secretaria de Estado de Transportes, órgão integrante da estrutura administrativa do Distrito Federal.

Conheço, pois, do pedido.

Inicialmente, registro que o pedido de suspensão de eficácia de decisão liminar não se revela incompatível com o recurso de agravo de instrumento, porquanto diversos seus objetos, sendo de se mencionar que a própria legislação de regência dispõe que a interposição daquela modalidade recursal não prejudica tampouco condiciona o julgamento do pedido de suspensão (Lei 8.437/1992, artigo 4º, § 6º).

Com efeito, no primeiro analisam-se aspectos relativos à conveniência e à oportunidade de manutenção ou suspensão da eficácia da decisão atacada, exame que sofre inequívoco influxo do princípio geral da supremacia do interesse público - em especial a garantia à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. Trata-se, pois, de medida de contracautela, cujo objetivo é o de salvaguardar interesses públicos contra o risco de lesão grave.

O agravo de instrumento, por seu turno, possui inequívoca natureza jurídica de modalidade recursal que, como tal, mostra-se hábil ao reconhecimento de error in judicando ou error in procedendo, com as conseqüências pertinentes a um e a outro, a despeito da possibilidade legalmente reconhecida de lhe ser emprestado efeito suspensivo, quando presentes os pressupostos autorizativos.

É dizer: no primeiro, procede-se a uma avaliação que adquire foros políticos, ao passo que, no segundo, o exame reside em juízo de legalidade quanto à situação apresentada.

De conseqüência, não é cabível o exame, na presente via estreita, das questões de fundo envolvidas na lide, no caso, a alegação do Distrito Federal de violação ao princípio do contraditório, bem assim

de inexistência de prévio procedimento licitatório nos contratos firmados com as empresas do Grupo Canhedo, além de eventual direito de indenização decorrente da rescisão de tais avenças firmadas com o Poder Público. A rigor, verifica-se, nesta via excepcional, tão-somente a ocorrência ou não de lesão aos valores tutelados pela norma de regência - ordem, saúde, economia e segurança públicas - devendo o Presidente do Tribunal ater-se à potencialidade lesiva do ato decisório atacado (artigo 4º, caput, da Lei 8.437/1992).

Ora, da leitura das razões expostas na petição inicial, verifica-se que em grande parte se referem a questões de fato envolvidas na ação de recuperação judicial das empresas do Grupo Canhedo, questões estas de índole legal, portanto. E para o deslinde, conforme já asseverado, presta-se o agravo de instrumento.

De outro lado, sustenta o requerente a necessidade de se evitar grave lesão à ordem e à economia públicas, que restariam comprometidas a prevalecer a eficácia da decisão a quo, na medida em que inviabilizaria todo o processo licitatório, cujo objeto é a prestação de serviço de transporte público no Distrito Federal por meio de um modelo totalmente diverso daquele implementado atualmente.

Nesse aspecto, diviso a potencialidade de grave lesão à ordem pública no bojo da determinação judicial cuja suspensão se requer, porquanto tal medida, efetivamente, possui o condão de interferir, de forma direta, em uma das vertentes da atuação do Poder Executivo, consistente na melhoria do Serviço de Transporte Público destinado, a toda evidência, a atender a população distrital. Não se pode ainda deixar de lado o fato de as empresas do Grupo Canhedo se encontrarem em processo de recuperação judicial.

Como é de conhecimento geral, os serviços de transporte público no Distrito Federal estão muito aquém daquilo que se espera para atender a população. Todavia, a manutenção da decisão fustigada não chegaria ao extremo, conforme quer fazer crer o requerente, de inviabilizar a implantação do novo sistema de transporte público no modelo de Lotes/Bacias. A conclusão precisa nesse sentido, porém, demanda extensa dilação probatória, não admitida na presente via estreita.

Assim, a potencialidade lesiva decorrente da manutenção da decisão atacada, em contraposição ao que se pode evitar com a sua suspensão, mais precisamente eventual violação à ordem pública, com fulcro no que dispõe o artigo 38, § 1º, inciso II, da Lei 8.987/1995, deferir o presente pedido.

No mais, as eventuais questões relativas a indenizações decorrentes da rescisão dos contratos encontram previsão na legislação de regência e poderão ser apuradas nas vias próprias.

629651

35
4
Ante o exposto, presentes os requisitos legalmente exigidos,
DEFIRO a suspensão pleiteada.

Oficie-se ao ilustre Juízo da Vara de Falências e Recuperações
Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal,
dando-lhe ciência do teor da presente decisão.

Publique-se. Intimem-se".

Reexaminadas as razões de decidir, não
encontro fundamentação suficiente para modificar o teor da
decisão impugnada.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao
agravo regimental.

É como voto.

O Senhor Desembargador **ROMÃO C. OLIVEIRA** – Vogal

Acompanho o Relator.

O Senhor Desembargador **DÁCIO VIEIRA** – Vogal

Acompanho o Relator.

O Senhor Desembargador **MARIO MACHADO** – Vogal

Acompanho o Relator.

O Senhor Desembargador **WALDIR LEÔNCIO JÚNIOR** – Vogal

Acompanho o Relator.

O Senhor Desembargador **J. J. COSTA CARVALHO** – Vogal

629651

Acompanho o Relator.

39
10

A Senhora Desembargadora SANDRA DE SANTIS – Vogal

Acompanho o Relator.

A Senhora Desembargadora ANA MARIA DUARTE AMARANTE – Vogal

Acompanho o Relator.

O Senhor Desembargador JAIR SOARES – Vogal

Acompanho o Relator.

A Senhora Desembargadora VERA ANDRIGHI – Vogal

Acompanho o Relator.

A Senhora Desembargadora CARMELITA BRASIL – Vogal

Acompanho o Relator.

O Senhor Desembargador CRUZ MACEDO – Vogal

Acompanho o Relator.

O Senhor Desembargador ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS – Vogal

Acompanho o Relator.

O Senhor Desembargador OTÁVIO AUGUSTO – Vogal

Acompanho o Relator.

DECISÃO

Rejeitada a preliminar. No mérito, negou-se provimento.

Unânime.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

41

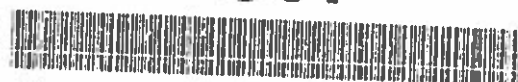
Processo 2012.00.2.021841-6/ Presidência

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
CONSELHO ESPECIAL

21/11/2012

18:22:39

6307



LOTAXI – TRANSPORTES URBANOS LTDA (em recuperação judicial), devidamente qualificada nos autos da epígrafe, vem, à presença de Vossa Excelência, por seus procuradores, nos termos do art. 105, III, “a”,¹ da Constituição Federal c/c art. 541 do Código de Processo Civil,² interpor:

RECURSO ESPECIAL


contra acórdão proferido pelo Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, da lavra do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente da Corte, a fim de que seja submetido à apreciação do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

¹ Brasil. Constituição Federal. Art. 105, III, “a”: “Compete ao Superior Tribunal de Justiça: III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida: a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência”.

² Brasil. Código de Processo Civil. Art. 541: “O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido [...]”.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Brasília, 19 de novembro de 2012.


Everson Ricardo Arraes Mendes
OAB-DF 14.332

Jaques Fernando Reolon
OAB/DF nº 22.885

COLEDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA,

43

~

RAZÕES DO RECURSO

1. CONDIÇÕES DE PROCEDIBILIDADE:

1.1. DO PREPARO

O preparo recursal consiste na efetuação, por parte do recorrente, do pagamento dos encargos financeiros que dizem respeito à regularidade formal do recurso interposto e que englobam as custas do processamento desse recurso nos tribunais e os portes de remessa e retorno dos autos. Desta feita, requer-se a juntada do comprovante de pagamento das custas, do porte de remessa e retorno.³

1.2. DO PREQUESTIONAMENTO

É cediço que a admissibilidade do Recurso Especial impõe que a matéria discutida em lei federal tida por violada, tenha sido ventilada no acórdão recorrido, sob pena de padecer o apelo da imposição jurisprudencial do prequestionamento, requisito essencial à admissão do mesmo.

No caso dos autos, ao apreciar o agravo regimental interposto pela ora recorrente, o Tribunal *a quo* emitiu juízo de valor sobre a **matéria versada na lei federal discutida** e, ainda que assim não fosse, o **recurso especial ora interposto tem como fundamento a preclusão consumativa**, isto é, matéria de ordem pública conhecida em qualquer tempo e/ou grau de jurisdição.

³ Comprovações anexos

✓

2. DO BREVE RELATO DOS FATOS

A sociedade empresária recorrente, no curso de um procedimento de **Recuperação Judicial**, perante o Juízo da Vara de Falências, Recuperação Judicial, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal, formulou pedido incidental para ter assegurado o seu direito previsto no art. 42, parágrafos 2º, 3º e incisos da Lei nº 9.897/1995, ante a realização, pelo Distrito Federal, da Concorrência Pública nº 01/2011.⁴

Conforme o referido dispositivo legal, é defeso ao Poder Público outorgar novas concessões enquanto não proceder aos levantamentos e avaliações prévias que incluem as indenizações devidas aos particulares, pelos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão.

Sobreveio **decisão** deferindo parcialmente o pedido formulado, nos seguintes termos, *verbis*:

[...] defiro parcialmente o pedido da Recuperanda, determinando à Comissão de Licitação que exclua/suspenda da Concorrência Pública n. 01/2011 - ST, no estágio em que se encontrar a licitação, as linhas operadas pela frota da Recuperanda, até que o DF comprove perante este Juízo aditamento ao edital, **ressalvando em relação à Recuperanda as regras de transição constantes do art. 42 e seus parágrafos**, da Lei 8987/95, sob pena de eventual caracterização de crime de desobediência.

Inconformado com o teor do *decisum*, o Distrito Federal, ora recorrido, elegeu, **equivocadamente**, a via da suspensão de segurança, com fundamento no art. 4º da Lei nº 8.437/1992 no afã de ver modificada tal **decisão**, oriunda de um incidente processual.

A presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF deferiu a suspensão pleiteada,⁵ sustentando que a decisão atacada revestia-se de potencialidade lesiva à ordem pública.

Por vício de ilegalidade na decisão da Presidência daquela Corte, haja vista a **manifesta inadequação da via eleita** pelo recorrido, já que o Juízo singular decidiu questão incidental no processo e presentes outras questões jurídicas inviabilizadoras da decisão proferida, a recorrente interpôs

⁴ XX.

⁵ Folha 5, da decisão que deferiu a suspensão da segurança.

284
5
C
45

agravo regimental, o qual foi desprovido pelo colegiado sob os seguintes fundamentos:

(i) basta que a decisão judicial possa redundar em possível dano a um dos bens tutelados pela norma de regência: ordem, saúde, segurança e economia públicas, para que o pedido de suspensão tenha cabimento;

(ii) não encontra amparo a alegação de ser cabível apenas o agravo de instrumento, pois segundo dispõe o art. 4º, § 6º, da Lei nº 8.437/1992, "*A interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o poder público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo*".

Sendo assim, outra alternativa não resta à recorrente a não ser a abertura da via do recurso especial, tendo em vista que o acórdão recorrido violou diretamente os arts. 522 do CPC; art. 4º, § 1º, da Lei nº 8.437/1992 e art. 38, § 1º, II, da Lei nº 8.987/1995.

É o singelo relatório.

3. DO MÉRITO

Preliminarmente, ante a **urgência no julgamento deste recurso especial**, e para evitar confusões desnecessárias quanto ao assunto tratado nos autos, qual seja, a **inadequação da via eleita pelo recorrido e a inobservância do entendimento pacificado neste Superior Tribunal de Justiça** quanto ao assunto, ressalta-se que o acórdão recorrido pode ocasionar danos irreparáveis ou de difícil reparação à recorrente, bem como **pode ensejar o exaurimento do objeto do próprio apelo nobre**, razão porque o mesmo merece ser apreciado *ab initio* pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça. Nesse sentido:

[...] 1. Verificada, no presente caso, a presença da plausibilidade jurídica e do risco de dano irreparável ou de difícil reparação, bem como irresignando-se o recurso especial contra decisão concessiva de liminar em ação cautelar, descabe a incidência do art. 542, § 3º, do CPC, uma

/

vez que a retenção do recurso, nesse caso, inviabilizaria a própria solução da controvérsia tratada nesse momento processual, haja vista que, por ocasião da eventual ratificação do recurso, o próprio mérito da ação já teria sido julgado e mostrar-se-ia irrelevante a discussão acerca da tutela provisória. 2. Agravo regimental não provido.⁶

Com efeito, os prejuízos de ordem econômica, financeira e patrimonial, que está sofrendo a recorrente e que pode ter seus efeitos danosos ampliados com a finalização da licitação em comento, sem o cálculo ou início de pagamento da indenização, revelam a plausibilidade jurídica e o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, especialmente por ter suas linhas licitadas pela Administração pública sem que a mesma cumpra as exigências previstas no art. 42, §§ 2º e 3º, I, da Lei nº 8.987/1995,⁷ **ou ao menos mostre a mínima iniciativa de cumprir o dispositivo**, o que impõe o imediato processamento do recurso, como será demonstrado nas razões que se seguem.

3.1.1. DA INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA: - VIOLAÇÃO AO ART. 4º, § 6º, DA LEI Nº 8.437/1992

Como se verifica, o acórdão recorrido encontra-se firmado em dois fundamentos, sendo que nenhum deles é capaz de mantê-lo incólume, conforme se verificará.

Prima facie não se olvida que o art. 4º, § 6º, da Lei nº 8.437/1992 autoriza o manejo da suspensão de segurança quando o Poder Público **interpõe agravo de instrumento contra liminar concedida nas**

⁶ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental na Medida Cautelar nº 19.181/AL, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 18/09/2012, DJe 25/09/2012.

⁷ Brasil. Lei nº 8.987/1995. Art. 42, § 2º "As concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força de legislação anterior, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses." § 3º "As concessões a que se refere o § 2º deste artigo, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize ou que possuam cláusula que preveja prorrogação, terão validade máxima até o dia 31 de dezembro de 2010, desde que, até o dia 30 de junho de 2009, tenham sido cumpridas, cumulativamente, as seguintes condições: (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007). I - levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infra-estrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, observadas as disposições legais e contratuais que regulavam a prestação do serviço ou a ela aplicáveis nos 20 (vinte) anos anteriores ao da publicação desta Lei; (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007)." Grifos não constam do original.

ações contra ele movidas ou **contra seus agentes**. É esse o teor do referido dispositivo legal, *in verbis*:

“A interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o poder público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo”.⁸

Com efeito, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios violou frontalmente o teor desse artigo ao aplicá-lo na hipótese sob exame, o que pode ser verificado por duas objetivas razões:

- (i) em momento algum houve interposição de **agravo de instrumento** contra **liminar**;
- (ii) não se trata de **ação movida contra o Poder Público** ou seus agentes e sim de uma decisão incidental no curso de um procedimento de recuperação judicial.

Deveras, a decisão impugnada pelo recorrido não foi proferida em sede de ação movida contra o Poder Público ou seus agentes, ao revés, foi exarada no âmbito de uma **recuperação judicial**, um procedimento que exigiria interposição de agravo de instrumento, **já que decidiu questão incidental no processo**.

Ademais, **não se trata de liminar** concedida na hipótese gizada pelo dispositivo legal aplicado e sim de decisão incidental – de caráter interlocutório, conforme já sobredito.

Nesse diapasão, o Código de Processo Civil dicionariza o conceito de decisão interlocutória, senão vejamos, *verbis*:

Art. 162. Os atos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.

§ 2º Decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve **questão incidente**.⁹

⁸ Grifamos

⁹ Grifamos.

Assim, o próprio magistrado *a quo* deixou bem claro, no relatório, tratar-se de questão incidental, senão vejamos:

Trata-se de pedido incidental da Recuperanda sobre a necessidade de se excluir do objeto da Concorrência Pública n. 01/2011, "no estágio em que se encontrar a licitação, as linhas operadas pela" Recuperanda "até que o Distrito Federal comprove, perante este Juízo, o cumprimento do art. 42 da Lei 8.987/95" ou, alternativamente, "seja suspensa a referida licitação, no estágio em que se encontrar, até que o Poder Concedente comprove, perante este Juízo, o cumprimento ao art. 42 da Lei n. 8.987/1995, no sentido de indenizar a Autora pelos investimentos ainda não amortizados pelas receitas da concessão" ou, ainda, "determine seja prorrogado o contrato de concessão, pelo prazo mínimo de 24 meses". O pedido veio acompanhado de farta documentação, inclusive do Edital da noticiada Licitação, fls. 546/747.

Com efeito, ao aplicar o teor do art. 4º, § 6º, da Lei nº 8.437/1992 o Tribunal local negou vigência não só a esse dispositivo legal, mas também ao art. 522 do CPC, que prevê a via do Agravo de Instrumento para impugnar decisão interlocutória que decide questão incidental no processo, conforme se verifica, *in verbis*:

Art. 522. Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento. (Redação dada pela Lei nº 11.187, de 2005).¹⁰.

Corroborando essa assertiva, pode-se inclusive verificar na decisão vergastada que as razões do recorrido se referem a questões de fato envolvidas na ação de recuperação judicial, eminentemente de índole legal, e que para seu deslinde **presta-se o agravo de instrumento**.¹¹.

Mesmo entendendo o recorrido que se tratava de liminar, o que não é o caso dos autos como já amplamente repisado, deveria ter interposto o agravo de instrumento e não a suspensão de segurança, conforme entende o Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

¹⁰ Grifos não constam do original.

¹¹ Fl. 05, parágrafo primeiro da decisão que suspendeu a segurança.

[...] CONCESSÃO DE LIMINAR POR JUIZ DE 1º GRAU - [...] -
SUSPENSÃO DE SEGURANÇA - DESCABIMENTO - VIA
ADEQUADA: AGRAVO DE INSTRUMENTO [...] Tratando-se de
liminar que não implica risco de grave lesão à ordem, saúde, segurança e
economia públicas, o recurso cabível para impugná-la é o agravo de
instrumento e não o requerimento de suspensão da segurança.
Recurso não conhecido.¹²

[...] MANDADO DE SEGURANÇA LIMINAR: ATAQUE VIA
AGRAVO DE INSTRUMENTO - LEGITIMIDADE PARA
RECORRER. [...] 2. A liminar, negando ou concedendo a
antecipação, é decisão interlocutória que desafia agravo de
instrumento.¹³

Destarte, sequer há falar em princípio da fungibilidade
recursal, até porque suspensão de segurança não é recurso, tampouco em
instrumentalidade das formas, porquanto para a aplicação deste último
princípio é necessário que não haja gravame para a parte sucumbente.¹⁴

3.1.2. DA VIOLAÇÃO AO ART. 4º, *CAPUT* E PARÁGRAFO 1º, DA LEI Nº 8.437/1992

Nos termos de sua rubrica,¹⁵ a Lei nº 8.437/1992 dispõe sobre
a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá
outras providências.

Nesse sentido, o art. 4º, *caput* e parágrafo 1º dessa norma, que
autoriza o manejo da suspensão de segurança, ostenta o seguinte teor, *in*
verbis:

¹² Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 119.870/SP, Rel. Ministro Francisco Peçanha
Martins, Segunda Turma, julgado em 15/04/1999, DJ 28/06/1999. Grifos não constam do original.

¹³ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 264.555/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon,
Segunda Turma, julgado em 19/10/2000, DJ 19/02/2001. Grifos não constam do original.

¹⁴ Confira-se a guisa de exemplo precedente do Superior Tribunal de Justiça exarado nos autos do Recurso
Especial nº 907.603/PE, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 16/06/2009, DJe
01/07/2009, cujo item 4 da ementa encontra-se assim redigido: "Sob o influxo do princípio da
instrumentalidade processual, ainda que seja prescrita determinada forma, torna-se impositivo o
aproveitamento do ato ou da manifestação realizada de maneira diversa, desde que sirva a atingir seus
objetivos sem acarretar gravames às partes, como bem ilustra o brocardo *pas de nullité sans grief*."

¹⁵ A rubrica ou ementa deduz os motivos e o objeto da norma. É o resumo de uma lei. Sua redação deve ser
concisa, precisa e clara. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/copy_of_portas-abertas-1/Palestra%208.pdf>. Consulta em 28/10/2012.

“Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, **a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes**, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo à **sentença proferida em processo de ação cautelar inominada**, no processo de **ação popular** e na **ação civil pública**, enquanto não transitada em julgado.”¹⁶

Assim, mais uma vez se evidencia a inadequação da via eleita pelo recorrido, porquanto a decisão proferida pelo Juízo de Primeiro Grau, legítima e técnica, impugnada **equivocadamente** pela via da suspensão de segurança, não possui nenhum caráter **a) cautelar, b) liminar ou c) de antecipação de tutela contra o Poder Público**, requisitos legais indispensáveis para o aforamento da medida.

Também não foi exarada no âmbito das ações descritas no § 1º do art. 4º da Lei nº 8.437/1992, ou seja, não se tratou de sentença proferida em:

- a) processo de ação cautelar inominada;
- b) processo de ação popular; ou
- c) ação civil pública.

Em verdade, a decisão foi proferida em sede de um **procedimento de recuperação judicial**. Além disso, não ocasionou nenhuma grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, requisitos imperativos da contracautela e que devem ser demonstrados de forma inequívoca quando couber o seu manejo.

Deveras, a pretensão posta em juízo é de natureza privatística empresarial, com o objetivo de atingir a extinção das obrigações da empresa, com a superação da crise econômico-financeira,¹⁷ proporcionando ao empresário a possibilidade de apresentar aos seus credores, formas para quitação do débito. É esse o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

¹⁶ Brasil. Lei nº 8.437/1992. Destaque em negrito não consta no original.

¹⁷ RESTIFE, Paulo Sérgio. Recuperação de empresas. Barueri: Manole, 2008, p. 47.

[...] 3. Os fins perseguidos com a objeção ao plano de recuperação, a específica regulação legal para o instituto e a sua natureza notoriamente privada desautorizam o recebimento de impugnação ao valor de crédito como se objeção fosse.¹⁸

Assim, a recuperação é um negócio jurídico de natureza privada, realizado sob supervisão judicial. Não se trata nem de longe de ação movida contra o Poder Público.

Desta feita, forçoso concluir que o instituto da suspensão de segurança não se presta a reformar decisão que resolve **questão incidental** no processo, ainda mais em se tratando de decisão interlocutória, que está totalmente desvinculada da norma de regência que eventualmente abriria a via estreita da medida extrema, nos exatos termos do art. 4, caput, § 1º da Lei nº 8.437/1992.

3.1.3. DA IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL

Ante a natureza jurídica da decisão proferida pelo Juízo Singular, a suspensão de segurança não poderia ter sido utilizada como substituição ao recurso adequado, que como já mencionado era o agravo de instrumento.

Caso entendesse o recorrido que tal *decisum* pudesse lhe causar dano irreparável ou de difícil reparação, deveria ter interposto o apelo instrumental e nele, pedido efeito suspensivo.

Com efeito, a via da contracautela jamais poderia ter sido utilizada como **sucedâneo recursal**, como de fato ocorreu na espécie. É que cada decisão judicial possui natureza jurídica própria e sendo assim, abre a via recursal adequada, sendo que as ações como o mandado de segurança e a própria medida extrema da suspensão de **liminar** não se prestam a substituir o recurso cabível para impugnar decisão de natureza interlocutória.

É esse o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, conforme se verifica, *verbis*:

¹⁸ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.157.846/MT, Rel. Ministra Nancy Andrihgi, Terceira Turma, julgado em 02/12/2010, DJe 10/10/2011. Grifos não constam do original.

533
(
52
^

[...] 1. No âmbito especial da suspensão de liminar ou de segurança, **cujos limites cognitivos prendem-se à verificação das hipóteses expressas na Lei nº 4.348/64, art. 4º**, descabem alegações relativas às questões de fundo. Igualmente não comporta o exame do acerto ou desacerto de decisão concessiva de liminar, **não podendo ser utilizada como sucedâneo recursal**. 2. Agravo Interno não provido.¹⁹.

No mesmo sentido, o Pleno do Supremo Tribunal Federal já se manifestou, *verbis*:

EMENTA: Suspensão de Segurança. Agravo Regimental. Preliminar de perda de objeto em virtude da prolação de sentença. Rejeição. Sentença que confirma a liminar. **A jurisprudência deste Tribunal veda a utilização do incidente de contracautela como sucedâneo recursal**. Recurso que não traz novos fundamentos aptos a infirmar a decisão agravada. Agravo Regimental a que se nega provimento.²⁰.

Como se vê até mesmo a Corte Suprema já consolidou entendimento no sentido de que a suspensão de ato judicial constitui, no universo do nosso sistema normativo, **providência de caráter extraordinário**, impondo-se o máximo rigor na averiguação dos pressupostos autorizadores da suspensão de segurança, de forma a aplicá-la, no exercício da atribuição monocrática **prevista em lei**, quando a manutenção da decisão hostilizada importe em verdadeiro risco de lesão aos valores públicos privilegiados pela lei.

Sobreleva notar que a utilização da suspensão de tutela fulcrada no art. 4º da Lei nº 8.437/1992 deve cingir-se às decisões proferidas em ações intentadas contra o Poder Público ou seus agentes.

Destarte, a autorização excepcional prevista no art. 4º da Lei 4.348/64 não se reveste de caráter processo-revisional, restringindo-se à análise da potencialidade lesiva da medida concedida frente aos conceitos de ordem, de segurança, de saúde e de economia públicas, e não sendo observada pelo Tribunal *a quo*, teve sua vigência violada.

¹⁹ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental na Suspensão de Segurança nº 1.551/AM, Relator. Ministro Edson Vidigal, Corte Especial, julgado em 20/03/2006, DJ 10/04/2006. Grifos não constam do original.

²⁰ Brasil. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental na Suspensão de Segurança nº 3.450/CE, Relator. Ministro Gilmar Mendes (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 17/02/2010, DJe- 05-03-2010, com Republicação em 12-03-2010. Grifos não constam do original.

^

3.1.4. DO SEGUNDO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO: DO CABIMENTO DA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA – INOBSERVÂNCIA À JURISPRUDÊNCIA DO STJ

Para negar provimento ao agravo de instrumento interposto pela ora recorrente, o acórdão recorrido assentou: *“basta que a decisão judicial possa redundar em possível dano a um dos bens tutelados pela norma de regência: ordem, saúde, segurança e economia públicas, para que o pedido de suspensão tenha cabimento”*.

Ao assim proceder, o Tribunal *a quo* incorreu em inarredável equívoco, uma vez que deixou de observar a jurisprudência pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça quanto à estreita vida da suspensão de segurança.

Com efeito, ao contrário do que afirma o acórdão recorrido a Corte Superior entende que a estreita via da suspensão de segurança só pode ser aberta quando houver demonstração cabal de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, não bastando para tal mister a mera alegação de que *“a decisão judicial possa redundar em possível dano a um dos bens tutelados pela norma de regência”*.

Tanto não há prejuízo que, há poucos dias, a Secretaria de Transportes do DF promoveu dispensa de licitação para delegar, por meio de outorga de permissão precária, a prestação de serviços de transporte público coletivo, em caráter emergencial, mediante a operação de frota de 80 (oitenta) ônibus, para atender demandas existentes na Região de Planaltina/DF.²¹ Fato notório em Brasília, divulgado em todos os veículos de comunicação impressos e televisivos.

Desta forma, não é razoável e muito menos jurídico permitir ao Presidente do Tribunal, por via transversa e, na maior parte das vezes, mais célere, conceder a suspensão de uma decisão judicial com base em um juízo de probabilidade baseado em material cognitivo inferior àquele que possuía o prolator da decisão recorrida. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA.
GRAVE LESÃO À ORDEM E ECONOMIA PÚBLICAS.
INEXISTÊNCIA. PEDIDO DE SUSPENSÃO INDEFERIDO.
AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

²¹ Vide TCDF. Processo nº 8.711/2012. Disponível em: www.tc.df.gov.br.

I - Consoante a legislação de regência (v.g. Lei n. 8.437/1992 e 12.016/2009) e a jurisprudência deste Superior Tribunal e do c. Pretório Excelso, somente é cabível o pedido de suspensão quando a decisão proferida contra o Poder Público puder provocar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

II - *In casu*, não ficou cabalmente demonstrada a grave lesão aos interesses tutelados pela legislação de regência, razão pela qual não prospera o pedido de suspensão formulado pelo agravante. Precedentes da Corte Especial. Agravo regimental desprovido. (AgRg na SS 2.607/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2012, DJe 02/10/2012)

AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. CONCURSO DE PROMOÇÃO. PROCURADORES DA FAZENDA. ESTÁGIO PROBATÓRIO NÃO CONCLUÍDO. INTERPRETAÇÃO DO EDITAL E DE RESOLUÇÕES DA AGU.

– As questões relacionadas à legalidade da decisão de segundo grau constituem temas jurídicos de mérito, os quais **ultrapassam os limites traçados para a suspensão de liminar, de sentença ou de segurança, cujo objetivo é afastar a concreta possibilidade de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.** A via da suspensão, como é cediço, não substitui os recursos processuais adequados.

[...] (AgRg na SLS 1.257/DF, Rel. Ministro PRESIDENTE DO STJ, Rel. p/ Acórdão Ministro CESAR ASFOR ROCHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 01/09/2010, DJe 14/09/2010)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. REQUISITOS. OFENSA À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICA NÃO COMPROVADA. PODER DE TRIBUTAR. INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO NA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA QUE NÃO SE VERIFICA. EFEITO MULTIPLICADOR. AUSÊNCIA. MEDIDA PROPOSTA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. INDEFERIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL.

1. *Omissis.*

2. Ausentes os requisitos autorizadores do juízo de suspensão, não basta, ao respectivo deferimento, a mera e unilateral declaração de que da decisão impugnada resultarão comprometidos os valores sociais protegidos pela medida excepcional.

3. Não ofende a ordem pública a decisão que tão-somente impõe, à Administração, a observância dos princípios basilares a ela constitucionalmente atribuídos. A Administração não está imune ao controle da legalidade de seus atos 4. Alegação de potencial efeito

multiplicador da decisão que, por unilateral e não comprovada, presume-se como mera hipótese.

5. Impõe-se o indeferimento de pedido de suspensão proposto como sucedâneo recursal. Precedentes.

6. Agravo Regimental não provido. (AgRg na SS 1.491/AL, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/03/2006, DJ 10/04/2006, p. 96)

Note-se que o item 3 desta última ementa deixa bem claro que a ordem pública não resta ofendida quando a decisão judicial impõe à Administração Pública a observância dos princípios basilares a ela constitucionalmente atribuídos, como bem consignou o Juízo de Primeiro Grau ao determinar o Poder Público cumprisse suas obrigações pactuadas no contrato de concessão antes de proceder a um novo certame licitatório.

A jurisprudência do c. Supremo Tribunal Federal também está sedimentada no mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. COBRANÇA. SUSPENSÃO. ALEGAÇÃO DE GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. 1. *Omissis*. 2. A existência da situação de grave lesão à ordem e à economia públicas, alegada para justificar a concessão da medida de contracautela, há de ser cabalmente demonstrada pela entidade estatal que requer a providência autorizada pela legislação específica, não bastando a mera declaração de que a execução do ato decisório comprometerá os valores legalmente protegidos. 3. Agravo regimental improvido. (STA 152 AgR, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 10/03/2008, DJe-065 DIVULG 10-04-2008 PUBLIC 11-04-2008 EMENT VOL-02314-01 PP-00006)

3.1.5. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DAS QUESTÕES DE FUNDO EM SEDE DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA – DA DECISÃO FUNDAMENTADA NA VIOLAÇÃO AO ART. 38, § 1º, II, DA LEI Nº 8.987/1995:

Para deferir a mencionada *suspensão de segurança*, o acórdão recorrido, adotando os fundamentos da decisão agravada adentrou ao mérito da demanda, afirmando que:

“a potencialidade lesiva decorrente da manutenção decisão atacada, em contraposição ao que se pode evitar com a sua suspensão, mais precisamente eventual violação à ordem pública, **com fulcro no que dispõe o artigo 38, 1º, II, da Lei 8.987/1995**, deferir o presente pedido”.²².

Esse dispositivo se refere às hipóteses em que poderá ser decretada a caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais aos concessionários, decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão, o que definitivamente não descreve a realidade dos fatos, já que, ao contrário do recorrido, a recorrente tem cumprido o contrato em seus exatos termos.

Com efeito, o mencionado dispositivo legal usado para fundamentar o deferimento da suspensão de segurança, a par de não se aplicar na espécie, **trata especificamente do mérito** debatido na ação proposta pela recorrente, qual seja: a inexecução do contrato por parte do recorrido, que não se atentou aos limites impostos pela própria lei de concessões e procedeu com certame licitatório mesmo sem cumprir as exigências do artigo 42, parágrafos 2º e 3º, I da lei 8.987/1995.²³.

Assim, o Superior Tribunal de Justiça possui firme jurisprudência no sentido de que **os temas de mérito da demanda principal não podem ser examinados na via especial da suspensão de segurança**, que não substitui o recurso próprio. É que a suspensão de segurança limita-se a averiguar a possibilidade de grave lesão à ordem, à segurança, à saúde e à economia públicas e não as questões de fundo. Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. QUESTÕES DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE OMISSÕES.

– A suspensão de segurança não é a via adequada para o exame das questões jurídicas postas na demanda principal, o que afasta a alegação de omissão quanto a elas no âmbito da referida medida excepcional. Embargos de declaração rejeitados.²⁴.

[...] 1. No exame do pedido de suspensão, a regra é ater-se o Presidente do Tribunal às razões inscritas na norma específica,

²² Folha 2, último parágrafo, do acórdão recorrido. Grifos não constam do original.

²³ O inteiro teor do dispositivo legal foi citado à fl. 6, deste recurso.

²⁴ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Declaração no Agravo Regimental na Suspensão de Segurança nº 2.356/MA, Rel. Ministro Presidente do STJ, Rel. p/ Acórdão Ministro Cesar Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 01/09/2010, DJe 14/09/2010. Grifos não constam do original.

sem apego às questões de fundo trazidas com o Mandado de Segurança original, cujo deslinde compete, privativamente, às instâncias ordinárias.

2. A questão relativa à admissibilidade da modalidade de licitação do tipo Pregão diz respeito a esfera da ordem jurídica, cuja lesão não se examina em pedido de suspensão (Precedentes).

3. *Omissis.*

4. Agravo Regimental não provido.²⁵.

4. DOS REQUERIMENTOS

Ante o que foi exposto, faz-se justo e necessário requerer:

- 4.1. Seja dado seguimento ao presente recurso especial, porquanto preenche os requisitos de admissibilidade e possui caráter emergencial;
- 4.2. No mérito, seja provido para reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, restabelecendo-se a decisão da Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal;
- 4.3. Caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, requer seja submetido o presente recurso ao órgão Colegiado desta Corte Superior.

Termos em que pede e espera deferimento.

Brasília, 19 de novembro de 2012.


Éverson Ricardo Arraes Mendes

OAB-DF 14.332

Jaques Fernando Reolon

OAB/DF nº 22.885

²⁵ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental na Suspensão de Segurança nº 1.458/DF, Relator. Ministro Edson Vidigal, Corte Especial, julgado em 29/06/2005, DJ 19/09/2005. Grifos não constam do original.

MEDIDA CAUTELAR Nº 20.508 - DF (2013/0011413-9)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
REQUERENTE : LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA
ADVOGADO : ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO E OUTRO(S)
REQUERIDO : DISTRITO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de medida cautelar, com pedido liminar, ajuizada por LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA, objetivando dar efeito suspensivo a recurso especial, interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que negou provimento ao agravo regimental na Suspensão de Segurança nº 2012.00.2.021841-6.

A ementa do julgado *a quo* restou assim ementada:

"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA CONTRA O PODER PÚBLICO. SUSPENSÃO DE SEGURANÇA DEFERIDA. AGRAVO REGIMENTAL. GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. RECURSO NÃO PROVIDO.

I- Incabível, na sede estrita de suspensão de segurança, examinar questões de fundo envolvidas na lide principal, devendo a análise cingir-se à potencialidade lesiva da decisão. O juízo realizado se circunscreve ao exame da conveniência e da oportunidade de se conter os efeitos da decisão proferida contra o Poder Público, até o final do julgamento da demanda.

II- No caso, a suspensão dos efeitos da decisão busca evitar a violação da ordem e da economia públicas, pois se estaria impedindo a implantação de um novo sistema de transporte público no Distrito Federal com a exclusão das linhas operadas pela empresa recuperanda, sem se perder de vista ainda o que dispõe o artigo 38, § 1º, inciso II, da Lei 8.987/1995, tudo em observância aos princípios que regem a Administração Pública.

III- Presente tais requisitos, é de se deferir a suspensão de decisão proferida no bojo de ação de recuperação judicial.

IV- Agravo regimental não provido."

Depreende-se do exame dos documentos acostados aos autos, ter a parte ora requerente formulado incidentalmente, perante o Juízo da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, pedido de tutela cautelar no intuito de que fossem excluídas da Concorrência Pública nº 01/2011 as linhas operadas pela frota dessa, até que o Distrito Federal comprovasse, perante aquele juízo, o cumprimento do art. 42 da Lei 8.987/1995.

Aludida concorrência, realizada pelo governo do Distrito Federal, tem com o objetivo a delegação dos serviços básicos rodoviários do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

O juízo singular, ao fundamento da necessidade do Estado-Juiz ter o poder-dever de velar pela preservação do empreendimento sob recuperação judicial - art. 47 da Lei 11.101/2005 - e que o edital de concorrência objurgado, nos termos consignados, inviabilizaria a continuidade das atividades da requerente, deferiu parcialmente o pedido cautelar.

Superior Tribunal de Justiça

CO
~

Para tanto, determinou a Comissão de Licitação que excluísse/suspendesse, da aludida concorrência, as linhas operadas pela frota da empresa ora requerente, até que o DF comprovasse, perante aquele juízo, a realização do aditamento do edital, com a ressalva de respeito as regras de transição constantes no art. 42 e seus parágrafos da Lei 8.987/1995.

Contra essa decisão, o Distrito Federal requereu, com fundamento no art. 4º da Lei 8.437/1992, pedido de suspensão da eficácia da decisão proferida pelo juízo de primeira instância.

Argumentou que o *decisum* fustigado poderia causar lesão à ordem e à economia, na medida em que impediria a implantação de um novo modelo de transporte público no Distrito Federal. Esclareceu que o novo modelo de transporte público a ser implementado pela concorrência pública não seria distribuído por linhas, como ocorre no sistema atual, onde a empresa executa o transporte público a partir de pontos de início e de final, ambos previamente definidos. No novo modelo, o Distrito Federal seria geograficamente dividido em cinco "bacias" ou "lotes", dando uma idéia de divisão por setores.

Informou que, a prevalecer a decisão cautelar, restaria inviabilizado todo o procedimento licitatório, pois "as empresas do Grupo Canhedo, incluídas aí as empresas CONDOR TRANSPORTES URBANOS LTDA, VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA e LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA, possuem diversas linhas, as quais estariam distribuídas em todos os Lotes/Bacias definidos no edital." (e-STJ fl. 269)

Defendendo a legalidade da licitação, informou que a sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 2001.01.1.010242-8, oriunda da 4ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, impôs ao GDF a obrigação de promover o certame com vistas à contratação de novos delegatários do serviço de transporte público do Distrito Federal.

Considerando os fatos enumerados pelo requerido, o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal deferiu o pedido de suspensão pleiteada, para reformar a decisão proferida pelo juízo monocrático.

Cita-se, da decisão objurgada, a seguinte trecho, que bem resume as razões de decidir :

"Como é de conhecimento geral, os serviços de transporte público no Distrito Federal estão muito aquém daquilo que se espera para atender a população. Todavia, a manutenção da decisão fustigada não chegaria ao extremo, conforme quer fazer crer o requerente, de inviabilizar a implantação do novo sistema de transporte público no modelo de Lotes/Bacias. A conclusão precisa nesse sentido, porém, demanda extensa dilação probatória, não admitida na presente via estreita.

Assim, a potencialidade lesiva decorrente da manutenção da decisão atacada, em contraposição ao que pode evitar com a sua suspensão, mas precisamente eventual violação à ordem pública, hei por bem, no que dispõe o artigo 38, § 1º, inciso II, da Lei 8987/1995, deferir o presente pedido.

No mais, eventuais questões relativas a indenizações decorrentes da rescisão dos contratos, encontram previsão na legislação de regência e poderão ser apuradas nas vias próprias. " (e-STJ fls. 272/273)

Contra essa decisão foi interposto agravo regimental, que restou desprovido.

Irresignada, a empresa ora requerente, interpôs recurso especial, ainda pendente de admissibilidade perante o Tribunal *a quo*.

Superior Tribunal de Justiça

Na medida cautelar, a requerente pleiteia a concessão de liminar, para suspender os efeitos do acórdão recorrido e restabelecer a eficácia da decisão de primeiro grau. Ao final, pleiteia que a presente medida seja conhecida para assegurar a eficácia do julgamento do recurso especial, tornando-se definitiva decisão *in limine*.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte, em relação à concessão de liminar em medida cautelar, ajuizadas com o propósito de conferir efeito suspensivo ao recurso especial, vem adotando o mesmo posicionamento exarado pelo Supremo Tribunal Federal, vazado nas Súmulas nºs 634 e 635, no sentido de que a competência desta Corte para o exame do feito só se inicia após a admissão do especial pela instância de origem.

Contudo, excepcionalmente, admite-se a competência do Superior Tribunal de Justiça, quando apesar do especial ainda não ter sido admitido, a parte provar que a decisão impugnada no recurso pendente é manifestamente ilegal ou teratológica, ou que não pode esperar o desfecho final do litígio, sob pena de sofrer dano irreparável ou de difícil reparação.

"PROCESSO CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO INEXISTENTE.

1. A competência desta Corte para examinar medida cautelar com objetivo de dar efeito suspensivo a recurso especial só se faz pertinente quando se trata de recurso já admitido.

2. Excepcionalmente, é possível superar o óbice da admissibilidade quando se tratar de decisão teratológica ou manifestamente ilegal.

3. Se não se faz presente a teratologia ou a ilegalidade, não há espaço para examinar-se o perigo para a parte.

4. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg na MC 10713/SP, Rel. Ministra ELLIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/03/2006, DJ 24/04/2006, p. 383)

No julgamento do AgRg no MC 1185, relatado pela Min. Nancy Andrighi, este Tribunal pontuou que a concessão de medidas cautelares, tal como a presente, e, por óbvio, de pedido liminar formulada em seu bojo, dado o caráter de excepcionalidade absoluta que a permeia, demandaria a comprovação do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, sendo a aparência do bom direito representada pela soma dos seguintes requisitos:

"a.) instauração da jurisdição cautelar do STJ - juízo positivo de admissibilidade do recurso especial;

b.) viabilidade recursal, pelo atendimento de pressupostos recursais específicos e genéricos, e não incidência de óbices sumulares e regimentais;

c.) plausibilidade da pretensão recursal formulada contra eventual error in iudicando ou error in procedendo".

Eis a ementa do julgado:

"MEDIDA CAUTELAR ORIGINÁRIA. APARENTE

INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM EXAME DE MÉRITO.

I - Na apreciação das condições da ação cautelar, é necessária a constatação da coexistência dos requisitos da fumaça do bom direito e do perigo na demora, que, a um só tempo, revelam a viabilidade do processo cautelar e a plausibilidade do direito.

II - Em se tratando de medida cautelar originária para emprestar efeito suspensivo a recurso especial interposto perante a instância de origem, ou para determinar sua subida, está o Relator autorizado a proceder um juízo prévio e perfunctório de viabilidade do recurso especial, pois, apresentando-se este manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário à Jurisprudência dominante de Tribunal Superior, o seu aparente insucesso prejudica a admissibilidade do pedido cautelar.

III - Por estar caracterizada a aparente inadmissibilidade do recurso especial, não merece seguimento a medida cautelar intentada, por falta dos requisitos autorizadores de seu processamento, pois na hipótese específica de medida cautelar para garantir a utilidade do recurso especial interposto, é imprescindível o atendimento dos pressupostos específicos do recurso especial.

IV - Conforme entendimento do STF, que se traz para a sede do recurso especial, a concessão de efeito suspensivo a esse, que é de "excepcionalidade absoluta" (AGRPET 1859, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 28-04-00) - depende de a.) instauração da jurisdição cautelar do STJ - juízo positivo de admissibilidade do recurso especial; b.) viabilidade recursal, pelo atendimento de pressupostos recursais específicos e genéricos, e não incidência de óbices sumulares e regimentais; c.) plausibilidade da pretensão recursal formulada contra eventual error in judicando ou error in procedendo. A soma desses requisitos consubstancia a aparência do bom direito do Requerente da Medida Cautelar originária, que deve estar associada ao perigo na demora da prestação jurisdicional que atinja o direito material ou ocasione superveniente perda de interesse recursal pelo decurso de tempo." (AgRg na MC 1185/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/10/2000, DJ 13/11/2000, p. 140)

Nos contornos da situação trazida pela cautelar, ao menos num juízo prefacial e no atual momento processual, a pretensão urgente não se evidencia plausível.

Com efeito, a análise perfunctória da jurisprudência deste Tribunal Superior mostra posicionamento em sentido desfavorável ao exame da tese trazida no especial.

Como relatado, o presente apelo extremo foi interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem nos autos de um pedido de suspensão de segurança.

É sabido que a suspensão de segurança, nos termos do *caput*, do art. 4º, da Lei 8.437/1992, limita-se a averiguar a possibilidade de grave lesão à ordem, à segurança, à saúde e à economia públicas. Não se examina, no pedido de contracautela, os temas de mérito da demanda principal.

Com base na legislação de regência, o Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento no sentido de que o pedido de suspensão de segurança ou de liminar não seria objeto de recurso especial, uma vez que esse visa examinar argumentos que digam respeito a exame de legalidade, enquanto o juízo exercido pelo Tribunal *a quo*, em suspensão de

segurança, é de cunho político.

Cito os seguintes precedentes:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO.

1 A suspensão de liminar e de sentença limita-se a averiguar a possibilidade de grave lesão à ordem, à segurança, à saúde e às economias públicas. Não se examinam, no pedido de contracautela, os temas de mérito da demanda principal.

2. Em que pese a ressalva do entendimento deste Relator, é pacífica no Superior Tribunal de Justiça a tese de que o pedido de suspensão de segurança ou de liminar ostenta feição política, daí resultando não ser cabível o recurso especial. Até porque o apelo extremo visa a combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, não de análise de juízo político.

3. Ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial.

Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUSPENSÃO DE EFEITOS DE SENTENÇA PROFERIDA EM SEDE DE MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO ESPECIAL NÃO-CONHECIDO. APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE. DECISÃO COM CARÁTER POLÍTICO. SUFICIÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES ARGÜIDAS NA LIDE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos por COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN em face de acórdão que não conheceu de recurso especial de sua autoria sob o fundamento de que a decisão do Presidente do Tribunal que suspende a execução de sentença proferida em mandado de segurança é resultado de ato político sobre o grau de lesividade provocada à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. Sustenta a embargante a existência de omissão no aresto proferido, requerendo a revisão do julgado ao desconsiderar as disposições do art. 4º, § 2º, da Lei 4.348/64, com as alterações da Lei 8.437/92, alterada pela MP 2.180-35/01 e pela Lei 10.910/04. Ao mais, segue a defender que o que se busca é análise de uma questão de direito: a determinação de que o deferimento da suspensão da segurança vigore até o trânsito em julgado. Sustenta que a questão da cessação dos efeitos da decisão suspensiva em razão da superveniência de decisão de mérito é consentânea com o entendimento sufragado por esta Corte. Resposta da União pleiteando a

manutenção do aresto embargado.

2. O aresto que apreciou o recurso especial foi absolutamente claro ao relatar a pretensão da recorrente e a sua alegação de violação ao art. 4º, § 2º, da Lei 4.348/64, com posteriores alterações. Verifica-se que não se furtou o decisório da apreciação do preceito legal referenciado, tendo sido explícito ao relatar as razões da recorrente, porém, não emitiu juízo de valor a seu respeito em decorrência da não-transposição do juízo inicial de conhecimento do apelo raro. Não se trata, portanto, de omissão. Aplicou-se o entendimento dominante no âmbito desta Casa Julgadora de que o juízo político emitido pelo Presidente do Tribunal, ao suspender os efeitos da sentença por motivo de ofender a ordem econômica e jurídica, é insuscetível de controle pela via do recurso especial.

3. Embargos de declaração rejeitados." (Grifei.)

(EDcl no REsp 768.480/RJ, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, julgado em 11/4/2006, DJ 22/5/2006.)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DE SEGURANÇA - ART. 4º DA LEI N. 4.348/64. DECISÃO DE CUNHO POLÍTICO. SÚMULA N. 7/STJ. PRECEDENTES.

1. A decisão suspensiva da execução de medida liminar em mandado de segurança, na forma do art. 4º da Lei n. 4.348/64, não se sujeita a recurso especial, em face de seu viés eminentemente político. Aplicação da Súmula n. 7/STJ.

2. Recurso especial não-conhecido."

(REsp 265.933/PE, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Segunda Turma, julgado em 6/12/2005, DJ 13/3/2006.)

"SUSPENSÃO DE SEGURANÇA - RECURSO ESPECIAL - POSSIBILIDADE - ATO POLÍTICO - MATÉRIA DE FATO - PRECEDENTES.

Consoante entendimento consagrado na doutrina e jurisprudência, o escopo do recurso especial pode ser circunscrito à harmonização da jurisprudência e à proteção da legislação infraconstitucional, o que significa reconhecer sua estrita vinculação à questões de direito. O instituto da suspensão de segurança, por seu turno, destoa do enfoque que se perfaz no recurso especial, porquanto subordina-se a preceitos de ordem jurídico-política.

O exame da pretensa violação do artigo 4º da Lei n. 4.348/64 sujeita-se ao exame do acervo fático-probatório, consoante reiteradamente tem sido decidido por este Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Peço vênha a eminente Ministra Eliana Calmon, de sorte que não conheço do recurso especial."

(REsp 594.121/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Rel. p/ Acórdão Min. Franciulli Netto, Segunda Turma, julgado em 22/6/2004, DJ 8/11/2004)

Nesse mesmo sentido, cumpre trazer à lume o seguinte ensinamento doutrinário:

Superior Tribunal de Justiça

"O pedido de suspensão não detém natureza recursal, porquanto somente se considera recurso aquele que esteja previsto ou taxado em lei como tal.

E, justamente por não estar previsto em lei como recurso, o pedido de suspensão não deve assim ser considerado por não atender ao princípio da taxatividade, "segundo o qual somente são considerados como tais (como recursos) aqueles designados, em *numerus clausus*, pela lei federal".

Uma vez acolhido pelo Presidente do respectivo tribunal, o pedido de suspensão não terá o condão de reformar, anular, nem desconstituir a decisão liminar ou antecipatória. Desse modo, o requerimento de suspensão não contém o efeito substitutivo a que alude o art. 512 do CPC. Na verdade, conquanto alguns autores de nomeada lhe atribuam a natureza de sucedâneo recursal, o pedido de suspensão consiste num incidente processual, destinado, apenas, a retirar da decisão sua executoriedade; serve, simplesmente, para suspender a decisão, mantendo-a, em sua existência, incólume. Daí por que não se lhe deve, com a devida venia dos que se posicionam em sentido divergente, conferir natureza recursal, não o encaixilhando na moldura dos sucedâneos recursais. É que o sucedâneo recurso, de que é exemplo o pedido de reconsideração, "faz as vezes de um recurso, porquanto se destina a obter a reforma ou a anulação de uma decisão naquele mesmo processo". Ora, como se disse, pelo pedido de suspensão, não há a reforma, desconstituição, nem anulação da decisão; esta se mantém íntegra, subtraindo-se tão-somente os seus efeitos, sobrestando seu cumprimento.

(...)

Ao apreciar o pedido de suspensão de liminar, o Presidente do tribunal não adentra no âmbito da controvérsia instalada na demanda, não examinando o mérito da contenda principal. (...)

Por essa razão, não se afigura cabível a interposição de recurso extraordinário nem de recurso especial contra acórdão que, em agravo interno ou regimental, confirme ou reforme a decisão tomada pelo presidente, na apreciação do pedido de suspensão de liminar." (Leonardo José Carneiro Cunha, in "A Fazenda Pública em juízo", SP, Dialética, 2005, 2ª ed., pp 274/276)

Dessa feita, ausente o requisito da plausibilidade da pretensão recursal, indefiro liminarmente a presente medida cautelar.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 24 de janeiro de 2013.

MINISTRA ELIANA CALMON
Vice-Presidente no exercício da Presidência

Superior Tribunal de Justiça

AgRg na MEDIDA CAUTELAR Nº 20.508 - DF (2013/0011413-9)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA
ADVOGADOS : ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO
IVIS GLÓRIA LOPES GUIMARÃES DE PÁDUA RIBEIRO E
OUTRO(S)
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. APLICAÇÃO POR ANALOGIA DAS SÚMULAS N. 634 E 635 DO STF. HIPÓTESE EXCEPCIONAL NÃO-CONFIGURADA. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO.

1. Não houve comprovação acerca da realização do juízo de admissibilidade do recurso especial na origem, uma vez que a decisão juntada às fls. 425/426 tem como recorrente CONDOR Transportes Urbanos Ltda e, não, a ora agravante (LOTAXI - Transportes Urbanos Ltda). Assim, na hipótese examinada, não houve a realização do juízo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, o que afastaria, em princípio, a competência desta Corte Superior para analisar a pretensão cautelar, nos termos das Súmulas 634 e 635 do STF. É certo que, em situações excepcionais, esta Corte Superior concede efeito suspensivo ao recurso especial ainda não admitido no Tribunal de origem, sendo exigida, nesses casos, a comprovação de uma situação de excepcionalidade, em que haja, cumulativamente, os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni juris*, aliados à teratologia ou manifesta ilegalidade da decisão, o que não é o caso dos autos.

2. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político.

3. *"Ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial"* (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).

4. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"Prosseguindo-se no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Castro Meira, acompanhando o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques, a Turma, por unanimidade, negou

Superior Tribunal de Justiça

provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro-Relator."

Os Srs. Ministros Castro Meira (voto-vista), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília (DF), 19 de março de 2013.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES , Relator



Superior Tribunal de Justiça

AgRg na MEDIDA CAUTELAR Nº 20.508 - DF (2013/0011413-9)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA
ADVOGADOS : ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO
IVIS GLÓRIA LOPES GUIMARÃES DE PÁDUA RIBEIRO E
OUTRO(S)
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator):

Trata-se de agravo regimental na medida cautelar interposto por LOTAXI - Transportes Urbanos Ltda em face de decisão proferida pela eminente Ministra Eliana Calmon, no período de recesso, que indeferiu liminarmente a medida cautelar, nos seguintes termos:

Trata-se de medida cautelar, com pedido liminar, ajuizada por LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA, objetivando dar efeito suspensivo a recurso especial, interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que negou provimento ao agravo regimental na Suspensão de Segurança nº 2012.00.2.021841-6.

A ementa do julgado *a quo* restou assim ementada:

"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA CONTRA O PODER PÚBLICO. SUSPENSÃO DE SEGURANÇA DEFERIDA. AGRAVO REGIMENTAL. GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. RECURSO NÃO PROVIDO.

I- Incabível, na sede estrita de suspensão de segurança, examinar questões de fundo envolvidas na lide principal, devendo a análise cingir-se à potencialidade lesiva da decisão. O juízo realizado se circunscreve ao exame da conveniência e da oportunidade de se conter os efeitos da decisão proferida contra o Poder Público, até o final do julgamento da demanda.

II- No caso, a suspensão dos efeitos da decisão busca evitar a violação da ordem e da economia públicas, pois se estaria impedindo a implantação de um novo sistema de transporte público no Distrito Federal com a exclusão das linhas operadas pela empresa recuperanda, sem se perder de vista ainda o que dispões o artigo 38, § 1º, inciso II, da Lei 8.987/1995, tudo em observância aos princípios que regem a Administração Pública.

III- Presente tais requisitos, é de se deferir a suspensão de decisão proferida no bojo de ação de recuperação judicial.

IV- Agravo regimental não provido."

Depreende-se do exame dos documentos acostados aos autos, ter a parte ora requerente formulado incidentalmente, perante o Juízo da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, pedido de tutela cautelar no intuito de que fossem excluídas da Concorrência Pública nº 01/2011 as linhas operadas pela frota dessa, até que o Distrito Federal comprovasse, perante aquele juízo, o cumprimento do art. 42 da Lei 8.987/1995.

Superior Tribunal de Justiça

Aludida concorrência, realizada pelo governo do Distrito Federal, tem com o objetivo a delegação dos serviços básicos rodoviários do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

O juízo singular, ao fundamento da necessidade do Estado-Juiz ter o poder-dever de velar pela preservação do empreendimento sob recuperação judicial - art. 47 da Lei 11.101/2005 - e que o edital de concorrência objurgado, nos termos consignados, inviabilizaria a continuidade das atividades da requerente, deferiu parcialmente o pedido cautelar.

Para tanto, determinou à Comissão de Licitação que excluísse/suspendesse, da aludida concorrência, as linhas operadas pela frota da empresa ora requerente, até que o DF comprovasse, perante aquele juízo, a realização do aditamento do edital, com a ressalva de respeito as regras de transição constantes no art. 42 e seus parágrafos da Lei 8.987/1995.

Contra essa decisão, o Distrito Federal requereu, com fundamento no art. 4º da Lei 8.437/1992, pedido de suspensão da eficácia da decisão proferida pelo juízo de primeira instância.

Argumentou que o *decisum* fustigado poderia causar lesão à ordem e à economia, na medida em que impediria a implantação de um novo modelo de transporte público no Distrito Federal. Esclareceu que o novo modelo de transporte público a ser implementado pela concorrência pública não seria distribuído por linhas, como ocorre no sistema atual, onde a empresa executa o transporte público a partir de pontos de início e de final, ambos previamente definidos. No novo modelo, o Distrito Federal seria geograficamente dividido em cinco "bacias" ou "lotes", dando uma idéia de divisão por setores.

Informou que, a prevalecer a decisão cautelar, restaria inviabilizado todo o procedimento licitatório, pois "as empresas do Grupo Canhedo, incluídas aí as empresas CONDOR TRANSPORTES URBANOS LTDA, VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA e LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA, possuem diversas linhas, as quais estariam distribuídas em todos os Lotes/Bacias definidos no edital." (e-STJ fl. 269)

Defendendo a legalidade da licitação, informou que a sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 2001.01.1.010242-8, oriunda da 4ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, impôs ao GDF a obrigação de promover o certame com vistas à contratação de novos delegatários do serviço de transporte público do Distrito Federal.

Considerando os fatos enumerados pelo requerido, o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal deferiu o pedido de suspensão pleiteada, para reformar a decisão proferida pelo juízo monocrático.

Cita-se, da decisão objurgada, a seguinte trecho, que bem resume as razões de decidir :

"Como é de conhecimento geral, os serviços de transporte público no Distrito Federal estão muito aquém daquilo que se espera para atender a população. Todavia, a manutenção da decisão fustigada não chegaria ao extremo, conforme quer fazer crer o requerente, de inviabilizar a implantação do novo sistema de transporte público no modelo de Lotes/Bacias. A conclusão precisa nesse sentido, porém, demanda extensa dilação probatória, não admitida na presente via estreita.

Assim, a potencialidade lesiva decorrente da manutenção da decisão atacada, em contraposição ao que pode evitar com a sua suspensão, mas precisamente eventual violação à ordem pública, hei por bem, no que dispõe o artigo 38, § 1º, inciso II, da Lei 8987/1995, deferir o presente pedido.

No mais, eventuais questões relativas a indenizações decorrentes da rescisão



Superior Tribunal de Justiça

dos contratos, encontram previsão na legislação de regência e poderão ser apuradas nas vias próprias." (e-STJ fls. 272/273)

Contra essa decisão foi interposto agravo regimental, que restou desprovido. Irresignada, a empresa ora requerente, interpôs recurso especial, ainda pendente de admissibilidade perante o Tribunal *a quo*.

Na medida cautelar, a requerente pleiteia a concessão de liminar, para suspender os efeitos do acórdão recorrido e restabelecer a eficácia da decisão de primeiro grau. Ao final, pleiteia que a presente medida seja conhecida para assegurar a eficácia do julgamento do recurso especial, tornando-se definitiva decisão *in limine*.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte, em relação à concessão de liminar em medida cautelar, ajuizadas com o propósito de conferir efeito suspensivo ao recurso especial, vem adotando o mesmo posicionamento exarado pelo Supremo Tribunal Federal, vazado nas Súmulas nºs 634 e 635, no sentido de que a competência desta Corte para o exame do feito só se inicia após a admissão do especial pela instância de origem.

Contudo, excepcionalmente, admite-se a competência do Superior Tribunal de Justiça, quando apesar do especial ainda não ter sido admitido, a parte provar que a decisão impugnada no recurso pendente é manifestamente ilegal ou teratológica, ou que não pode esperar o desfecho final do litígio, sob pena de sofrer dano irreparável ou de difícil reparação.

"PROCESSO CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO INEXISTENTE.

1. A competência desta Corte para examinar medida cautelar com objetivo de dar efeito suspensivo a recurso especial só se faz pertinente quando se trata de recurso já admitido.

2. Excepcionalmente, é possível superar o óbice da admissibilidade quando se tratar de decisão teratológica ou manifestamente ilegal.

3. Se não se faz presente a teratologia ou a ilegalidade, não há espaço para examinar-se o perigo para a parte.

4. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg na MC 10713/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/03/2006, DJ 24/04/2006, p. 383)

No julgamento do AgRg no MC 1185, relatado pela Min. Nancy Andrighi, este Tribunal pontuou que a concessão de medidas cautelares, tal como a presente, e, por óbvio, de pedido liminar formulada em seu bojo, dado o caráter de excepcionalidade absoluta que a permeia, demandaria a comprovação do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, sendo a aparência do bom direito representada pela soma dos seguintes requisitos:

"a.) instauração da jurisdição cautelar do STJ - juízo positivo de admissibilidade do recurso especial;

b.) viabilidade recursal, pelo atendimento de pressupostos recursais específicos e genéricos, e não incidência de óbices sumulares e regimentais;

c.) plausibilidade da pretensão recursal formulada contra eventual error in judicando ou error in procedendo".

Eis a ementa do julgado:



Superior Tribunal de Justiça

"MEDIDA CAUTELAR ORIGINÁRIA. APARENTE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM EXAME DE MÉRITO.

I - Na apreciação das condições da ação cautelar, é necessária a constatação da coexistência dos requisitos da fumaça do bom direito e do perigo na demora, que, a um só tempo, revelam a viabilidade do processo cautelar e a plausibilidade do direito.

II - Em se tratando de medida cautelar originária para emprestar efeito suspensivo a recurso especial interposto perante a instância de origem, ou para determinar sua subida, está o Relator autorizado a proceder um juízo prévio e perfunctório de viabilidade do recurso especial, pois, apresentando-se este manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário à Jurisprudência dominante de Tribunal Superior, o seu aparente insucesso prejudica a admissibilidade do pedido cautelar.

III - Por estar caracterizada a aparente inadmissibilidade do recurso especial, não merece seguimento a medida cautelar intentada, por falta dos requisitos autorizadores de seu processamento, pois na hipótese específica de medida cautelar para garantir a utilidade do recurso especial interposto, é imprescindível o atendimento dos pressupostos específicos do recurso especial.

IV - Conforme entendimento do STF, que se traz para a sede do recurso especial, a concessão de efeito suspensivo a esse, que é de "excepcionalidade absoluta" (AGRPET 1859, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 28-04-00) - depende de a.) instauração da jurisdição cautelar do STJ - juízo positivo de admissibilidade do recurso especial; b.) viabilidade recursal, pelo atendimento de pressupostos recursais específicos e genéricos, e não incidência de óbices sumulares e regimentais; c.) plausibilidade da pretensão recursal formulada contra eventual error in iudicando ou error in procedendo. A soma desses requisitos consubstancia a aparência do bom direito do Requerente da Medida Cautelar originária, que deve estar associada ao perigo na demora da prestação jurisdicional que atinja o direito material ou ocasione superveniente perda de interesse recursal pelo decurso de tempo." (AgRg na MC 1185/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/10/2000, DJ 13/11/2000, p. 140)

Nos contornos da situação trazida pela cautelar, ao menos num juízo prefacial e no atual momento processual, a pretensão urgente não se evidencia plausível.

Com efeito, a análise perfunctória da jurisprudência deste Tribunal Superior mostra posicionamento em sentido desfavorável ao exame da tese trazida no especial.

Como relatado, o presente apelo extremo foi interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem nos autos de um pedido de suspensão de segurança.

É sabido que a suspensão de segurança, nos termos do *caput*, do art. 4º, da Lei 8.437/1992, limita-se a averiguar a possibilidade de grave lesão à ordem, à segurança, à saúde e à economia públicas. Não se examina, no pedido de contracautela, os temas de mérito da demanda principal.

Com base na legislação de regência, o Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento no sentido de que o pedido de suspensão de segurança ou de liminar não seria objeto de recurso especial, uma vez que esse visa examinar argumentos que digam respeito a exame de legalidade, enquanto o juízo exercido pelo Tribunal *a quo*, em suspensão de segurança, é de cunho político.

Cito os seguintes precedentes:

Superior Tribunal de Justiça

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO.

1 A suspensão de liminar e de sentença limita-se a averiguar a possibilidade de grave lesão à ordem, à segurança, à saúde e às economias públicas. Não se examinam, no pedido de contracautela, os temas de mérito da demanda principal.

2. Em que pese a ressalva do entendimento deste Relator, é pacífica no Superior Tribunal de Justiça a tese de que o pedido de suspensão de segurança ou de liminar ostenta feição política, daí resultando não ser cabível o recurso especial. Até porque o apelo extremo visa a combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, não de análise de juízo político.

3. Ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial.

Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1207495/RJ. Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, julgado em 14/04/2011. DJe 26/04/2011)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUSPENSÃO DE EFEITOS DE SENTENÇA PROFERIDA EM SEDE DE MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO ESPECIAL NÃO-CONHECIDO. APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE. DECISÃO COM CARÁTER POLÍTICO. SUFICIÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES ARGÜIDAS NA LIDE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos por COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN em face de acórdão que não conheceu de recurso especial de sua autoria sob o fundamento de que a decisão do Presidente do Tribunal que suspende a execução de sentença proferida em mandado de segurança é resultado de ato político sobre o grau de lesividade provocada à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. Sustenta a embargante a existência de omissão no aresto proferido, requerendo a revisão do julgado ao desconsiderar as disposições do art. 4º, § 2º, da Lei 4.348/64, com as alterações da Lei 8.437/92, alterada pela MP 2.180-35/01 e pela Lei 10.910/04. Ao mais, segue a defender que o que se busca é análise de uma questão de direito: a determinação de que o deferimento da suspensão da segurança vigore até o trânsito em julgado. Sustenta que a questão da cessação dos efeitos da decisão suspensiva em razão da superveniência de decisão de mérito é consentânea com o entendimento sufragado por esta Corte. Resposta da União pleiteando a manutenção do aresto embargado.

2. O aresto que apreciou o recurso especial foi absolutamente claro ao relatar a pretensão da recorrente e a sua alegação de violação ao art. 4º, § 2º, da Lei 4.348/64, com posteriores alterações. Verifica-se que não se furtou o decisório da apreciação do preceito legal referenciado, tendo sido explícito ao relatar as razões da recorrente, porém, não emitiu juízo de valor a seu respeito em decorrência da não-transposição do juízo inicial de conhecimento do apelo raro. Não se trata, portanto, de omissão. Aplicou-se o entendimento dominante no âmbito desta Casa Julgadora de que o juízo político emitido pelo Presidente do Tribunal, ao suspender os efeitos da sentença por motivo de ofender a ordem econômica e jurídica, é insuscetível de controle pela via do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

3. Embargos de declaração rejeitados." (Grifei.)

(EDcl no REsp 768.480/RJ, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, julgado em 11/4/2006, DJ 22/5/2006.)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DE SEGURANÇA - ART. 4º DA LEI N. 4.348/64. DECISÃO DE CUNHO POLÍTICO. SÚMULA N. 7/STJ. PRECEDENTES.

1. A decisão suspensiva da execução de medida liminar em mandado de segurança, na forma do art. 4º da Lei n. 4.348/64, não se sujeita a recurso especial, em face de seu viés eminentemente político. Aplicação da Súmula n. 7/STJ.

2. Recurso especial não-conhecido."

(REsp 265.933/PE, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Segunda Turma, julgado em 6/12/2005, DJ 13/3/2006.)

"SUSPENSÃO DE SEGURANÇA - RECURSO ESPECIAL - POSSIBILIDADE - ATO POLÍTICO - MATÉRIA DE FATO - PRECEDENTES.

Consoante entendimento consagrado na doutrina e jurisprudência, o escopo do recurso especial pode ser circunscrito à harmonização da jurisprudência e à proteção da legislação infraconstitucional, o que significa reconhecer sua estrita vinculação à questões de direito. O instituto da suspensão de segurança, por seu turno, destoa do enfoque que se perfaz no recurso especial, porquanto subordina-se a preceitos de ordem jurídico-política.

O exame da pretensa violação do artigo 4º da Lei n. 4.348/64 sujeita-se ao exame do acervo fático-probatório, consoante reiteradamente tem sido decidido por este Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Peço vênua a eminente Ministra Eliana Calmon, de sorte que não conheço do recurso especial."

(REsp 594.121/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Rel. p/ Acórdão Min. Franciulli Netto, Segunda Turma, julgado em 22/6/2004, DJ 8/11/2004)

Nesse mesmo sentido, cumpre trazer à lume o seguinte ensinamento doutrinário:

"O pedido de suspensão não detém natureza recursal, porquanto somente se considera recurso aquele que esteja previsto ou taxado em lei como tal.

É, justamente por não estar previsto em lei como recurso, o pedido de suspensão não deve assim ser considerado por não atender ao princípio da taxatividade, "segundo o qual somente são considerados como tais (como recursos) aqueles designados, em *numerus clausus*, pela lei federal".

Uma vez acolhido pelo Presidente do respectivo tribunal, o pedido de suspensão não terá o condão de reformar, anular, nem desconstituir a decisão liminar ou antecipatória. Desse modo, o requerimento de suspensão não contém o efeito substitutivo a que alude o art. 512 do CPC. Na verdade, conquanto alguns autores de nomeada lhe atribuam a natureza de sucedâneo recursal, o pedido de suspensão consiste num incidente processual, destinado, apenas, a retirar da decisão sua executividade; serve, simplesmente, para suspender a decisão, mantendo-a, em sua existência, incólume. Daí por que não se lhe deve, com a devida venia dos que se posicionam em sentido divergente, conferir natureza recursal, não o encaixilhando na moldura dos sucedâneos recursais. É que o sucedâneo recurso, de que é exemplo o pedido de reconsideração, "faz as vezes de um recurso, porquanto se destina a obter a reforma ou a anulação de uma decisão naquele mesmo processo". Ora, como se disse, pelo pedido de suspensão, não há a reforma, desconstituição, nem anulação da decisão; esta se mantém íntegra,

Superior Tribunal de Justiça

subtraindo-se tão-somente os seus efeitos, sobrestando seu cumprimento.

(...)

Ao apreciar o pedido de suspensão de liminar, o Presidente do tribunal não adentra no âmbito da controvérsia instalada na demanda, não examinando o mérito da contenda principal. (...)

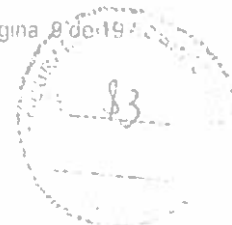
Por essa razão, não se afigura cabível a interposição de recurso extraordinário nem de recurso especial contra acórdão que, em agravo interno ou regimental, confirme ou reforme a decisão tomada pelo presidente, na apreciação do pedido de suspensão de liminar." (Leonardo José Carneiro Cunha, in "A Fazenda Pública em juízo", SP, Dialética, 2005, 2ª ed., pp 274/276)

Dessa feita, ausente o requisito da plausibilidade da pretensão recursal, **indefiro liminarmente** a presente medida cautelar.

Publique-se. Intimem-se.

Nas razões do presente agravo regimental, a parte agravante sustenta: (i) que foi realizado o juízo de admissibilidade do recurso especial pelo Tribunal a quo; (ii) o cabimento do recurso especial contra acórdão proferido em suspensão de liminar, uma vez que *"à vista do nosso sistema constitucional atinente ao Poder Judiciário, o juízo político está sujeito aos estritos limites da legalidade"* (fls. 686), sob pena de ofensa aos artigos 5º, incisos II e XXXV, 37 e 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal. Aduz os argumentos trazidos na inicial.

É o relatório.



Superior Tribunal de Justiça

AgRg na MEDIDA CAUTELAR Nº 20.508 - DF (2013/0011413-9)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. APLICAÇÃO POR ANALOGIA DAS SÚMULAS N. 634 E 635 DO STF. HIPÓTESE EXCEPCIONAL NÃO-CONFIGURADA. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO.

1. Não houve comprovação acerca da realização do juízo de admissibilidade do recurso especial na origem, uma vez que a decisão juntada às fls. 425/426 tem como recorrente CONDOR Transportes Urbanos Ltda e, não, a ora agravante (LOTAXI - Transportes Urbanos Ltda). Assim, na hipótese examinada, não houve a realização do juízo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, o que afastaria, em princípio, a competência desta Corte Superior para analisar a pretensão cautelar, nos termos das Súmulas 634 e 635 do STF. É certo que, em situações excepcionais, esta Corte Superior concede efeito suspensivo ao recurso especial ainda não admitido no Tribunal de origem, sendo exigida, nesses casos, a comprovação de uma situação de excepcionalidade, em que haja, cumulativamente, os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni juris*, aliados à teratologia ou manifesta ilegalidade da decisão, o que não é o caso dos autos.

2. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político.

3. *"Ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial"* (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).

4. Agravo regimental não provido.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator): O presente agravo regimental não merece lograr êxito.

Em primeiro lugar, não houve comprovação acerca da realização do juízo de admissibilidade do recurso especial na origem, uma vez que a decisão juntada às fls. 425/426 tem como recorrente CONDOR Transportes Urbanos Ltda e, não, a ora agravante (LOTAXI - Transportes Urbanos Ltda).



Superior Tribunal de Justiça

Assim, na hipótese examinada, não houve a realização do juízo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, o que afastaria, em princípio, a competência desta Corte Superior para analisar a pretensão cautelar, nos termos das Súmulas 634 e 635 do STF, respectivamente: "*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso extraordinário que ainda não foi objeto de juízo de admissibilidade na origem*"; "*Cabe ao Presidente do Tribunal de origem decidir o pedido de medida cautelar em recurso extraordinário ainda pendente do seu juízo de admissibilidade.*"

É certo que, em situações excepcionais, esta Corte Superior concede efeito suspensivo ao recurso especial ainda não admitido no Tribunal de origem, sendo exigida, nesses casos, a comprovação de uma situação de excepcionalidade, em que haja, cumulativamente, os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, aliados à teratologia ou manifesta ilegalidade da decisão, o que não é o caso dos autos.

A concessão de medidas cautelares, tal como a presente, e, por óbvio, de pedido liminar formulada em seu bojo, dado o caráter de excepcionalidade absoluta que a permeia, pressupõe a coexistência do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora* (ou juízo de verossimilhança e perigo de dano irreparável ou de difícil reparação). Em razão disto, a não-configuração de um deles autoriza o indeferimento da medida pleiteada. Na espécie, em juízo estreitamente perfunctório, entendo que um dos requisitos não se encontram perfectibilizados. Vejamos.

A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político. Nesse sentido, leiam-se os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. EXTEMPORANEIDADE. FACULDADE DO ÓRGÃO JULGADOR. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO.

1. Dada a natureza preventiva do incidente de uniformização de jurisprudência, este deve ser requerido no momento da interposição, da resposta ao recurso especial ou mesmo antes da conclusão do julgamento. Nesse sentido, entendeu a Corte Especial deste STJ, ao conferir interpretação ao artigo 476, do CPC.

Superior Tribunal de Justiça

2. Ademais, a provocação do incidente constitui faculdade, não vinculando o julgador, que usufrui da análise da conveniência e da oportunidade para admiti-lo.
3. No mais, não merece conhecimento o recurso especial, porquanto esta Corte já concluiu no sentido de não ser cabível o apelo extremo de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político. Precedentes.
4. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp. 1.301.766/MA, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 25.04.2012).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR. LESÃO À ORDEM, SAÚDE, SEGURANÇA E ECONOMIA PÚBLICAS. JUÍZO MÍNIMO DE DELIBAÇÃO A RESPEITO DAS QUESTÕES JURÍDICAS PRESENTES NA AÇÃO PRINCIPAL. NÃO CABIMENTO DE RECURSO ESPECIAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO (AgRg no REsp. 821.431/RJ, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJe 26.05.2011).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO.

- 1 A suspensão de liminar e de sentença limita-se a averiguar a possibilidade de grave lesão à ordem, à segurança, à saúde e às economias públicas. Não se examinam, no pedido de contracautela, os temas de mérito da demanda principal.
 2. Em que pese a ressalva do entendimento deste Relator, é pacífica no Superior Tribunal de Justiça a tese de que o pedido de suspensão de segurança ou de liminar ostenta feição política, daí resultando não ser cabível o recurso especial. Até porque o apelo extremo visa a combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, não de análise de juízo político.
 3. Ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial.
- Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011)

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA - RECURSO ESPECIAL - POSSIBILIDADE - ATO POLÍTICO - MATÉRIA DE FATO - PRECEDENTES.

Consoante entendimento consagrado na doutrina e jurisprudência, o escopo do recurso especial pode ser circunscrito à harmonização da jurisprudência e à proteção da legislação infraconstitucional, o que significa reconhecer sua estrita vinculação à questões de direito. O instituto da suspensão de segurança, por seu turno, destoa do enfoque que se perfaz no recurso especial, porquanto subordina-se a preceitos de ordem jurídico-política.

O exame da pretensa violação do artigo 4º da Lei n. 4.348/64 sujeita-se ao exame do acervo fático-probatório, consoante reiteradamente tem sido decidido por este Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Peço vênica a eminente Ministra Eliana Calmon, de sorte que não conheço do



Superior Tribunal de Justiça

recurso especial. (REsp 594.121/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, Rel. p/ Acórdão Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/06/2004, DJ 08/11/2004, p. 210)

Ademais, "ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial" (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).

Com essas considerações, voto por **NEGAR PROVIMENTO** ao agravo regimental.

Superior Tribunal de Justiça

CERTIDÃO DE JULGAMENTO SEGUNDA TURMA

Número Registro: 2013/0011413-9

AgRg na
MC 20.508 / DF

Números Origem: 20120020218408 20120020218416 20120020218424

PAUTA: 26/02/2013

JULGADO: 07/03/2013

Relator

Exmo. Sr. Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **HERMAN BENJAMIN**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA VASCONCELOS**

Secretária

Bela. **VALÉRIA ALVIM DUSI**

AUTUAÇÃO

REQUERENTE : LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA
ADVOGADOS : IVIS GLÓRIA LOPES GUIMARÃES DE PÁDUA RIBEIRO E OUTRO(S)
ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO
REQUERIDO : DISTRITO FEDERAL

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Licitações

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA
ADVOGADOS : IVIS GLÓRIA LOPES GUIMARÃES DE PÁDUA RIBEIRO E OUTRO(S)
ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após o voto do Sr. Ministro-Relator, negando provimento ao agravo regimental, pediu vista dos autos, antecipadamente, o Sr. Ministro Castro Meira."

Aguardam a Sra. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região), os Srs. Ministros Humberto Martins e Herman Benjamin.

Superior Tribunal de Justiça

AgRg na MEDIDA CAUTELAR N° 20.508 - DF (2013/0011413-9)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA
ADVOGADOS : ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO
IVIS GLÓRIA LOPES GUIMARÃES DE PÁDUA RIBEIRO E
OUTRO(S)
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL

VOTO-VISTA

EXMO. SR. MINISTRO CASTRO MEIRA: O presente agravo regimental volta-se contra a decisão que indeferiu liminarmente a medida cautelar ajuizada para emprestar efeito suspensivo a recurso especial manejado em face de acórdão proferido pelo Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA CONTRA O PODER PÚBLICO. SUSPENSÃO DE SEGURANÇA DEFERIDA. AGRAVO REGIMENTAL. GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. RECURSO NÃO PROVIDO.

I- Incabível, na sede estrita de suspensão de segurança, examinar questões de fundo envolvidas na lide principal, devendo a análise cingir-se à potencialidade lesiva da decisão. O juízo realizado se circunscreve ao exame da conveniência e da oportunidade de se conter os efeitos da decisão proferida contra o Poder Público, até final julgamento da demanda.

II- No caso, a suspensão dos efeitos da decisão busca evitar a violação da ordem e da economia públicas, pois se estaria impedindo a implantação de um novo sistema de transporte público no Distrito Federal com a exclusão das linhas operadas pela empresa recuperanda, sem se perder de vista ainda o que dispõe o artigo 38, § 1º, inciso II, da Lei 8.987/1995, tudo em observância aos princípios que regem a Administração Pública.

III- Presente tais requisitos, é de se deferir a suspensão de decisão proferida no bojo de ação de recuperação judicial.

IV- Agravo regimental não provido (e-STJ fl. 330).

A agravante alega, primeiramente, que o recurso especial já sofreu exame positivo de admissibilidade perante o Presidente do Tribunal *a quo*. Assere que o art. 4º da Lei 8.437/92 não está imune a ter a legalidade de sua aplicação controlada pelo Tribunal da Cidadania e que não se trata de mero juízo político.

Nas razões do apelo raro, indica violação dos arts. 522 do Código de Processo Civil, 4º, § 1º, da Lei 8.437/92 e 38, § 1º, II, da Lei 8.987/95. Sustenta a necessidade de demonstração incontroversa de dano efetivo e grave para que possa ser deferido o pedido de suspensão de que trata a Lei 8.437/92. Aduz que não há previsão legal para a admissibilidade do incidente de contra-cautela quando a decisão interlocutória for prolatada em processo de recuperação judicial. Diz, quanto à matéria de mérito, que seria cabível o agravo de instrumento. Por fim, assevera inexistir potencialidade de grave lesão à ordem pública.

O Ministro Relator Mauro Campbell Marques negou provimento ao agravo regimental,

Superior Tribunal de Justiça

ao fundamento de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão, por ostentar este juízo político. Citou precedentes desta Corte: AgRg no REsp 1.301.766/MA, de Sua Excelência, DJe 25.4.2012; AgRg no REsp 821.431/RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 26.5.2011; AgRg no REsp 1.207.495/RJ, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 26.4.2011; REsp 594.121/SP, Rel. p/ acórdão Min. Franciulli Neto, DJ 8.11.2004.

Após o exame da espécie, estou a fazer os seguintes apontamentos.

Inicialmente, nota-se que a agravante fez prova da admissão do apelo nobre, de sorte a contornar o óbice das Súmulas 634 e 635 do Supremo Tribunal Federal.

Posto isso, é cediço que ao Superior Tribunal de Justiça não é dado exercer juízo político, em substituição ao órgão legitimado em lei para examinar o pleito suspensivo quando houver "manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas".

Essa premissa, ressaltado, não pode ser tomada de forma absoluta e apriorística, pois a jurisprudência desta Corte registra precedentes segundo os quais mostra-se possível a interposição de recurso especial quando a discussão envolver requisitos formais de admissibilidade da suspensão de segurança (de liminar ou antecipação de tutela), como ocorre nos casos de adequação da via, cabimento, legitimidade para propor a medida.

Nesse toar, vale conferir o recente julgado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR. NATUREZA JURÍDICA DA ATIVIDADE EXERCIDA PELO PRESIDENTE DO TRIBUNAL. OVERRULING. CABIMENTO DE RECURSO ESPECIAL. QUESTÕES EMINENTEMENTE JURÍDICAS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 7/STJ. ACÓRDÃO QUE EXTRAVASA OS LIMITES IMPOSTOS PELO ART. 4º DA LEI N. 8.437/92.

1. Esta Corte Superior possui precedentes no sentido de que o juízo emitido pelo presidente do Tribunal no julgamento do pedido de suspensão de segurança é de natureza política, e não de legalidade, motivo pelo qual não seria cabível o recurso especial.

2. Trata-se de entendimento que precisa ser superado, pois não há como conceber, na atual configuração do Estado Democrático de Direito brasileiro, que uma decisão de natureza administrativa ou política provoque a suspensão dos efeitos de um pronunciamento judicial.

3. Portanto, deve-se identificar na atividade exercida no julgamento do pedido de suspensão de segurança a nítida feição judicial, e não política ou administrativa, em que pese o objeto envolver a análise de conceitos jurídicos indeterminados, como segurança, ordem, saúde e economia. Desta forma é cabível o recurso especial.

4. Em que pese ser cabível o recurso especial, o seu conhecimento só será possível se não houver questionamentos a respeito do mérito do juízo emitido pelo presidente do tribunal de origem, ou, pelo menos, se houver no acórdão todos os elementos fáticos indispensáveis para aferir se a decisão foi proferida em situação albergada pela lei.

5. Caso contrário, não há como afastar a incidência da Súmula 7 desta Corte Superior, pois a análise da existência de lesão à segurança, à ordem, à saúde e à economia públicas, demanda o revolvimento de questões de natureza fático-probatória. Precedente: (AgRg no Ag 723.402/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 7/3/2006, DJ 20/3/2006, p. 203).

6. No caso dos autos, a questão é eminentemente jurídica, de modo que não há empecilho ao conhecimento do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

7. Quanto ao mérito, como bem salientado pelo Min. Herman Benjamin em seu voto-vista, "não se pode confundir o interesse pecuniário atomizado, individualizado de vereadores, balizado pelo limites subjetivos da coisa julgada, como interesse público. Além disso é extrapolação do objeto litigioso considerar que o não pagamento de verba poderia prejudicar a ordem pública, representada aqui pela 'normal organização e prestação dos serviços àquele Órgão'".

8. Tem-se, portanto, que a suspensão de segurança foi concedida em situação na qual a lei não a autorizava, pois não existiu interesse público a ser salvaguardado com a medida, de modo que o acórdão extravasou os limites concedidos pelo art. 4º da Lei n. 8.437/92.

Agravo regimental provido para conhecer do recurso especial e dar-lhe provimento, cassando, por consequência, a ordem de suspensão de liminar deferida pelo Tribunal de origem (AgRg no REsp 1.284.520/GO, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 8.3.2013).

Menciono, ainda, o aresto abaixo de minha relatoria:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. SUSPENSÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO.

1. Inexiste a omissão apontada pelos embargantes. A alegação contida nas contra-razões apresentadas pelo Município do Recife foi devidamente examinada. Consta do voto condutor que a vedação ao conhecimento de recurso especial interposto nos autos de suspensão de tutela antecipada não é absoluta, sendo possível ao STJ examinar se o acórdão de origem extravasa os limites previstos no art. 4º da Lei 8.437/92.

2. A conclusão adotada no voto, entretanto, conflita com a premissa de que, no julgamento de recurso especial tirado de suspensão de segurança ou de tutela antecipada, não é dado ao STJ exercer juízo político, em substituição ao órgão legitimado em lei para examinar o pedido suspensivo. Reconhecimento da contradição existente entre a premissa e a conclusão adotada no acórdão embargado.

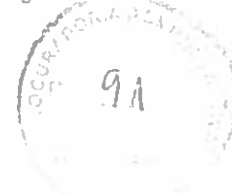
3. Provimento dado apenas em parte ao recurso especial, anulando-se o acórdão proferido no julgamento da suspensão da tutela antecipada e determinando-se o retorno dos autos à Corte regional, para novo julgamento, restrito aos limites do art. 4º da Lei 8.437/92.

4. Embargos acolhidos com efeitos modificativos (EDcl no REsp 842.050/PE, DJe 27.11.2008).

A suspensão de liminar, ou de antecipação de tutela, deve observar os pressupostos previstos no artigo 4º da Lei 8.437/92, não se autorizando o exercício desse poder de forma discricionária. O deferimento do pedido exige o enquadramento em uma das hipóteses previstas em lei. Em espécies tais, admissível a insurgência especial.

Entretanto, em exame cognitivo não exauriente, próprio das medidas cautelares, não me convenci do acolhimento da cautela perseguida, porquanto o Tribunal *a quo*, após a advertência de que para as questões de fundo envolvidas na lide principal presta-se o agravo de instrumento, divisou grave lesão à ordem pública na determinação judicial, com potencialidade de interferir na atuação do Poder Executivo. Assim, à primeira vista, não me parece vingar a tese de inadequação da via eleita – ofensa ao art. 522 do Código de Processo Civil.

No segundo ponto, depreende-se do acórdão impugnado e das peças juntadas aos autos que a decisão proferida pelo Juízo da Vara de Falências e Recuperações Judiciais afetou a licitação inaugurada pelo Edital de Concorrência Pública 01/2011-ST, ocasionando a suspensão do certame



Superior Tribunal de Justiça

de linhas de ônibus operadas pela recuperanda. Embora o art. 4º, § 1º, da Lei 8.437/92 preconize que a medida suspensiva aplica-se "à sentença proferida em processo de ação cautelar inominada, no processo de ação popular e na ação civil pública", não se pode negar que o *decisum* aludido afligiu diretamente o Poder Público local, a revelar plausível a tese de cabimento do pedido de suspensão de liminar. Uma análise de outra natureza escaparia dos limites perfunctórios da cautelar, devendo ser resguardado para o momento oportuno o exame de violação à lei, que, no caso, não se mostra flagrante.

Por fim, quanto à inexistência de violação à ordem e à economia públicas, é mesmo incabível o recurso especial, na medida em que requisita a reavaliação das circunstâncias do caso concreto e o reexame dos elementos fáticos-probatórios. O empecilho erigido pela Súmula 7 não permite a pretensa alteração do julgado, o qual, a meu sentir, está minimamente fundamentado.

Ante o exposto, com as vênias devidas, também nego provimento ao agravo regimental, acompanhando o voto do eminente Relator.

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.717 - DF (2013/0106937-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : LOTÁXI TRANSPORTES URBANOS LTDA - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : IVIS GLÓRIA LOPES GUIMARÃES DE PÁDUA RIBEIRO
ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO.

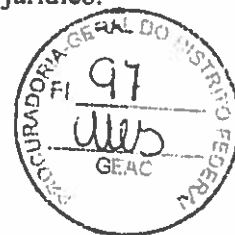
1. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político.
2. *"Ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial"* (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).
3. De acordo com recente julgado, tal entendimento não é aplicado quando na atividade exercida no julgamento do pedido de suspensão de segurança há nítida feição judicial, e não política ou administrativa, em que pese o objeto envolver a análise de conceitos jurídicos indeterminados, como segurança, ordem, saúde e economia. Precedente: AgRg no REsp 1284520/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 08/03/2013.
4. No presente caso, não convém excepcionar a regra, porquanto o juízo realizado para conceder a Suspensão foi meramente político e não técnico-jurídico.
5. Recurso especial não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Eliana Calmon, os Srs. Ministros, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.



Superior Tribunal de Justiça

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2013.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES , Relator



Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.717 - DF (2013/0106937-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : LOTÁXI TRANSPORTES URBANOS LTDA - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : IVIS GLÓRIA LOPES GUIMARÃES DE PÁDUA RIBEIRO
ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR E OUTRO(S)

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator):

Trata-se de recurso especial interposto por LOTAXI - Transportes Urbanos Ltda, com base na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado:

PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA CONTRA O PODER PÚBLICO. SUSPENSÃO DE SEGURANÇA DEFERIDA. AGRAVO REGIMENTAL. GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. RECURSO NÃO PROVIDO.

I- Incabível, na sede estrita de suspensão de segurança, examinar questões de fundo envolvidas na lide principal, devendo a análise cingir-se à potencialidade lesiva da decisão. O juízo realizado se circunscreve ao exame da conveniência e da oportunidade de se conter os efeitos da decisão proferida contra o Poder Público, até o final do julgamento da demanda.

II- No caso, a suspensão dos efeitos da decisão busca evitar a violação da ordem e da economia públicas, pois se estaria impedindo a implantação de um novo sistema de transporte público no Distrito Federal com a exclusão das linhas operadas pela empresa recuperanda, sem se perder de vista ainda o que dispõe o artigo 38, § 1º, inciso II, da Lei 8.987/1995, tudo em observância aos princípios que regem a Administração Pública.

III- Presente tais requisitos, é de se deferir a suspensão de decisão proferida no bojo de ação de recuperação judicial.

IV- Agravo regimental não provido."

Nas razões recusais, sustenta a parte recorrente ter havido violação aos artigos 4º, §§ 1º e 6º, e 38, § 1º, inciso II, da Lei n 8437/92 e ao art. 522 do CPC. Alega: (i) a inadequação da via eleita, uma vez que seria cabível agravo de instrumento para impugnar decisão interlocutória; (ii) a impossibilidade de utilização de suspensão de segurança como sucedâneo recursal; (iii) ausência de ofensa à ordem pública; (iv) impossibilidade de análise das questões de fundo em sede de suspensão de segurança.



Superior Tribunal de Justiça

Não foram apresentadas contrarrazões (fls. 321).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso especial (fls. 340/343).

É o relatório.



Superior Tribunal de Justiça

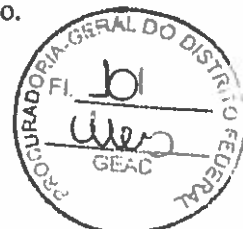
RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.717 - DF (2013/0106937-4)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político.
2. *"Ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial"* (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).
3. De acordo com recente julgamento, tal entendimento não é aplicado quando na atividade exercida no julgamento do pedido de suspensão de segurança há nítida feição judicial, e não política ou administrativa, em que pese o objeto envolver a análise de conceitos jurídicos indeterminados, como segurança, ordem, saúde e economia. Precedente: AgRg no REsp 1284520/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 08/03/2013.
4. No presente caso, não convém excepcionar a regra, porquanto o juízo realizado para conceder a Suspensão foi meramente político e não técnico-jurídico.
5. Recurso especial não conhecido.

VOTO



O EXMO. SR. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator): O recurso não merece acolhida.

A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político. Nesse sentido, leiam-se os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão, uma vez que o

Superior Tribunal de Justiça

apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político.

2. "Ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial" (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).

3. Agravo regimental não provido. (AgRg na MC 20.489/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 10/04/2013)

PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. EXTEMPORANEIDADE. FACULDADE DO ÓRGÃO JULGADOR. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO.

1. Dada a natureza preventiva do incidente de uniformização de jurisprudência, este deve ser requerido no momento da interposição, da resposta ao recurso especial ou mesmo antes da conclusão do julgamento. Nesse sentido, entendeu a Corte Especial deste STJ, ao conferir interpretação ao artigo 476, do CPC.

2. Ademais, a provocação do incidente constitui faculdade, não vinculando o julgador, que usufrui da análise da conveniência e da oportunidade para admiti-lo.

3. No mais, não merece conhecimento o recurso especial, porquanto esta Corte já concluiu no sentido de não ser cabível o apelo extremo de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político. Precedentes.

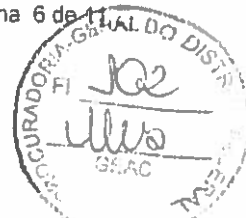
4. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp. 1.301.766/MA, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 25/04/2012).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR. LESÃO À ORDEM, SAÚDE, SEGURANÇA E ECONOMIA PÚBLICAS. JUÍZO MÍNIMO DE DELIBAÇÃO A RESPEITO DAS QUESTÕES JURÍDICAS PRESENTES NA AÇÃO PRINCIPAL. NÃO CABIMENTO DE RECURSO ESPECIAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO (AgRg no REsp. 821.431/RJ, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJe 26.05.2011).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO.

1 A suspensão de liminar e de sentença limita-se a averiguar a possibilidade de grave lesão à ordem, à segurança, à saúde e às economias públicas. Não se examinam, no pedido de contracautela, os temas de mérito da demanda principal.

2. Em que pese a ressalva do entendimento deste Relator, é pacífica no Superior Tribunal de Justiça a tese de que o pedido de suspensão de segurança ou de liminar ostenta feição política, daí resultando não ser cabível o recurso especial. Até porque o apelo extremo visa a combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, não de análise de juízo político.



Superior Tribunal de Justiça

3. Ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial.

Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011)

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA - RECURSO ESPECIAL - POSSIBILIDADE - ATO POLÍTICO - MATÉRIA DE FATO - PRECEDENTES.

Consoante entendimento consagrado na doutrina e jurisprudência, o escopo do recurso especial pode ser circunscrito à harmonização da jurisprudência e à proteção da legislação infraconstitucional, o que significa reconhecer sua estrita vinculação à questão de direito. O instituto da suspensão de segurança, por seu turno, destoa do enfoque que se perfaz no recurso especial, porquanto subordina-se a preceitos de ordem jurídico-política.

O exame da pretensa violação do artigo 4º da Lei n. 4.348/64 sujeita-se ao exame do acervo fático-probatório, consoante reiteradamente tem sido decidido por este Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Peço vênia a eminente Ministra Eliana Calmon, de sorte que não conheço do recurso especial. (REsp 594.121/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, Rel. p/ Acórdão Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/06/2004, DJ 08/11/2004, p. 210)

Ademais, *"ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial"* (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).

Porém, de acordo com recente julgado, tal entendimento não é aplicado quando na atividade exercida no julgamento do pedido de suspensão de segurança há nítida feição judicial, e não política ou administrativa, em que pese o objeto envolver a análise de conceitos jurídicos indeterminados, como segurança, ordem, saúde e economia. Nesse sentido, o seguinte precedente:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR. NATUREZA JURÍDICA DA ATIVIDADE EXERCIDA PELO PRESIDENTE DO TRIBUNAL. OVERRULING. CABIMENTO DE RECURSO ESPECIAL. QUESTÕES EMINENTEMENTE JURÍDICAS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 7/STJ. ACÓRDÃO QUE



Superior Tribunal de Justiça

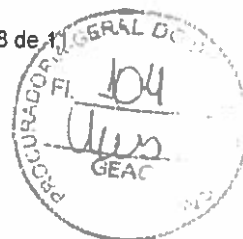
EXTRAVASA OS LIMITES IMPOSTOS PELO ART. 4º DA LEI N. 8.437/92.

1. Esta Corte Superior possui precedentes no sentido de que o juízo emitido pelo presidente do Tribunal no julgamento do pedido de suspensão de segurança é de natureza política, e não de legalidade, motivo pelo qual não seria cabível o recurso especial.
2. Trata-se de entendimento que precisa ser superado, pois não há como conceber, na atual configuração do Estado Democrático de Direito brasileiro, que uma decisão de natureza administrativa ou política provoque a suspensão dos efeitos de um pronunciamento judicial.
3. Portanto, deve-se identificar na atividade exercida no julgamento do pedido de suspensão de segurança a nítida feição judicial, e não política ou administrativa, em que pese o objeto envolver a análise de conceitos jurídicos indeterminados, como segurança, ordem, saúde e economia. Desta forma é cabível o recurso especial.
4. Em que pese ser cabível o recurso especial, o seu conhecimento só será possível se não houver questionamentos a respeito do mérito do juízo emitido pelo presidente do tribunal de origem, ou, pelo menos, se houver no acórdão todos os elementos fáticos indispensáveis para aferir se a decisão foi proferida em situação albergada pela lei.
5. Caso contrário, não há como afastar a incidência da Súmula 7 desta Corte Superior, pois a análise da existência de lesão à segurança, à ordem, à saúde e à economia públicas, demanda o revolvimento de questões de natureza fático-probatória. Precedente: (AgRg no Ag 723.402/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 7/3/2006, DJ 20/3/2006, p. 203).
6. No caso dos autos, a questão é eminentemente jurídica, de modo que não há empecilho ao conhecimento do recurso especial.
7. Quanto ao mérito, como bem salientado pelo Min. Herman Benjamin em seu voto-vista, "não se pode confundir o interesse pecuniário atomizado, individualizado de vereadores, balizado pelo limites subjetivos da coisa julgada, com o interesse público. Além disso é extrapolação do objeto litigioso considerar que o não pagamento de verba poderia prejudicar a ordem pública, representada aqui pela 'normal organização e prestação dos serviços afetos àquele Órgão'".
8. Tem-se, portanto, que a suspensão de segurança foi concedida em situação na qual a lei não a autorizava, pois não existiu interesse público a ser salvaguardado com a medida, de modo que o acórdão extravasou os limites concedidos pelo art. 4º da Lei n. 8.437/92. Agravo regimental provido para conhecer do recurso especial e dar-lhe provimento, cassando, por consequência, a ordem de suspensão de liminar deferida pelo Tribunal de origem. (AgRg no REsp 1284520/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 08/03/2013)

No presente caso, não convém excepcionar a regra, porquanto o juízo realizado para conceder a Suspensão foi meramente político e não técnico-jurídico. Transcrevo trecho do acórdão recorrido (fls. 291):

[...]

Ora, da leitura das razões expostas na petição inicial, verifica-se que em grande parte se referem a questões de fato envolvidas na ação de recuperação



Superior Tribunal de Justiça

judicial das empresas do Grupo Canhedo, questões estas de índole legal, portanto. E para o deslinde, conforme já asseverado, presta-se o agravo de instrumento.

De outro lado, sustenta o requerente a necessidade de se evitar grave lesão à ordem e à economia públicas, que restariam comprometidas a prevalecer a eficácia da decisão a quo, na medida em que inviabilizaria todo o processo licitatório, cujo objeto é a prestação de serviço de transporte público no Distrito Federal por meio de um modelo totalmente diverso daquele implementado atualmente.

Nesse aspecto, diviso a potencialidade de grave lesão à ordem pública no bojo da determinação judicial cuja suspensão se requer, porquanto tal medida, efetivamente, possui o condão de interferir, de forma direta, em uma das vertentes da atuação do Poder Executivo, consistente na melhoria do Serviço de Transporte Público destinado, a toda evidência, a atender a população distrital. Não se pode ainda deixar de lado o fato de as empresas do Grupo Canhedo se encontrarem em processo de recuperação judicial.

Como é de conhecimento geral, os serviços de transporte público no Distrito Federal estão muito aquém daquilo que se espera para atender a população. Todavia, a manutenção da decisão fustigada não chegaria ao extremo, conforme quer fazer crer o requerente, de inviabilizar a implantação do novo sistema de transporte público no modelo de Lotes/Bacias. A conclusão precisa nesse sentido, porém, demanda extensa dilação probatória, não admitida na presente via estreita.

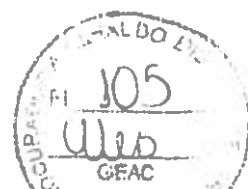
Assim, a potencialidade lesiva decorrente da manutenção da decisão atacada, em contraposição ao que se pode evitar com a sua suspensão, mais precisamente eventual violação à ordem pública, com fulcro no que dispõe o artigo 38, § 1º, inciso II, da Lei 8.987/1995, deferir o presente pedido.

[...]

A presente suspensão de segurança foi apresentada pelo Distrito Federal para suspender a eficácia de decisão proferida pelo Juiz de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal, nos autos de Ação de Recuperação Judicial, no sentido de excluir da Concorrência Pública nº 01/2011 - ST as linhas operadas pela empresa Condor Transportes Urbanos Ltda.

Embora tenha convicção de que as empresas em recuperação judicial devam ter seus direitos reconhecidos, caso estejam em dia com suas obrigações decorrentes do processo de recuperação, em juízo político e sem maiores dados até aqui que arrimem tal deslinde, impossível admitir que todo um processo de reorganização do já caótico sistema de transporte público sofra solução de continuidade a inviabilizar a correção de rumos no setor implementada pelo Poder Público.

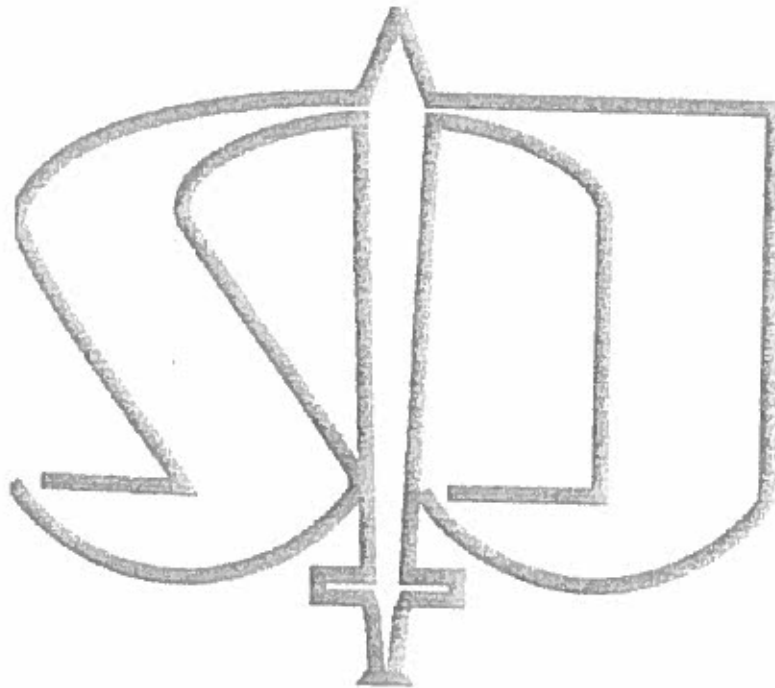
A suspensão da licitação em relação às linhas operadas pela empresa recorrente inviabilizaria o processo licitatório, pois impediria a implantação do novo modelo de transporte público, no qual o DF seria geograficamente dividido em bacias ou lotes. É que a



Superior Tribunal de Justiça

existência simultânea do modelo antigo (de linhas) e do novo modelo é impossível, pela incompatibilidade dos sistemas e a não inclusão na licitação das linhas em questão impossibilitaria as mudanças previstas para o sistema público de transporte, mostrando-se absurda a decisão originária.

Com essas considerações, voto por NÃO CONHECER do recurso especial.



PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

1

Excelentíssimo Senhor Ministro Mauro Campbell Marques,

DD Relator do Recurso Especial nº 1.379.717/DF

LOTÁXI TRANSPORTES URBANOS LTDA – EM REGIME DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, nos autos do processo supramencionado, vem, no prazo legal, com fundamento no art. 535 do Código de Processo Civil e no art. 263 do Regimento Interno dessa Egrégia Corte, opor

EMBARGOS DECLARATÓRIOS, COM EFEITOS MODIFICATIVOS

ao v. acórdão da Egrégia Segunda Turma (e-STJ, fl. 358/367), publicado no DJe de 02/10/2013, com apoio nos seguintes fundamentos:

TEMPESTIVIDADE

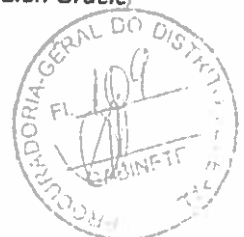
O recurso é tempestivo, porquanto, publicado o v. acórdão embargado em 02/10/2013, é protocolizado nesta data, portanto dentro do prazo legal de 5 dias (CPC, art. 536; RISTJ, art. 263), a vencer em 07/10/2013.

CABIMENTO DO RECURSO

O recurso é cabível, pois está previsto no art. 263, *caput*, do RISTJ, na redação da Emenda Regimental nº 4, de 1993, e no art. 535 do C.P.C. Eis os termos do citado preceito regimental:

“Aos acórdãos proferidos pela Corte Especial, pelas Seções ou pelas Turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de cinco dias, em se tratando de matéria cível, ou no prazo de dois dias, em se tratando de matéria penal, contados da publicação, em petição dirigida ao relator, na qual será indicado o ponto obscuro, duvidoso, contraditório ou omissão, cuja declaração se imponha”.

De outra parte, a jurisprudência do Excelso Pretório e dessa Colenda Corte é pacífica no sentido de reconhecer efeitos modificativos aos embargos declaratórios “quando a modificação configure consequência inarredável da sanção do vício de omissão, obscuridade ou contradição do ato embargado” (STF- 1ª Turma, AI 495.880-AgRg-EDcl, Min César Peluso, j. 28-3-06, DJU 28-4-06). No mesmo sentido: Recl 4824 – ED/MS – EMB. DECL. NO AC. REC NA RECLAMAÇÃO, Re. Ministro Dias Tófoli, Pleno, Ac DJe 06-03-2013; RE 231.841 – AG Reg/PE, Re. Min Ayres de Brito, Ac. DJe de 19-10-2011; RE 270479 AgRg – ED/RJ, Rel. Ministra Elen Gracie, SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP 70773-020
TEL: 61 3340-9672



PADUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

2

Ac. DJe 22-06-2011). Do Superior Tribunal de Justiça: EDcl no AgRg no AREsp 302643 SP, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 10/06/2013; EDcl no AgRg no REsp 1.313.503 RS, Re. Min. Humberto Martins, DJe 17/06/2013; EDcl no REsp 1.179.444 DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 11/06/2013; EDcl nos EDcl no AREsp 287.864 RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 28/05/2013; EDcl no AGRG no REsp 1.052.026 PE, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia, DJe 05/06/2013; EDcl no REsp 1.359.259 SE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 07/05/2013; MS 11.760- EDcl, Rel. Ministra Laurita Vaz, 3ª Seção, Ac. DJU 30/10/2006).

I – 1ª OMISSÃO: Inaplicação à espécie do art. 4º da Lei nº 8.437/1992

Para não conhecer do recurso especial, o v. acórdão embargado aduziu, em suma, que *“o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político”, “entendimento que não é aplicado quando na atividade exercida no julgamento do pedido de suspensão de segurança há nítida feição judicial, e não política administrativa”, não havendo, porém, no caso concreto, como “excepcionar a regra, porquanto o juízo realizado para conceder a suspensão foi meramente político e não técnico-administrativo”*. Daí ter afastado a ofensa ao art. 4º da Lei nº 8.437/1992.

Ao proferir esse julgamento, o v. aresto embargado deixou de decidir questão preliminar, qual seja a de não ser aplicável à espécie o art. 4º da Lei nº 8.437/1992, porquanto, segundo referido no douto Relatório, sustentou-se no recurso especial a *“impossibilidade de utilização de suspensão de segurança como sucedâneo recursal”*. E, acrescente-se: muito mais, no caso, com o condão de reformar a coisa julgada!

Deixou, ainda, de decidir outra questão preliminar, suscitada no recurso especial: tendo sido a decisão, objeto da suspensão de liminar, proferida em ação de recuperação judicial, é inaplicável o citado art. 4º da Lei nº 8.437/1992, por não se tratar de ação contra o Poder Público.

Impõe-se, pois, que o Egrégio Órgão Julgador examine as questões preliminares postas, antes explicitadas, dando cumprimento ao art. 164 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, que assim dispõe:

“As questões preliminares serão julgadas antes do mérito, deste não se conhecendo, se incompatível com a decisão daquelas”

A jurisprudência dessa Egrégia Corte Superior e do Colendo Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que não se admite a suspensão de liminar como sucedâneo recursal. Eis os precedentes:

Superior Tribunal de Justiça: AgRg na SS 1421/RN, Corte Especial, Ac DJ 14/03/2005, p. 177 e RDDP vol 26 p. 235, Relator Min. Edson Vidigal; AgRg no AgRg na SLS 155 SP, Corte Especial, Ac DJ 01/02/2006, p. 371, Relator Min. Edson Vidigal; AgRg na SLS 1644/RJ, Corte Especial, Ac DJe 01/02/2013, Relator Min. Felix Fischer; AgRg na SS 1631/SP, Ac DJe

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP 70773-020
TEL: 61 3340-9672



PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

3

24/04/2013, Corte Especial, Relator Min. Félix Fischer; AgRg na SS 2634/PB, Ac DJe 29/04/2013, Corte Especial, Relator Min Félix Fischer.

Supremo Tribunal Federal: SS 3450 AgR/CE, Tribunal Pleno, Ac Dje-040, public 05-03-2010; republicação DJe-045, public 12-03-2010, Relator Ministro Gilmar Mendes; SS 1299 DF, Relator Ministro Celso de Mello; SS 2184/PE, DJ 221, de 14/11/2003, Relator Min. Mauricio Corrêa.

No último precedente citado (SS 2184/PE), o eminente Relator salientou que **"o pedido de contra-cautela não pode ser convalidado em ação rescisória e não tem a aptidão de afastar, ainda que temporariamente, os efeitos da coisa julgada"**, citando, a propósito, a SS 1312/DF, DJ 05-11-98, da relatoria do ilustre Ministro Celso de Mello. Na espécie, como salientado, a suspensão de liminar foi concedida contra decisão com trânsito em julgado, porquanto o Distrito Federal não agravou da decisão, objeto da suspensão, não sendo possível reformá-la no mesmo processo em que proferida, por se tratar de ação de recuperação judicial, que se encerra com a sentença declaratória de cumprimento do plano de recuperação ou com a sentença de falência. Não há sentença de mérito.

Prequestionamento de questões constitucionais que afloraram, no tópico, do v. acórdão, ora embargado

Ao deixar de pronunciar-se sobre as questões preliminares antes mencionadas, do v. aresto embargado aflorou violência a textos constitucionais, o que se passa a demonstrar:

a) Devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LIV e LV, CF)

Consoante o Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (art. 164), antes transcrito, elaborado em observância ao art. 96, I, da Constituição Federal, e dos princípios que regem o processo civil (CF, art. 22, I), as questões preliminares suscitadas, relativas ao não cabimento da suspensão da liminar, teriam de ser examinadas antes do mérito, mesmo porque prejudiciais ao exame deste, o que não ocorreu. Entender-se de maneira diversa implica ofensa direta ao art. 5º, LIV e LV da Constituição Federal.

b) Fundamentação das decisões judiciais (CF, art. 93, IX)

A Constituição Federal determina (art. 93, IX) que as decisões judiciais devem ser fundamentadas. Na espécie, a v. acórdão embargado nenhuma fundamentação contém sobre as preliminares antes mencionadas, concernentes ao descabimento da suspensão da liminar.

c) Acesso à Justiça (CF, art. 5º, XXXV)

No caso, admitir-se a suspensão de liminar com efeito de reformar a decisão, objeto da suspensão de liminar, e que não foi recorrida, tendo transitado em julgado, implica impedir à Embargante o direito de acesso a Justiça, violentando-se o art. 5º, XXXV, da CF. Com efeito, por medida processual inadequada (suspensão de liminar), bloqueou-se toda a sua atuação processual, impedindo-a de tomar qualquer medida judicial no processo em que prolatada (recuperação judicial). Asfixiou-se direito, que lhe havia sido reconhecido por decisão judicial com trânsito em julgado, por medida processual inadequada, sem que houvesse oportunidade de revertê-la no processo em que foi proferida.

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP 70773-020
TEL: 61 3340-9672



PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

4

d) Princípio da legalidade (CF, art. 5º, II; 22, I d 37)

Só a lei pode criar recurso, a fim de, através dele, permitir à parte obter a reforma de decisão proferida em processo judicial. Na espécie, a prevalecer a omissão do acórdão embargado, estar-se-á a admitir a possibilidade de reformar-se decisão judicial (e acentue-se: com trânsito em julgado), mediante "suspensão de liminar", medida prevista no art. 4º da Lei nº 8.437/1992, que não constitui "recurso". Tal proceder, a ser admitido, ofende, claramente, o princípio constitucional da legalidade.

e) Ofensa à coisa julgada (CF, art. 5º, XXXI)

No caso, como antes assinalado, a prevalecer a apontada omissão do acórdão embargado, quanto à admissibilidade da suspensão de liminar, estar-se-á a violar, também, o princípio constitucional da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXI), porquanto, segundo esclarecido, a decisão, objeto da suspensão, não foi atacada pelo recurso cabível e, por isso, transitou em julgado. Por isso, não podia ter sido reformada por meio de instituto processual inadequado a esse fim.

II – Não conhecimento do recurso especial, ao fundamento de que este não se presta para reformar acórdão fundamentado em juízo político e não em juízo de legalidade: afronta pelo acórdão embargado aos arts. 5º, II e XXXV, 37, caput, e 105, III, "a" e "c", todos da CF

Ao não conhecer do recurso especial, v. acórdão embargado fundou-se em que, no caso, o r. aresto do Tribunal de Justiça está fundamentado em juízo político e não em juízo de legalidade, não se prestando o citado recurso para impugná-lo.

Dessa fundamentação aflora ofensa a textos constitucionais, segundo se passa a fundamentar, impondo-se que a Egrégia Turma sobre ela se pronuncie.

Com efeito, juízo político, no caso de suspensão de liminar, há de ater-se à legalidade. Se a ultrapassar, incide em ilegalidade a ser corrigida via recurso especial. Não se pode olvidar que a Constituição da República, ao prever o recurso especial, não admite distinção entre exame da legalidade e juízo político. Isso porque, à vista do nosso sistema constitucional atinente ao Poder Judiciário, o juízo político está sujeito aos estritos limites da legalidade. Se desta se afasta, violenta a lei, negando-lhe vigência. Se é o Tribunal de Apelação que assim procede ao proferir o julgamento, contra o acórdão por ele prolatado cabe recurso especial, recurso de elevado interesse público, porquanto visa salvaguardar o ordenamento jurídico nacional e, portanto, o próprio Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, a prevalecer, o v. acórdão embargado estará a afrontar:

a) o direito constitucional da jurisdição ou de acesso à justiça (CF/88, art. 5º, inciso "XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito");

b) o princípio da legalidade (CF/88, art. 5º, II: "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei" e 37, caput: "A administração pública

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP 70773-020
TEL: 61 3340-9672



PADUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

5

direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.....");

c) a competência do Superior Tribunal de Justiça para julgar o recurso especial (CF/88, art. 105, Inciso III, alíneas "a" e "c");

"Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal."

Na verdade, estará a violentar todo o sistema constitucional, segundo se depreende do próprio preâmbulo da Lei Maior no dizer que representantes do povo brasileiro, se reuniram "em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias".

De fato, se há acórdão, prolatado por Tribunal de Apelação, que nega vigência à lei federal, seja qual for êle, não se pode ilidir a possibilidade de corrigi-lo, a fim de afastar a ilegalidade por êle cometida, via recurso especial.

O art. 4º da Lei nº 8.437/1992 não está imune a ter a legalidade da sua aplicação controlada pelo Tribunal da Cidadania via recurso especial. Se o Tribunal de Apelação, a pretexto de aplicá-lo, nega-lhe vigência, não há negar possa ser corrigido mediante a interposição do citado recurso.

E são inumeráveis os casos em que os Tribunais têm afastado a sua aplicação por não se subsumirem os fatos ao interesse público por êle protegido: "evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas".

Apenas, a título exemplificativo, alguns precedentes dessa Colenda Corte de Justiça:

"O fornecimento de medicamento a uma única pessoa acometida de moléstia grave que, em razão de suas circunstâncias pessoais necessita fazer uso urgente dele não tem, por si, o potencial de causar dano concreto e iminente aos bens jurídicos protegidos pela referida lei".

(STJ-Corte Especial, SL 951- AgRg, Min. Cesar Rocha, j. 3-12-08, DJ 5-2-09)

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP 70773-020
TEL: 61 3340-9672



PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

6

"Suspensão de tutela antecipada. Indeferimento. Autorização para funcionamento de curso de medicina. Grave risco de lesão ao interesse público e de ocorrência de efeito multiplicador não-demonstrados. Inexistência de lesão à saúde pública.

1. A situação de grave risco de lesão ao interesse público, para justificar a suspensão de tutela antecipada, deve estar concretamente demonstrada, de igual modo, o efeito multiplicador, o que, na espécie, não ocorreu.

2. O funcionamento de uma turma até a realização, pelo Ministério da Educação, das diligências necessárias à verificação do atendimento dos requisitos indispensáveis à instalação do curso de medicina não tem o condão de causar lesão à saúde pública, mormente tendo em conta a positiva avaliação técnica realizada no local.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg na SS 1762 DF-Corte Especial, Julg.: 16/04/2008, DJe 25/08/2008, Rel. p/ ac. Min. Nilson Naves)

AGRAVO REGIMENTAL EM PEDIDO DE SUSPENSÃO. AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DE PREFEITO. LEI Nº 8.429/92, ART. 20, PARÁGRAFO ÚNICO. LESÃO AO INTERESSE PÚBLICO NÃO-CONFIGURADA. LEI Nº 8.437/92, ART. 4º.

1. O afastamento temporário de Prefeito, medida prevista na Lei nº 8.429/92, art. 20, parágrafo único, decorrente de investigação por atos de improbidade administrativa, não tem potencial para, por si só, causar grave lesão à ordem, à saúde, à economia ou à segurança pública (Lei nº 8.437/92, art. 4º).

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg SLS 16/BA, Corte Especial, Rel. Min. Edson Vidigal, Julg.: 29/06/2005: DJe 15/05/2006, pág. 135)

AGRAVO REGIMENTAL - SUSPENSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA - INDEFERIMENTO - LESÃO À ORDEM, À SAÚDE E A ECONOMIA PÚBLICA NÃO CONFIGURADAS.

1. No pedido de suspensão não se analisa o mérito da controvérsia, tampouco eventual erro de julgamento ou de procedimento, cuja apreciação deve se dar nas vias recursais ordinárias.

2. A apreciação da legalidade do ato administrativo não significa ingerência do poder Judiciário no mérito administrativo, não configurando lesão à ordem pública administrativa.

3. O simples fato dos serviços essenciais de limpeza pública estarem sendo executados mediante contrato de emergência não traduz, por si, ameaça à saúde ou a economia pública, a ensejar o deferimento da medida excepcional da suspensão.

4. Agravo não provido.

(AgRg SS 1412/AC, Corte Especial, Rel. Min. Edson Vidigal, J.: 01/12/2004; DJ 07/03/2005, p. 129)

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP 70773-020
TEL: 61 3340-9672



PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

7

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO, AGRAVO REGIMENTAL. ESTATUTO DO IDOSO. TRANSPORTE COLETIVO. RESERVA DE VAGAS E DESCONTOS. LESÃO À ORDEM JURÍDICA, ADMINISTRATIVA E ECONÔMICA. INTERESSE PÚBLICO. EQUILÍBRIO FINANCEIRO-ECONÔMICO DOS CONTRATOS.

1. De lesão à ordem jurídica não se há falar na excepcional via da suspensão de liminar ou de segurança, cujo resguardo se acha assegurado na via recursal própria (Suspensões de Segurança nº 909,917 e 924).
2. Ao estabelecer um serviço de transporte de natureza assistencial em favor dos idosos de baixa renda o legislador exigiu, como condição de eficácia do dispositivo, a edição de legislação específica para regulamentar sua execução na integralidade. Inexistente esta, não se fala em eficácia do dispositivo legal.
3. O serviço de transporte coletivo rodoviário se realiza por ações de empresas mediante contratos de concessão, permissão ou autorização firmados com o Poder Público. São portanto contratos administrativos nos quais, desde a celebração, deve estar prevista a forma de ressarcimento, pelo Estado, das despesas da empresa na execução do serviço público.
4. Agravo Regimental não provido.

AgRg SS 1411DF, Corte Especial, Rel. Min. Edson Vidigal. J: 15/10/2004; DJ 06/12/2004, p. 178)

Consoante se depreende, se essa Colenda Corte Superior examina a legalidade de cada caso concreto para deferir ou indeferir o pedido de suspensão de liminar, ou seja, verifica se os fatos apresentados se subsumem à norma do dispositivo de regência, não há qualquer razão para que deixe de fazê-lo via recurso especial, mediante o qual exerce a sua função mais nobre, qual seja a de garantir o império da lei federal em todo o território nacional.

Nenhum preceito da legislação federal pode ser declarado imune a reexame da sua aplicação, nos casos em que a Constituição prevê o cabimento do recurso especial, especialmente quando lhe nega vigência. Admitir imunidade, em hipóteses tais, constitui grave heterodoxia altamente comprometedora à dignidade constitucional do Tribunal da Cidadania.

De outra parte, ao Poder Judiciário, pelos seus juízes, incumbe cumprir a Constituição da República e as leis do País. Não lhes cabe fazer juízos políticos fora da legalidade. Muitas vezes a lei lhes abre espaço para decidir com discricionariedade. Nunca, porém, podendo ultrapassar os limites fixados no preceito legal de regência.

Desde a ditadura dos anos 30, vêm sendo editadas normas que, hoje, constituem aquilo que, com propriedade, o Em. Min. Luiz Fux denomina de regras que compõem o "microsistema de proteção ao Poder Público", entre as quais se inclui aquela em que se funda o recurso especial interposto pela ora Agravante, qual seja o art. 4º da Lei nº 8.437/1992. São regras de exceção em favor da preponderância do interesse público sobre o interesse privado.

Em julgado lapidar, da relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence, a Suprema Corte procurou compatibilizar o instituto da suspensão de segurança com a Constituição, admitindo-

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP 70773-020
TEL: 61 3340-9672



PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

8

a como contracautela, sem, contudo, deixar de alertar que "Verdadeiramente Inconciliável com o Estado de Direito e a garantia constitucional da jurisdição seria o impedir a concessão ou a cassação da segurança concedida, com base em motivos de conveniência política ou administrativa, ou seja, a superposição ao direito do cidadão das "razões de Estado".

Portanto, admitir que "motivos eminentemente políticos possam levar ao desrespeito à lei implica gravíssimo abalo de um dos principais pilares da democracia, que é o princípio da legalidade" (Ver artigo "Suspensão de Segurança, pág.13, Eduardo Arruda Alvim, in www.arrudaalvimadvogados.com.br).

Ademais, como visto, o art. 4º da Lei nº 8.437/1992 constitui norma de exceção. Afastá-la do âmbito do recurso especial constitui inconcebível violência à ordem jurídica e ao direito das pessoas. Implica impedir o seu direito de acesso à Justiça, no caso ao Superior Tribunal de Justiça.

Diante dos argumentos expostos, tendo em conta a relevância das questões constitucionais suscitadas para o deslinde da controvérsia, impõe-se que a Egrégia Turma sobre elas se manifeste.

III – Omissão: fato superveniente relevante trazido para os autos e sobre o qual não se pronunciou o v. acórdão embargado

Consta às fls. e-STJ 345/352, petição dirigida a Vossa Excelência, eminente Relator, comunicando a ocorrência de fatos supervenientes, a fim de instruir o julgamento do recurso especial, em que se aduz:

"1) O Diário Oficial do Distrito Federal nº 113, do último dia 4 (cópia anexa) publicou o julgamento das Propostas Financeiras do Lote 1, último dos 5 Lotes licitados, ora em fase de recurso;

2) Esclarece, porém, que, no dia 1º de março de 2012, o Governador do Distrito Federal editou o Decreto nº 33.556, estabelecendo a garantia de continuidade da prestação de serviços de transporte coletivo público durante o período de transição para as novas concessões (Diário Oficial do Distrito Federal, Suplemento ao nº 44, de 2-3-2012, pág 1), cópia anexa, cujo art.1º assim preceitua:

"Art. 1º A prestação dos serviços de transporte público coletivo pelos atuais operadores do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, amparada em contratos não precedidos de licitação ou que possuam prazo indeterminado de vigência, encerrar-se-á no dia imediatamente anterior à data de início da operação das novas concessões do serviço, oriundas de prévia licitação na modalidade de concorrência pública a ser promovida pela Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal.

§ 1º A Secretaria de Estado de Transportes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, comunicará aos operadores referidos no caput deste artigo a data em que deverá ser encerrada a prestação dos serviços.

§ 2º Até a data do encerramento dos serviços, a ser determinada nos termos do parágrafo anterior, os operadores referidos no caput deste artigo deverão manter a continuidade e a regularidade da prestação dos serviços, operando de acordo com

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP 70773-020
TEL: 61 3340-9672



PADUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

9

a frota, com o número de viagens e nos horários e itinerários determinados pela entidade gestora do STPC/DF, garantida a remuneração pela tarifa vigente."

Em decorrência do citado Decreto, todas empresas do Grupo Canhedo, entre as quais a Recorrente, continuam a prestar os serviços de transporte, que, com as suas linhas, operam nos 5 lotes licitados, até que as empresas vencedoras da licitação passem a operar com a nova frota (têm 6 meses para fazê-lo).

3) Esclarece, finalmente, que o Grupo de Trabalho, criado pelo Governador pelo Decreto nº 34.176, de 1º de março de 2013 (cópia já juntada aos autos), destinado a avaliar no âmbito do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC-DF, a aplicação do art. 42 da Lei nº 9.897, de 13-2-1995, até a presente data não manteve qualquer contato com a Recorrente.

Posto isso, verifica-se, em juízo de prelibação, a imperiosa necessidade que se cumpra, com urgência, a decisão do MM Juiz de Primeiro Grau, transitada em julgado, objeto da ilegal suspensão de liminar a que se refere o presente recurso especial.

Termos em que, com os citados esclarecimentos, requer a imediata juntada aos autos das cópias dos Diários Oficiais do Distrito Federal antes mencionadas, que reforcem o direito da Recorrente, pleiteado neste Recurso Especial, cujo provimento ora reitera, por ser de

Direito e de Justiça!"

O douto voto de Vossa Excelência, em que se assenta o v. acórdão embargado não se manifestou sobre os fatos supramencionados, assim concluindo:

"A suspensão da licitação em relação às linhas operadas pela empresa recorrente inviabilizaria o processo licitatório, pois impediria a implantação do novo modelo de transporte público, no qual o DF seria geograficamente dividido em bacias ou lotes. É que a existência simultânea do modelo antigo (de linhas) e do novo modelo é impossível, pela incompatibilidade dos sistemas e a não inclusão na licitação das linhas em questão impossibilitaria as mudanças previstas para o sistema público de transporte, mostrando-se absurda a decisão originária".

Conforme se depreende do próprio decreto, antes transcrito, não há qualquer incompatibilidade com o novo sistema de transporte público em fase de implantação com o funcionamento das linhas da Embargante até que se cumpra o art. 42 da Lei nº 9.897, de 13-12-1995. Não se trata, no momento, de impedir a licitação (já em fase final), mas apenas de garantir o cumprimento do citado preceito legal, que ficará esvaziado com a desmobilização da frota da Embargante sem prévio cálculo dos seus direitos indenizatórios, tornando, em relação a ela, inócuo o instituto da recuperação judicial e levando-a à falência, com todas as consequências já antes relatadas. Não pleiteia, pois, a Embargante, no atual estágio do procedimento licitatório, sejam incluídas, na licitação, as suas linhas, mas apenas que se permita que continuem a operar até que se dê cumprimento ao dispositivo legal antes mencionado. Acentue-se que o próprio acórdão do TJDF reconheceu expressamente que "a manutenção da decisão fustigada não chegaria ao extremo, conforme quer fazer crer o

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP 70773-020
TEL: 61 3340-9672



PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

10

requerente, de inviabilizar a implantação do novo sistema de transporte público no modelo de Lotes/Bacias" (e-STJ, fl. 291).

Requer a Embargante que, também, sobre a citada omissão do julgado se pronuncie a Egrégia Segunda Turma.

CONCLUSÃO

A vista do exposto, em conclusão, requer a Embargante que a Egrégia Segunda Turma conheça dos presentes embargos de declaração e os receba, a fim de suprir e sanar as omissões apontadas e pronunciar-se sobre as inconstitucionalidades indicadas, afloradas do próprio v. acórdão embargado, dando-lhes efeitos modificativos como consequência necessária da sanção das omissões e inconstitucionalidades mencionadas, para conhecer do recurso especial e provê-lo por ser de

Direito e de Justiça!

Brasília, 3 de outubro de 2013.

Ívis Glória Lopes Guimarães de Pádua Ribeiro
OAB-DF 19.162

Antônio de Pádua Ribeiro
OAB-DF 755

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP 70773-020
TEL: 61 3340-9672



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO RELATOR

SEGUNDA TURMA
RECURSO ESPECIAL nº 1.379.717/DF
RECORRENTE: LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA.
RECORRIDO: DISTRITO FEDERAL

DISTRITO FEDERAL, por seu procurador, vem, respeitosamente, nos autos em epígrafe, apresentar IMPUGNAÇÃO aos embargos de declaração opostos pela recorrente, para tanto expondo e requerendo a essa e. Segunda Turma o que se segue.

A e. Segunda Turma, adotando posicionamento já firmado no âmbito da Primeira Seção, houve por bem, sob o voto condutor desse e. Relator, não conhecer do recurso especial interposto pela LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA., sob o correto entendimento de que incabível o aludido recurso de decisões proferidas no âmbito de pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político.

Enfaticizou-se no v. acórdão, também, que "ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais do procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão."

Inconformada, a recorrente opôs o extenso recurso de embargos de declaração de fls. 372/381, apontando a existência de omissões no julgado e pretendendo, claramente, prequestionar matérias de cunho constitucional.

O certo, porém, é que o v. acórdão não contém nenhum dos vícios apontados no recurso de embargos de declaração, como a seguir restará demonstrado.

Por primeiro, aponta a embargante que o v. acórdão recorrido foi omissivo, por não se pronunciar quanto a não aplicação, na hipótese, do artigo 4º da Lei nº 8.437/92.



Ao contrário do que alega a embargante, o v. acórdão decidiu a questão de forma integral, enfrentando sim as matérias suscitadas necessárias ao deslinde do feito.

A determinação contida no artigo 4º da Lei nº 8.437/92 é a própria razão de ser da suspensão de segurança, dispondo compelir ao Presidente do Tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

No caso, o juiz da Vara de Recuperações Judiciais do Distrito Federal, em feito de que o Distrito Federal sequer participa, concedeu, *inaudita altera pars*, liminar à recorrente determinando ao Presidente da Comissão de Licitação que trate do novo sistema de transporte público do Distrito Federal, que excluísse do certame todas as linhas que são objeto de permissão à agravada.

A decisão, tal como proferida, significaria impedir a realização da própria licitação e a manutenção do atual e caótico sistema de transporte público vigente no Distrito Federal, dominado pela recorrente e por outros dois grupos empresariais.

Sendo a ordem do juiz de base destinada a um agente público do Distrito Federal, no caso, o Presidente da Comissão de Licitação, em autos do qual o Distrito Federal não faz parte (procedimento de recuperação judicial) e estando apta a causar grave lesão à ordem pública, em sua aceção administrativa, bem assim à economia pública, o ente público procurou o correto e legal caminho da suspensão da segurança para coadear o desmando cometido.

O e. Presidente do TJDF e bem assim o Conselho Especial, órgão colegiado máximo da Corte de origem, exercendo juízo político, de conveniência e oportunidade, nos termos do artigo 4º da Lei nº 8.437/92, entenderam, dadas as peculiaridades fáticas do caso concreto, que a decisão causava grave lesão à ordem pública, suspendendo-a.

Ou seja, a suspensão de segurança não foi utilizada como sucedâneo recursal, mas sim como instrumento legal apto a cobrir decisão judicial flagrantemente prejudicial ao interesse público e apta a causar grave lesão à ordem e à economia públicas.

Ademais, o parágrafo 6º do artigo 4º, da Lei nº 8.437/92 é imperativo em afirmar que "§ 6º A interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo. Incluído pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001".

Ou seja, os campos de alcance e abrangência do recurso de agravo de instrumento e da suspensão de segurança são distintos e inconfundíveis, exatamente porque, nessa última, o Presidente do Tribunal exercerá juízo não meramente jurídico, mas também e principalmente juízo político, decidindo sobre a conveniência e oportunidade de suspender ou não os efeitos da decisão judicial.

Evidenciado, portanto, que a suspensão de segurança, no caso, não foi utilizada como sucedâneo recursal, sendo, portanto, completamente descabida a alegação de que inaplicável a aplicação do artigo 4º da Lei nº 8.437/92.

Pelos mesmos motivos acima expostos, sem pertinência alguma a alegação do embargante de que a suspensão de segurança teria sido aviada contra decisão transitada em julgado, porque não interposto agravo de instrumento contra a decisão do Juízo Falimentar. O Distrito Federal, até porque não era parte no processo de recuperação judicial da Lotaxi, optou por combater a decisão que inviabilizaria a licitação, por meio da suspensão de segurança.

Não teria essa Corte Superior de analisar a suposta inaplicabilidade do referido comando legal de forma preliminar, até porque o recurso especial sequer foi conhecido, diante da constatação constante do voto desse e. Relator de que "o juízo realizado para conceder a Suspensão foi meramente político e não técnico-jurídico". Ou seja, ao acatá-la como presente essa realidade – juízo político – essa e. Segunda Turma nada mais fez do que afirmar que o Presidente do TJDF agiu em concordância com a norma do artigo 4º da Lei nº 8.437/92, dando-lhe a correta aplicação.

Reconhecendo explicitamente como legal o juízo emanado da Corte a quo, esse eminente relator fez constar de seu voto, acompanhado, na íntegra, pelos seus pares, o seguinte, verbis:

"A presente suspensão de segurança foi apresentada pelo Distrito Federal para suspender a eficácia de decisão proferida pelo Juiz de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal, nos autos de Ação de Recuperação Judicial, no sentido de excluir da Concorrência Pública nº 41/2011 – ST as linhas operadas pela empresa Cumbor Transportes Urbanos Ltda.



Embora tenha convicção de que as empresas em recuperação judicial devam ter seus direitos reconhecidos, caso elejam em dia com suas obrigações decorrentes do processo de recuperação, em julgo político e sem maiores dados até aqui que ardemem tal deslinde impossível admitir que todo um processo de reorganização do já caótico sistema de transporte público sofra solução de continuidade a inviabilizar a correção de rumos no setor implementada pelo Poder Público

A suspensão da licitação em relação às linhas operadas pela empresa recorrente inviabilizaria o processo licitatório, pois impediria a implantação do novo modelo de transporte público, no qual o DF seria geograficamente dividido em bacias ou lotes. É que a existência simultânea do modelo antigo (de linhas) e do novo modelo é impossível, pela incompatibilidade dos sistemas e a não inclusão na licitação das linhas em questão impossibilitaria as mudanças previstas para o sistema público de transporte, mostrando-se absurda a decisão originária." (grifamos)

Inexistente, portanto, a omissão apontada e bem assim a violência aos dispositivos constitucionais inovadoramente invocados (artigos 5º, incisos XXXV, LIV e LV e 93, IX). O v. acórdão embargado cumpriu fielmente as regras processuais e regimentais, decidindo a lide nos limites de sua competência jurisdicional, estando devidamente fundamentado e tendo sim enfrentado todas as questões jurídicas postas em discussão.

Outra omissão apontada. Suposta ocorrência de fato novo não enfrentado pela e. Turma.

Em verdade, não há nenhum fato superveniente. O alegado fato novo suscitado é a invocação do Decreto Distrital nº 33.556, de 1º de março de 2012. Tal normativo, em que pese sua antiguidade, não foi apreciado pela instância a quo e tampouco foi objeto de consideração nas razões de recurso especial. Impossível apreciá-lo agora, na estreita via dos embargos de declaração, ante a ausência do necessário requisito do prequestionamento e, também, por se tratar de norma de cunho local (Súmula 280/STF).

Ademais, o que o referido Decreto determina é que as linhas atuais, inclusive as da recorrente, continuarão a ser operadas até que implantado o novo sistema. É isso evidentemente acontecerá, até mesmo por imperativo contratual. Já o objeto do recurso especial é bem distinto: pretende-se que as linhas atualmente operadas pela recorrente sejam simplesmente excluídas da licitação, inviabilizando o certame.

O certo é que não há nenhum fato superveniente não enfrentado pelo v. acórdão embargado. O citado Decreto nº 33.556, de 1º de março de 2012, não pode ser tido como fato novo superveniente a ser considerado, primeiro porque não é superveniente; segundo, porque desinflui para o deslinde da questão *sub judice*.

Dessa forma, uma vez mais inconsistente a suposta omissão apontada.

Por fim, calha registrar que essa e. Segunda Turma já se debruçou sobre idêntica circunstância fática/processual, em feito movido por integrante do mesmo grupo econômico ("canhedo") e exarou pronunciamento cuja ementa ostenta o seguinte teor:

EDel no RECURSO ESPECIAL Nº 1.373.127 - DF (2013/0067150-8)

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. MEDIDA CAUTELAR. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO. OMISSÃO INEXISTENTE.

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que não cabem embargos de declaração para que o STJ enfrente matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.
2. Esta Corte Superior posicionou-se de forma clara, adequada e suficiente no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o presente pedido de suspensão ostenta juízo político. Ademais, "ainda que o pleito, *non recuso especial*, recata sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial" (AgRg no REsp 1207495 RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).
3. O art. 4º da Lei nº 843792 determina que "compete ao presidente do tribunal, ao qual caber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas".
4. No presente caso, a suspensão de segurança foi apresentada pelo Distrito Federal para suspender a eficácia de decisão proferida pelo Juiz de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal, nos autos de Ação de Recuperação Judicial, no sentido de excluir da Concorrência Pública nº 01/2011 - ST todas as linhas operadas pela empresa Condor Transportes Urbanos Ltda. A suspensão da licitação em relação as linhas operadas pela empresa recorrente inviabilizaria o processo licitatório, pois impediria a implantação do novo modelo de transporte público, no qual o DF seria geograficamente dividido em bacias ou lotes. Sendo a ordem do juiz de base apta a causar grave lesão à ordem pública, o ente público procurou o caminho da suspensão da segurança para impedir tal ato. Ou seja, a suspensão de segurança não foi utilizada como sucedâneo recursal, mas sim como instrumento legal apto a coibir decisão judicial flagrantemente prejudicial ao interesse público e apta a causar grave lesão à ordem e à economia públicas.



5. Ademais, o §6º do artigo 4º da Lei nº 8.437/92 é imperativo ao afirmar que "a interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo", ou seja, o alcance do recurso de agravo de instrumento e da suspensão de segurança são distintos, uma vez que nessa última, o Presidente do Tribunal exercerá juízo não meramente jurídico, mas principalmente um juízo político, decidindo sobre a ocorrência de lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, para suspender ou não os efeitos da decisão judicial.
6. Não houve análise do fato superveniente alegado, a uma porque tal fato (existência do Decreto nº 33.556/12) não é novo, datado de 1º de março de 2012, a duas porque o recurso especial sequer foi conhecido, o que impediria a análise de tal ponto. Mesmo que assim não fosse, o referido Decreto determina a continuidade da prestação de serviços de transporte coletivo público durante o período de transição para as novas concessões, enquanto o objeto do recurso especial é bem distinto: pretende-se que a linhas atualmente operadas pela recorrente sejam simplesmente excluídas da licitação, inviabilizando o certame. Dessa forma, o "fato novo" não influenciaria em nada o julgamento dos autos.
7. Por meio dos aclaratórios, é nítida a pretensão da parte embargante em provocar reexame da causa, situação que, na inexistência das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, não é compatível com o recurso protocolado.
8. Embargos de declaração rejeitados.

Ante o exposto, pede-se a essa e. Segunda Turma que rejeite os presentes embargos de declaração

Termos em que,
Pede deferimento.
Brasília-DF, em 9 de outubro de 2013.

LUCAS AIRES BENTO GRAF
Procurador do Distrito Federal

[Início](#) [Links](#) [Fale conosco](#) [Mapa do site](#)

Você está em: Início > E-STJ

E-STJ

OBS: As petições enviadas após as 24:00 horas só serão consideradas no próximo dia útil. Os dados que constam na certificação digital serão preenchidos automaticamente.

Petição Incidental enviada com sucesso.**Petição Incidental**

Transmido em: 09/10/2013 11:56:45
Classe: RECURSO ESPECIAL
Processo: 1379717
Registro: 2013/0106937-4

Advogado(a)

Nome: LUCAS AIRES BENTO GRAF
OAB: DF013246

Partes

Peticionante: DISTRITO FEDERAL

Arquivos Enviados

Petição: CR EDcl RESP 1379717.pdf

[Voltar](#)[Imprimir](#)

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP: 70095-900 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3319-8000 | Informações Processuais: (61) 3319-8410 | [Outros telefones do STJ](#)
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.



Superior Tribunal de Justiça

124
7

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.717 - DF (2013/0106937-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : LOTÁXI TRANSPORTES URBANOS LTDA - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO
IVIS GLÓRIA LOPES GUIMARÃES DE PÁDUA RIBEIRO
EMBARGADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR E OUTRO(S)

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. MEDIDA CAUTELAR. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO. OMISSÃO INEXISTENTE.

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que não cabem embargos de declaração para que o STJ enfrente matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.
2. Esta Corte Superior posicionou-se de forma clara, adequada e suficiente no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o presente pedido de suspensão ostenta juízo político. Ademais, *"ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial"* (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).
3. O art. 4º da Lei nº 8437/92 determina que *"competem ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas"*.
4. No presente caso, foi apresentada pelo Distrito Federal para suspender a eficácia de decisão proferida pelo Juiz de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal, nos autos de Ação de Recuperação Judicial, no sentido de excluir da Concorrência Pública nº 01/2011 - ST as linhas operadas pela empresa LOTAXI - Transportes Urbanos Ltda. A suspensão da licitação em relação às linhas operadas pela empresa recorrente inviabilizaria o processo licitatório, pois impediria a implantação do novo modelo de transporte público, no qual o DF seria geograficamente dividido em bacias ou lotes. Sendo a ordem do juiz de base apta a causar grave lesão à ordem pública, o ente público procurou o caminho da

suspensão da segurança para impedir tal ato. Ou seja, a suspensão de segurança não foi utilizada como sucedâneo recursal, mas sim como instrumento legal apto a coibir decisão judicial flagrantemente prejudicial ao interesse público e apta a causar grave lesão à ordem e à economia públicas.

5. Ademais, o §6º do artigo 4º da Lei nº 8.437/92 é imperativo ao afirmar que "a interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo", ou seja, o alcance do recurso de agravo de instrumento e da suspensão de segurança são distintos, uma vez que nessa última, o Presidente do Tribunal exercerá juízo não meramente jurídico, mas principalmente um juízo político, decidindo sobre a ocorrência de lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, para suspender ou não os efeitos da decisão judicial.

6. Não houve análise do fato superveniente alegado, a uma porque tal fato (existência do Decreto nº 33.556/12) não é novo, datado de 1º de março de 2012, a duas porque o recurso especial sequer foi conhecido, o que impediria a análise de tal ponto. Mesmo que assim não fosse, o referido Decreto determina a continuidade da prestação de serviços de transporte coletivo público durante o período de transição para as novas concessões, enquanto o objeto do recurso especial é bem distinto: pretende-se que as linhas atualmente operadas pela recorrente sejam simplesmente excluídas da licitação, inviabilizando o certame. Dessa forma, o "fato novo" não influenciaria em nada o julgamento dos autos.

7. Por meio dos aclaratórios, é nítida a pretensão da parte embargante em provocar rejuízo da causa, situação que, na inexistência das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, não é compatível com o recurso protocolado.

8. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Eliana Calmon, os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2013.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, Relator

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.717 - DF (2013/0106937-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : LOTÁXI TRANSPORTES URBANOS LTDA - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO
IVIS GLÓRIA LOPES GUIMARÃES DE PÁDUA RIBEIRO
EMBARGADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR E OUTRO(S)

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator):

Trata-se de embargos de declaração no recurso especial opostos por LOTAXI - Transportes Urbanos Ltda - em recuperação judicial em face de decisão assim ementada (fl. 358):

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político.
2. "Ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial". (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).
3. De acordo com recente julgado, tal entendimento não é aplicado quando na atividade exercida no julgamento do pedido de suspensão de segurança há nítida feição judicial, e não política ou administrativa, em que pese o objeto envolver a análise de conceitos jurídicos indeterminados, como segurança, ordem, saúde e economia. Precedente: AgRg no REsp 1284520/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 08/03/2013.
4. No presente caso, não convém excepcionar a regra, porquanto o juízo realizado para conceder a Suspensão foi meramente político e não técnico-jurídico.
5. Recurso especial não conhecido.

Nas razões dos embargos de declaração, a parte ora embargante sustenta: (i) que o acórdão foi omissivo em relação à alegação de inaplicabilidade do art. 4º da Lei nº 8437/92 ao caso, uma vez que não se admite a suspensão de liminar como sucedâneo recursal; (ii) o prequestionamento de questões constitucionais (artigos 5º, incisos II, XXXI, XXXV, LIV e LV, e 93 da Constituição Federal); (iii) violação aos artigos 5º, incisos II e XXXV, e 93 da

Constituição Federal ao decidir pelo não conhecimento do recurso especial, pois o acórdão recorrido estaria fundamentado em juízo político e não em juízo de legalidade; (iv) que o art. 4º da Lei nº 8437/92 não está imune de ter sua legalidade examinada nesta Corte Superior; (v) a ocorrência de omissão, uma vez que não houve pronunciamento acerca de fato novo trazido aos autos, no caso, a existência do Decreto nº 33.556/12 que estabelece a garantia de continuidade da prestação de serviços de transporte coletivo público durante o período de transição para as novas concessões, o que demonstra a necessidade que se cumpra a decisão do Juízo de primeiro grau

O Distrito Federal apresentou impugnação (fls. 384/389).

É o relatório.



EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.717 - DF (2013/0106937-4)

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. MEDIDA CAUTELAR. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO. OMISSÃO INEXISTENTE.

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que não cabem embargos de declaração para que o STJ enfrente matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.
2. Esta Corte Superior posicionou-se de forma clara, adequada e suficiente no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o presente pedido de suspensão ostenta juízo político. Ademais, "ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial" (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).
3. O art. 4º da Lei nº 8437/92 determina que "compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas".
4. No presente caso, foi apresentada pelo Distrito Federal para suspender a eficácia de decisão proferida pelo Juiz de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal, nos autos de Ação de Recuperação Judicial, no sentido de excluir da Concorrência Pública nº 01/2011 - ST as linhas operadas pela empresa LOTAXI - Transportes Urbanos Ltda. A suspensão da licitação em relação às linhas operadas pela empresa recorrente inviabilizaria o processo licitatório, pois impediria a implantação do novo modelo de transporte público, no qual o DF seria geograficamente dividido em bacias ou lotes. Sendo a ordem do juiz de base apta a causar grave lesão à ordem pública, o ente público procurou o caminho da suspensão da segurança para impedir tal ato. Ou seja, a suspensão de segurança não foi utilizada como sucedâneo recursal, mas sim como instrumento legal apto a coibir decisão judicial flagrantemente prejudicial ao interesse público e apta a causar grave lesão à ordem e à economia públicas.
5. Ademais, o §6º do artigo 4º da Lei nº 8.437/92 é imperativo ao afirmar que "a interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o

juízo de julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo", ou seja, o alcance do recurso de agravo de instrumento e da suspensão de segurança são distintos, uma vez que nessa última, o Presidente do Tribunal exercerá juízo não meramente jurídico, mas principalmente um juízo político, decidindo sobre a ocorrência de lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, para suspender ou não os efeitos da decisão judicial.

6. Não houve análise do fato superveniente alegado, a uma porque tal fato (existência do Decreto nº 33.556/12) não é novo, datado de 1º de março de 2012, a duas porque o recurso especial sequer foi conhecido, o que impediria a análise de tal ponto. Mesmo que assim não fosse, o referido Decreto determina a continuidade da prestação de serviços de transporte coletivo público durante o período de transição para as novas concessões, enquanto o objeto do recurso especial é bem distinto: pretende-se que as linhas atualmente operadas pela recorrente sejam simplesmente excluídas da licitação, inviabilizando o certame. Dessa forma, o "fato novo" não influenciaria em nada o julgamento dos autos.

7. Por meio dos aclaratórios, é nítida a pretensão da parte embargante em provocar rejuízo da causa, situação que, na inexistência das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, não é compatível com o recurso protocolado.

8. Embargos de declaração rejeitados.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator): Não existem vícios a serem sanados no acórdão embargado.

Em primeiro lugar, é pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que não cabem embargos de declaração para que o STJ enfrente matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal. A propósito, os seguintes precedentes: EDcl nos EDcl no AgRg no Ag 1234293/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/04/2013, DJe 29/04/2013; EDcl no MS 15.507/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/04/2013, DJe 18/04/2013; EDcl no AgRg no REsp 1240892/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/04/2013, DJe 05/04/2013; EDcl no REsp 1319515/ES, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/02/2013, DJe 06/03/2013.

Em segundo lugar, esta Corte Superior posicionou-se de forma clara, adequada e suficiente no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito

do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o presente pedido de suspensão ostenta juízo político.

Ademais, salientou "ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial" (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).

O art. 4º da Lei nº 8437/92 determina que "compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas".

No presente caso, foi apresentada pelo Distrito Federal para suspender a eficácia de decisão proferida pelo Juiz de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal, nos autos de Ação de Recuperação Judicial, no sentido de excluir da Concorrência Pública nº 01/2011 - ST as linhas operadas pela empresa LOTAXI - Transportes Urbanos Ltda.

A suspensão da licitação em relação às linhas operadas pela empresa recorrente inviabilizaria o processo licitatório, pois impediria a implantação do novo modelo de transporte público, no qual o DF seria geograficamente dividido em bacias ou lotes.

Sendo a ordem do juiz de base apta a causar grave lesão à ordem pública, o ente público procurou o caminho da suspensão da segurança para impedir tal ato. Ou seja, a suspensão de segurança não foi utilizada como sucedâneo recursal, mas sim como instrumento legal apto a coibir decisão judicial flagrantemente prejudicial ao interesse público e apta a causar grave lesão à ordem e à economia públicas.

Ademais, o §6º do artigo 4º da Lei nº 8.437/92 é imperativo ao afirmar que "*a interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo*", ou seja, o alcance do recurso de agravo de instrumento e da suspensão de segurança são distintos, uma vez que nessa última, o Presidente do Tribunal exercerá juízo não meramente jurídico, mas principalmente um juízo político, decidindo sobre a ocorrência de lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, para suspender ou não os efeitos da decisão judicial.

Por fim, não houve análise do fato superveniente alegado, a uma porque tal fato (existência do Decreto nº 33.556/12) não é novo, datado de 1º de março de 2012, a duas porque o recurso especial sequer foi conhecido, o que impediria a análise de tal ponto.

Mesmo que assim não fosse, o referido Decreto determina a continuidade da prestação de serviços de transporte coletivo público durante o período de transição para as novas concessões, enquanto o objeto do recurso especial é bem distinto: pretende-se que as linhas atualmente operadas pela recorrente sejam simplesmente excluídas da licitação, inviabilizando o certame. Dessa forma, o "fato novo" não influenciaria em nada o julgamento dos autos.

Assim, por meio dos aclaratórios, é nítida a pretensão da parte embargante em provocar re julgamento da causa, situação que, na inexistência das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, não é compatível com o recurso protocolado.

Com essas considerações, voto por REJEITAR os embargos de declaração.

PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS



Excelso Supremo Tribunal Federal

Recorrente: LOTÁXI TRANSPORTES URBANOS LTDA – EM REGIME DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Recorrido: Distrito Federal

**Processo de origem: Recurso Especial nº 1.379.717 – DF (2ª Turma – STJ)
(NÚMERO ÚNICO: 0022383-83-2012.8.07.0000)**

RAZÕES DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Colenda Turma Julgadora,

Estas são as razões em que confia a Recorrente seja o seu recurso extraordinário admitido, conhecido e provido:

I – TEMPESTIVIDADE E PREPARO DO RECURSO

O presente recurso é tempestivo. Com efeito, a publicação do v. acórdão recorrido ocorreu no DJE do dia 18 deste mês de novembro (uma segunda-feira), vencendo o prazo recursal no próximo dia 3 de dezembro (uma terça-feira).

**SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672**

PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

De outra parte, o recurso foi regularmente preparado, conforme se infere da GRU anexa.



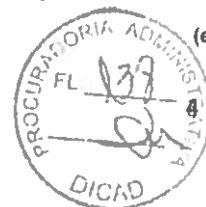
II – EXPOSIÇÃO DOS FATOS E DO DIREITO

O MM Juiz de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal proferiu, após parecer favorável do Ministério Público, decisão, nos autos da ação de recuperação judicial ajuizada pela Recorrente, visando assegurar o cumprimento do art. 42 da Lei nº 8.987/1995, ou seja: indenização à Recuperanda pelos investimentos ainda não amortizados pelas receitas da concessão. Nesse sentido, determinou, em decisão fundamentada, que a Comissão de Licitação “exclua/suspenda da Concorrência Pública n. 01/2011 – ST, no estágio em que se encontrar a licitação, as linhas operadas pela frota da Recuperanda, até que o DF comprove perante este Juízo aditamento ao edital, ressaltando em relação à Recuperanda as regras de transição constantes do art. 42 e seus parágrafos, da Lei 8987/95, sob pena de eventual caracterização do crime de desobediência”.

Essa decisão transitou em julgado, porquanto o Distrito Federal dela não agravou. Não obstante, a entidade pública requereu pedido de suspensão de tutela cautelar ao Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (Fls. e-STJ, 3/26), que a deferiu (Fls. e-STJ, 223-228).

Dessa decisão deferitória da medida suspensiva, a Empresa, ora Recorrente, interpôs agravo regimental (Fls. e-STJ, 233-244), que foi desprovido por acórdão daquele Egrégio Tribunal de Justiça (Fls. e-STJ, 283-293). Em decorrência, manifestou recurso especial (Fls. e-STJ, 297-311), em que sustentou, em suma, que, a pretexto de aplicá-los, o acórdão recorrido violou os arts. 522 do Código de Processo Civil, 4º, § 1º, da Lei 8.437/1992 e ao art. 38, § 1º, II, da Lei 8.987/1995. Alegou, ainda, dissídio jurisprudencial com julgados dessa Excelsa Corte e do Superior Tribunal de Justiça, no sentido

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672

**PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

de que a suspensão de segurança não pode ser utilizada como sucedâneo recursal.

O recurso especial foi admitido pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência, do Tribunal de origem (Fls. e-STJ, 322-323).

Ao julgar o citado recurso, a Segunda Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça dele não conheceu, ao fundamento de que ***“o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político”, “entendimento que não é aplicado quando na atividade exercida no julgamento do pedido de suspensão de segurança há nítida feição judicial, e não política administrativa”***, não havendo, porém, no caso concreto, como ***“excepcionar a regra, porquanto o juízo realizado para conceder a suspensão foi meramente político e não técnico-administrativo”*** (Fls. e-STJ, 360-367). Daí ter afastado a ofensa ao art. 4º da Lei nº 8.437/1992.

Em sequência, foram opostos embargos declaratórios para esclarecer omissões em que incorreu o acórdão embargado e prequestionar questões constitucionais delas decorrentes, que afloraram do referido julgamento.

Os embargos declaratórios foram rejeitados pelo v. acórdão embargado, sob os seguintes fundamentos:

a) não cabem embargos de declaração para que o STJ enfrente matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal;

b) o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito ao exame de legalidade, ao passo que o presente pedido de suspensão ostenta juízo político (mesmo argumento impugnado nos declaratórios); e

c) a interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672

PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão (Lei nº 8.437/1992, art. 4º, § 6º) (Fls. e-STJ, 399-404).



III – DEMONSTRAÇÃO DE CABIMENTO DO RECURSO

Em resumo, no recurso especial, sob alegação de violação ao art. 4º da Lei nº 8.437/1992, duas questões federais foram suscitadas:

1ª) Não se aplica à espécie o citado preceito, porquanto o instituto da suspensão de segurança, nele previsto, não tem o condão de reformar a decisão, objeto da suspensão, e, muito mais, quando essa decisão transitou em julgado;

2ª) O aludido preceito foi violado, pois, partindo-se de fatos incontroversos, como tais admitidos pelo acórdão atacado pelo recurso especial, verifica-se que referidos fatos não se subsumem à norma que o corporifica.

O acórdão, ora recorrido, integrado pelo proferido nos embargos declaratórios interpostos, nada disse sobre a primeira questão (preliminar) e, quanto à segunda, dela não cuidou, pois não conheceu do recurso especial ao único fundamento (aliás, corporificado em vários precedentes da Turma julgadora), no sentido de que o apelo extremo “visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político”.

Ao assim decidir, afrontou de forma direta e imediata a textos da Constituição Federal, devidamente prequestionados e que afloraram do julgamento recorrido.

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672

PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

**TEXTOS CONSTITUCIONAIS VIOLADOS**

A) Relativos à preliminar de descabimento da suspensão de liminar: CF, arts. 5º, LIV e LV; 93, IX; 5º, XXXV; 5º, II, 22, I; e 37; e 5º, XXXI.

Nos embargos declaratórios mencionados, apontou-se a primeira omissão, decorrente do fato de o v. aresto não ter-se pronunciado sobre a aludida preliminar (DESCABIMENTO DA SUSPENSÃO DE LIMINAR), de cujo não suprimimento afluía ofensa aos textos constitucionais que foram indicados, quais sejam:

a) Devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LIV e LV, CF)

Consoante o Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (art. 164), antes transcrito, elaborado em observância ao art. 96, I, da Constituição Federal, e dos princípios que regem o processo civil (CF, art. 22, I; CPC, art. 560), a questão preliminar suscitada, relativa ao não cabimento da suspensão da liminar, teria de ser examinada antes do mérito, mesmo porque prejudicial ao exame deste, o que não ocorreu. Ao entender de maneira diversa, o v. acórdão ofendeu diretamente o art. 5º, LIV e LV da Constituição Federal.

b) Fundamentação das decisões judiciais (CF, art. 93, IX)

A Constituição Federal determina (art. 93, IX) que as decisões judiciais devem ser fundamentadas. Na espécie, a v. acórdão embargado nenhuma fundamentação contém sobre a preliminar antes mencionada, concernente ao descabimento da suspensão da liminar, violando o citado preceito.

c) Acesso à Justiça (CF, art. 5º, XXXV)

No caso, admitiu-se a suspensão de liminar com efeito de reformar a decisão, objeto da suspensão de liminar, e que não foi recorrida, tendo transitado em julgado. Isso implica impedir à Recorrente de exercer o direito de acesso a Justiça, violentando-se o art. 5º, XXXV, da CF. Com efeito, por medida processual inadequada (suspensão de liminar), bloqueou-se toda a sua atuação processual, impedindo-a de tomar qualquer medida judicial no processo em que prolatada (recuperação judicial). Asfixiou-se-lhe direito, que

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672

**PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Ihe havia sido reconhecido por decisão judicial com trânsito em julgado, sem que tivesse oportunidade de revertê-la no processo em que foi proferida.

Saliente-se que a decisão, objeto do pedido de suspensão de liminar, foi prolatada em ação de recuperação judicial, que se encerrará com uma sentença, declarando que a Empresa-Recuperanda, ora Recorrente, cumpriu as obrigações assumidas no Plano de Recuperação Judicial ou, se isso não ocorrer, com uma sentença declaratória da sua falência. Em tal contexto, aquela decisão, com trânsito em julgado, objeto da suspensão, ficará com os efeitos suspensos para sempre! A Empresa, ora Recorrente, com direito reconhecido, em definitivo pela Justiça, ficará impedida de exercê-lo, ficando, na prática, condenada à falência, o que é um absurdo!

d) Princípio da legalidade (CF, art. 5º, II; 22, I e 37)

Só a lei pode criar recurso, a fim de, através dele, permitir à parte obter a reforma de decisão proferida em processo judicial. Na espécie, o v. acórdão recorrido admitiu a possibilidade de reformar decisão judicial (e acentue-se: com trânsito em julgado), mediante "suspensão de liminar", medida prevista no art. 4º da Lei nº 8.437/1992, que não constitui "recurso". Tal proceder ofende, claramente, o princípio constitucional da legalidade e está em desconformidade com pacífica jurisprudência dessa Excelsa Corte (SS 3450 AgR/CE, Tribunal Pleno, Ac Dje-040, public 05-03-2010; republicação Dje-045, public 12-03-2010, Relator Ministro Gilmar Mendes; SS 1299 DF, Relator Ministro Celso de Mello; SS 2184/PE, DJ 221, de 14/11/2003, Relator Min. Maurício Corrêa).

e) Ofensa à coisa julgada (CF, art. 5º, XXXI)

No caso, como antes assinalado, o v. acórdão recorrido violou, também, o princípio constitucional da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXI), porquanto, segundo esclarecido, a decisão, objeto da suspensão, versando postulação de direito material, não foi atacada pelo recurso cabível e, por essa razão, transitou em julgado. Por isso, não podia ter sido reformada por meio de instituto processual inadequado a esse fim. A propósito, tenha-se em conta o esclarecimento, a seguir, sobre a peculiaridade do caso concreto.

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672

PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

Peculiaridade do caso concreto: esclarecimento necessário

Constitui fato incontroverso que a decisão, objeto da suspensão de segurança, transitou em julgado. Não obstante, os seus efeitos estão suspensos, indefinidamente, em razão da malsinada medida suspensiva.

Cumpra esclarecer, segundo se depreende dos autos, que a Recorrente jamais negou que a suspensão de segurança e o agravo de instrumento sejam institutos diversos (Lei nº 8437/1992, art. 4º, § 6º). O que sustentou foi que, embora a suspensão de liminar e o agravo de instrumento sejam institutos diversos, impunha-se, no caso concreto, que o Distrito Federal interpusse agravo, a fim de evitar o trânsito em julgado em seu desfavor da decisão, objeto da suspensão, e a contradição daí resultante: atribuir à suspensão de liminar efeitos reformatórios que não lhe são próprios.

Qual a peculiaridade do caso? Trata-se, na espécie, insista-se, de processo de recuperação judicial que se encerrará com uma sentença declarando que a Empresa-Recorrente cumpriu as obrigações assumidas no Plano de Recuperação Judicial, ou, se isso não ocorrer, com uma sentença declaratória da sua falência!

Isso significa que, em razão da suspensão de liminar concedida, a decisão dela objeto, favorável à Empresa-Recorrente, ficará com os seus efeitos suspensos *ad aeternum*!

Em tal circunstância – permanecer a decisão com trânsito em julgado, objeto da suspensão, com os seus efeitos suspensos indefinidamente -, os direitos indenizatórios a que se refere não poderão ser efetivados no processo recuperatório, condenando-se à Empresa definitivamente à falência, com todas as nefastas consequências daí decorrentes.

O Distrito Federal não pode beneficiar-se da sua omissão em interpor o agravo. Há de suportar os efeitos da coisa julgada. Não há conceber que uma medida de exceção em favor do Poder Público (suspensão de liminar) tenha o condão de REFORMAR a decisão, objeto da suspensão, por depender a sua reforma, no caso, da interposição de recurso.

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672

PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

**Inobservância da Jurisprudência pacífica da Excelência
Suprema Corte**

A jurisprudência dessa Colenda Suprema Corte é pacífica no sentido de não admitir a suspensão de liminar como sucedâneo recursal e de que constitui obstáculo intransponível à concessão da suspensão de liminar a existência de coisa julgada.

A propósito, é elucidativa a ementa que encima o acórdão do Egrégio Tribunal Pleno, proferido no agravo regimental na SS 3450/CE, da relatoria do eminente Ministro Gilmar Mendes:

"Suspensão de segurança. Agravo Regimental. Preliminar de perda de objeto em virtude de prolação de sentença. Rejeição. Sentença que confirma a liminar. A jurisprudência deste Tribunal veda a utilização do incidente de contracautela como sucedâneo recursal. Recurso que não traz novos fundamentos aptos a infirmar a decisão agravada. Agravo regimental a que se nega provimento" (DJe 040 DIVULG 04-03-2010 PUBLIC 12-03-2010; REPUBLICAÇÃO: DJe-045 DIVULG 11-03-2010 PUBLIC 12-03-2010)

Em decisão que prolatou na SS 2184/PE, o saudoso Ministro Maurício Corrêa citou decisão do eminente Ministro Celso de Mello, prolatada na Suspensão de Segurança 1312/DF, DJ 05.11.98, em que Sua Excelência reporta-se a outros pronunciamentos no sentido de que **é obstáculo intransponível à concessão da suspensão de segurança a existência de coisa julgada** (Decisão de 5.11.2003, DJ 221 de 14.11.2003).

Com essa mesma linha de entendimento, a decisão proferida na SS 3450/CE, da lavra da ilustre Ministra Ellen Gracie, apoiada em diversos precedentes, em que aduz, após citar o art. 4º da Lei 4.348/64 e dizer que a autorização excepcional nele prevista não se reveste de caráter revisional: **"A jurisprudência deste Tribunal não admite, nesse aspecto, a utilização do incidente de suspensão como sucedâneo recursal"** (SL 56 – AgRg, rel. Min. Ellen Gracie, DJ 23.16.2006; SS2900, rel. Min. Nelson Jobim, DJ 24.03.2006; SS 2184, rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 14.11.2003; e SS 1299, re. Min. Celso de Mello, DJ 30.04.1999".

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672

PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

10



B) Relativas à preliminar de conhecimento do recurso especial, ao fundamento de que este não se presta para reformar acórdão fundamentado em juízo político e não em juízo de legalidade: afronta pelo acórdão embargado aos arts. 5º, II e XXXV, 37, *caput*, e 105, III, "a" e "c", todos da CF

Ao não conhecer do recurso especial, v. acórdão recorrido fundou-se em que, no caso, o r. aresto do Tribunal de Justiça está fundamentado em juízo político e não em juízo de legalidade, não se prestando o citado recurso para impugná-lo.

Essa fundamentação implica ofensa direta a textos constitucionais, segundo se passa a demonstrar.

Com efeito, juízo político, no caso de suspensão de liminar, há de ater-se à legalidade. Se a ultrapassar, incide em ilegalidade a ser corrigida via recurso especial. Não se pode olvidar que a Constituição da República, ao prever o recurso especial, não admite distinção entre exame da legalidade e juízo político. Isso porque, à vista do nosso sistema constitucional atinente ao Poder Judiciário, o juízo político está sujeito aos estritos limites da legalidade. Se desta se afasta, violenta a lei, negando-lhe vigência. Se é o Tribunal de Apelação que assim procede ao proferir o julgamento, contra o acórdão por ele prolatado cabe recurso especial, recurso de elevado interesse público, porquanto visa salvaguardar o ordenamento jurídico nacional e, portanto, o próprio Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, a prevalecer, o v. acórdão embargado estará a afrontar:

a) o direito constitucional da jurisdição ou de acesso à justiça (CF/88, art. 5º, inciso "XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"):

b) o princípio da legalidade (CF/88, art. 5º, II: "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei" e 37, *caput*: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672

PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.....");

c) a competência do Superior Tribunal de Justiça para julgar o recurso especial (CF/88, art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c"):



"Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

Na verdade, estará a violentar todo o sistema constitucional, segundo se depreende do próprio preâmbulo da Lei Maior no dizer que representantes do povo brasileiro, se reuniram "em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias".

De fato, se há acórdão, prolatado por Tribunal de Apelação, que nega vigência à lei federal, seja qual for ele, não se pode ilidir a possibilidade de corrigi-lo, a fim de afastar a ilegalidade por ele cometida, via recurso especial.

O art. 4º da Lei nº 8.437/1992 não está imune a ter a legalidade da sua aplicação controlada pelo Tribunal da Cidadania via recurso especial.

São inumeráveis os casos em que os Tribunais, inclusive o próprio Superior Tribunal de Justiça e a Excelsa Suprema Corte, rotineiramente, têm afastado a sua aplicação por não se subsumirem os fatos ao interesse público

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672

PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS



por ele protegido: "evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas".

Se o Colendo Superior Tribunal de Justiça, pelo seu Presidente ou pela sua Corte Especial, examina a legalidade de cada caso concreto para deferir ou indeferir o pedido de suspensão de liminar, ou seja, verifica se os fatos apresentados se subsumem à norma do dispositivo de regência, não há qualquer razão para que deixe de fazê-lo via recurso especial, mediante o qual exerce a sua função mais nobre, qual seja a de garantir o império da lei federal em todo o território nacional.

Nenhum preceito da legislação federal pode ser declarado imune a reexame da sua aplicação, nos casos em que a Constituição prevê o cabimento do recurso especial, especialmente quando lhe nega vigência. Admitir imunidade, em hipóteses tais, constitui grave heterodoxia altamente comprometedora à dignidade constitucional do Tribunal da Cidadania.

De outra parte, ao Poder Judiciário, pelos seus juízes, incumbe cumprir a Constituição da República e as leis do País. Não lhes cabe fazer juízos políticos fora da legalidade. Muitas vezes a lei lhes abre espaço para decidir com discricionariedade. Nunca, porém, podendo ultrapassar os limites fixados no preceito legal de regência.

Desde a ditadura dos anos 30, vêm sendo editadas normas que, hoje, constituem aquilo que, com propriedade, o Em. Min. Luiz Fux denomina de regras que compõem o "microssistema de proteção ao Poder Público", entre as quais se inclui aquela em que se funda o recurso especial interposto pela ora Agravante, qual seja o art. 4º da Lei nº 8.437/1992. São regras de exceção em favor da preponderância do interesse público sobre o interesse privado.

Em julgado lapidar, da relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence, essa Colenda Suprema Corte procurou compatibilizar o instituto da suspensão de segurança com a Constituição, admitindo-a como contracautela, sem, contudo, deixar de alertar que **"Verdadeiramente inconciliável com o Estado de Direito e a garantia constitucional da jurisdição seria o impedir a concessão ou a cassação da segurança concedida, com base em motivos de conveniência política ou administrativa, ou seja, a superposição ao direito**

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672

PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS



do cidadão das “razões de Estado” (SS 1149 AgR/PE, j. 03/04/1997, Tribunal Pleno; Ac. DJ 09-05-1997, p 18137; EMET VOL 01-868-01 PP-00103)

Portanto, admitir que “motivos eminentemente políticos possam levar ao desrespeito à lei implica gravíssimo abalo de um dos principais pilares da democracia, que é o princípio da legalidade” (Ver artigo “Suspensão de Segurança, pág.13, Eduardo Arruda Alvim, in www.arrudaalvimadvogados.com.br).

Ademais, como visto, o art. 4º da Lei nº 8.437/1992 constitui norma de exceção. Afastá-la do âmbito do recurso especial constitui inconcebível violência à ordem jurídica e ao direito das pessoas. Implica, na espécie, conspurcar o direito da Recorrente de acesso à Justiça, no caso ao Superior Tribunal de Justiça.

No contexto assinalado, resulta evidente que o acórdão recorrido violentou diretamente os preceitos constitucionais antes mencionados, aflorados quando do julgamento do recurso especial, cuja aplicação foi prequestionada mediante a interposição de embargos declaratórios.

Prequestionamento das questões constitucionais em que se funda o recurso extraordinário

Todas as questões constitucionais postas no recurso extraordinário, decorrentes de ofensa direta do v. acórdão recorrido aos dispositivos constitucionais colacionados, foram prequestionadas por meio de embargos de declaração (fls. 378-387 e 391).

Não obstante os embargos declaratórios visando a sanar as omissões quanto ao enfrentamento dos preceitos colacionados, o v. aresto recorrido recusou-se a apreciá-los, ao argumento de que “não cabem embargos de declaração para que o STJ enfrente matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal”.

Esse entendimento, porém, não impede o prequestionamento das questões constitucionais, afloradas no próprio julgado, suscitadas pela parte. Com efeito, “O Supremo Tribunal Federal tem reafirmado a sua jurisprudência – já assentada na Súmula nº 356, no sentido de que, reagitada a questão constitucional não enfrentada pelo acórdão,

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672

**PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

mediante embargos de declaração, se tem por prequestionada a matéria, para viabilizar o recurso extraordinário, **ainda que se recuse o Tribunal "a quo" a manifestar-se a respeito** (grifou-se), nas palavras lúcidas do Ministro Sepúlveda Pertence. Eis os precedentes:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL.

PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. I - "O que, a teor da Súm. 356, se reputa carente de prequestionamento é o ponto que, indevidamente omitido pelo acórdão, não foi objeto de embargos de declaração; mas, opostos esses, se, não obstante, se recusa o Tribunal a suprir a omissão, por entendê-la inexistente, nada mais se pode exigir da parte, permitindo-se-lhe, de logo, interpor recurso extraordinário sobre a matéria dos embargos de declaração e não sobre a recusa, no julgamento deles, de manifestação sobre ela" (RE 210.638/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJU 19/6/1998). II - Agravo regimental improvido. (AI 648.760 SP, Ac. DJ de 30-11-2007, Relator Min. Ricardo Lewandowski)

EMENTA: 1. Recurso extraordinário: inépcia: inoportunidade. Histórico da causa e demonstração do cabimento do recurso - que, na hipótese da alínea a, se confunde com "as razões do pedido de reforma da decisão recorrida" - suficientemente delineados nas razões da recorrente, possibilitando a perfeita compreensão da controvérsia. 2. Recurso extraordinário: prequestionamento e embargos de declaração. O Supremo Tribunal tem reafirmado a sua jurisprudência - já assentada na Súm. 356 -, no sentido de que, reagitada a questão constitucional não enfrentada pelo acórdão, mediante embargos de declaração, se tem por prequestionada a matéria, para viabilizar o recurso extraordinário, ainda que se recuse o Tribunal a quo a manifestar-se a respeito (v.g., RE

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672

PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

210638, 1ª T, 14.04.98, Pertence, DJ 19.6.98; RE 219934, Pl. 14.06.00, Gallotti, DJ 16.2.01). É o que ocorreu, no caso, quanto à matéria relativa ao cerceamento de defesa: suscitada nos embargos de declaração opostos à sentença de primeiro grau, a questão foi objeto da apelação e dos embargos declaratórios ao acórdão recorrido. Com relação, contudo, à contrariedade ao artigo 5º, LXVII, da CF, não suprido o requisito do prequestionamento, porque não suscitada antes dos embargos de declaração à decisão de segundo grau. 3. Contraditório e ampla defesa (CF, art. 5º, LV) Cerceamento inequívoco do direito de defesa da ré pela omissão persistente das instâncias ordinárias em examinar, não mera alegação de direito - cuja ausência de exame explícito, na imensa maioria dos casos, pode e deve ser interpretada como rejeição tácita -, mas a existência incontroversa de fato modificativo do direito dos autores - cessão de seus créditos a terceiro de quem receberam parte do valor correspondente à soja reclamada na presente ação. (RE 231452-PR, Ac. DJ 24-09-2004, Relator Ministro Sepúlveda Pertence).

IV – AINDA SOBRE CABIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

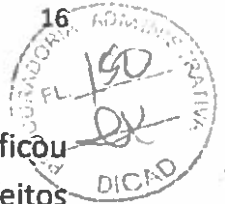
Conforme se depreende do até aqui exposto, o recurso extraordinário impugna acórdão proferido em suspensão de liminar. Não se trata de caso que se enquadre na Súmula nº 735 dessa Excelsa Corte, segundo a qual

“Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar”

Não se cuida dessa hipótese! Não se trata, aqui, de decisão com caráter precário, mas de decisão com trânsito em julgado (definitiva, portanto), que, pelo desvirtuamento do instituto da suspensão de liminar, teve os seus efeitos suspensos eternamente. A Empresa-Recorrente tem um

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672

PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS



direito reconhecido por uma decisão com trânsito em julgado, que ficou esvaziado, sem qualquer valia, pela suspensão para sempre dos seus efeitos via instituto jurídico que não tem esse condão. Olvidou-se, no tópico, os preceitos constitucionais antes citados e devidamente prequestionados, especialmente o da legalidade (o instituto da suspensão de liminar não é recurso e, por isso, não tem força para reformar decisão judicial, como no caso), com afronta à jurisprudência dessa Excelsa Corte sobre a matéria.

V – REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS SUSCITADAS

Repercussões gerais de ordem jurídica

Na espécie, as questões constitucionais, em que se funda o presente recurso extraordinário, todas elas afluídas no acórdão recorrido, integrado pelo proferido nos embargos declaratórios interpostos, e que foram devidamente prequestionadas, são de grande significação jurídica, econômica, política, social, transcendendo os efeitos do julgado que as decidir ao âmbito deste processo.

De fato, à luz dos preceitos constitucionais colacionados, essa Excelsa Suprema Corte irá decidir, entre todas as relevantíssimas questões constitucionais suscitadas e prequestionadas, com reflexo na vida das empresas e de cidadãos brasileiros, duas de altíssima repercussão jurídica, a primeira das quais já pacificada na jurisprudência dessa Colenda Corte de Justiça. Ei-las:

1ª) Pode o instituto da suspensão de liminar, previsto no art. 4º da Lei nº 8437/1992, reformar a decisão, objeto da suspensão, e, mais, quando essa decisão, como no caso, já transitou em julgado?

Em suma: pode a suspensão de liminar servir de sucedâneo a recurso não interposto?

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672

PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

A resposta dessa Excelsa Corte é não! Suspensão de liminar não é recurso! Os precedentes foram mencionados neste recurso, reportando-se a eles, na oportunidade (item III, 1ª, letra "d", fls. 7 e 8-9).

Por isso, confia a Recorrente, no tópico, em que o extraordinário seja acolhido para que seja reformado o acórdão recorrido e, em consequência, restabelecida a decisão de primeiro grau, objeto da suspensão de liminar, em respeito à pacífica jurisprudência dessa Excelsa Corte sobre a matéria.

2ª) Pode o Superior Tribunal de Justiça deixar de conhecer recurso especial contra acórdão suspensivo de liminar, prevista no art. 4º da Lei nº 8.437/1992, ao argumento de que, em tal caso, se trata de juízo político e não de juízo de legalidade?

A resposta, com o devido respeito, só pode ser não! Como demonstrado, o art. 4º da Lei Federal nº 8.437/1992, não tem a sua aplicação imune à apreciação do Superior Tribunal de Justiça, como imunidade não tem nenhum dispositivo de lei federal objeto do referido recurso (item III, 2ª, fls. 9-13, deste recurso).

Diante da argumentação antes exposta, espera também a Recorrente, no tópico, seja o extraordinário conhecido e provido, para restabelecer-se a decisão de primeiro grau ou, quando não, para determinar que o Egrégio Superior Tribunal de Justiça julgue o mérito do recurso especial.

Repercussões gerais de ordem econômica, jurídica e social

Mais, ainda: os efeitos do julgado, a ser proferido neste recurso, são de grande significação econômica, política e social, com reflexos além deste processo.

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672

**PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Com efeito, trata-se, no caso, de empresa, em recuperação judicial, que vem cumprindo o plano de recuperação e que, se não tiver assegurados os direitos indenizatórios pelos quais propugna, será inexoravelmente condenada à falência, com todas as consequências daí decorrentes.

Avalizar, pela via oblíqua (suspensão de liminar com efeitos eternizados), o descumprimento do art. 42 e seus parágrafos, da Lei nº 8.987/1995, que prevê a prévia realização de levantamentos e avaliações com vistas à indenização pela amortização dos investimentos da Recorrente, implica deixar de preservar, com evidente repercussões de caráter econômico, político e social, o interesse público contemplado no art. 175 da Constituição e de forma expressa no art. 47 da Lei nº 11.101/2005, nestes termos:

"Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica."

A propósito, foi a própria decisão, objeto da suspensão de liminar, que destacou (fls. 72-73):

"O objeto social da Recuperanda se concentra na prestação de serviços de transporte urbano, sendo que para tanto foi obrigada a cumprir as determinações do Poder concedente no que diz respeito à renovação da frota das linhas de ônibus que opera.

De se ver, assim, que a Recuperanda está a prestar serviço público à comunidade brasiliense, e que em torno de tal atividade gravitam interesses vários, dos usuários/consumidores, dos

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672

**PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

trabalhadores da recuperanda, dos fornecedores, e até do Estado-fisco. A Recuperanda destacou fomentar 2587 empregos diretos e mais de 10.000 indiretos.

Nesse sentido é que foi deferido o processamento da Recuperação, contextualizando-se no caso presente as cláusulas gerais ou normas-princípio constantes do art. 47, da Lei 11101/2005, como bem rememorou o Administrador Judicial.

O Plano de Recuperação foi publicado, sendo que a Recuperanda destacou em tal plano, dentre outros objetivos, "a) a sua preservação, como fonte de geração de riquezas (...) b) a preservação e efetiva melhora de seus ativos tangíveis e intangíveis; e c) o pagamento dos seus credores". Tais objetos se encontram entrelaçados e irremediavelmente condicionados à prestação do serviço público ou, minimamente, no retorno financeiro do investimento propiciador da prestação do serviço enquanto vigorou a permissão/concessão. E, segundo a Recuperanda, investimento ainda não devidamente amortizado.

Nessa linha de raciocínio, razoável e legítima a argumentação da Recuperanda, quando ressaltou que é plenamente possível que se outorgue a concessão a outra pessoa jurídica, que eventualmente venha a substituí-la, mas, desde que sejam observadas, estritamente, as regras de transição acima referenciadas, que esclarecem o direito da concessionária anterior, caso da Recuperanda, a uma indenização, caso não prorrogada a prestação do serviço"

VI – CONCLUSÃO

À vista do exposto, na certeza de que atendeu a todos os pressupostos constitucionais, processuais, regimentais e jurisprudenciais,

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672



PÁDUA RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

espera a Empresa-Recorrente seja o seu recurso extraordinário, pelos fundamentos antes aduzidos, admitido, conhecido e provido:

a) a fim de que seja reformado o acórdão recorrido e, em consequência, restabelecida a decisão de primeiro grau, objeto da suspensão de liminar; ou, quando não,

b) para determinar que o Egrégio Superior Tribunal de Justiça julgue o mérito do recurso especial.

Tudo por ser de Direito e de Justiça!

Brasília, em 25 de novembro de 2013.

Ívis Glória Lopes Guimarães de Pádua Ribeiro
OAB-DF 19.162

Antônio de Pádua Ribeiro
OAB-DF 755

Em anexo:

- 1) Guia de Recolhimento da União (GRU)
- 2) Procuração

SQN 116 BLOCO B 602 7º ANDAR ASA NORTE BRASÍLIA-DF CEP:70773-020
TEL: 61 3340-9672



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RE no RESP 1.379.717/DF

2ª Turma – Superior Tribunal de Justiça

DISTRITO FEDERAL, por seu Procurador, nos autos em referência, em que Lotáxi Transportes Urbanos Ltda. é recorrente, vem, respeitosamente, em atenção à r. decisão de fls., oferecer suas

C O N T R A R Z O E S

ao recurso extraordinário de fls. 413/432, na conformidade da manifestação acostada, cujo processamento requer.

Brasília, 18 de dezembro de 2013.

Lucas Aires Bento Graf
Procurador do Distrito Federal



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR,

COLENDIA TURMA:

Trata-se de recurso extraordinário contra decisão unânime da eg. 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça que não conheceu do recurso especial interposto pela recorrente ao fundamento de “*não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político*”.

Na origem o recorrente, em agravo regimental, buscou a reforma de decisão da Presidência do TJDFT que acolhera a suspensão de segurança e cujo acórdão ostenta a seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA CONTRA O PODER PÚBLICO. SUSPENSÃO DE SEGURANÇA DEFERIDA. AGRAVO REGIMENTAL. GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. RECURSO NÃO PROVIDO.

I - Incabível, na sede estrita de suspensão de segurança, examinar questões de fundo envolvidas na lide principal, devendo a análise cingir-se à potencialidade lesiva da decisão. O juízo realizado se circunscreve ao exame da conveniência e da oportunidade de se conter os efeitos da decisão proferida contra o Poder Público, até final julgamento da demanda.

II - No caso, a suspensão dos efeitos da decisão busca evitar a violação da ordem e da economia públicas, pois se estaria impedindo a implantação de um novo sistema de transporte público no Distrito Federal com a exclusão das linhas operadas pela empresa recuperanda, sem se perder de vista





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

ainda o que dispõe o artigo 38, § 1º, inciso II, da Lei 8.987/1995, tudo em observância aos princípios que regem a Administração Pública.

III - Presente tais requisitos, é de se deferir a suspensão de decisão proferida no bojo de ação de recuperação judicial.

III - Agravo regimental não provido.

(Acórdão n.629651, 20120020218416SSG, Relator: PRESIDENTE, Presidência, Data de Julgamento: 16/10/2012, Publicado no DJE: 14/11/2012. Pág.: 5)

Ao recurso especial tirado contra tal decisão foi negado conhecimento, em decisão unânime assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político.

2. "Ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial" (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

3. De acordo com recente julgado, tal entendimento não é aplicado quando na atividade exercida no julgamento do pedido de suspensão de segurança há nítida feição judicial, e não política ou administrativa, em que pese o objeto envolver a análise de conceitos jurídicos indeterminados, como segurança, ordem, saúde e economia. Precedente: AgRg no REsp 1284520/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 08/03/2013.

4. No presente caso, não convém excepcionar a regra, porquanto o juízo realizado para conceder a Suspensão foi meramente político e não técnico-jurídico.

5. Recurso especial não conhecido.

Os declaratórios opostos ao acórdão supra não foram providos em decisão cuja ementa tem o seguinte teor:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. MEDIDA CAUTELAR. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO. OMISSÃO INEXISTENTE.

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que não cabem embargos de declaração para que o STJ enfrente matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

2. Esta Corte Superior posicionou-se de forma clara, adequada e suficiente no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o presente pedido de suspensão ostenta juízo político. Ademais, "ainda que o pleito, no recurso especial, recala sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial" (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).

3. O art. 4º da Lei nº 8437/92 determina que "compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas".

4. No presente caso, a suspensão de segurança foi apresentada pelo Distrito Federal para suspender a eficácia de decisão proferida pelo Juiz de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal, nos autos de Ação de Recuperação Judicial, no sentido de excluir da Concorrência Pública nº 01/2011 - ST todas as linhas operadas pela empresa Condor Transportes Urbanos Ltda. A suspensão da licitação em relação às linhas operadas pela empresa recorrente inviabilizaria o processo licitatório, pois impediria a implantação do novo modelo de transporte público, no qual o DF seria geograficamente dividido em bacias ou lotes. Sendo a ordem do juiz de base apta a causar grave lesão à ordem pública, o ente público procurou o caminho da suspensão da segurança para impedir tal ato. Ou seja, a suspensão de

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

segurança não foi utilizada como sucedâneo recursal, mas sim como instrumento legal apto a coibir decisão judicial flagrantemente prejudicial ao interesse público e apta a causar grave lesão à ordem e à economia públicas.

5. Ademais, o §6º do artigo 4º da Lei nº 8.437/92 é imperativo ao afirmar que "a interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo", ou seja, o alcance do recurso de agravo de instrumento e da suspensão de segurança são distintos, uma vez que nessa última, o Presidente do Tribunal exercerá juízo não meramente jurídico, mas principalmente um juízo político, decidindo sobre a ocorrência de lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, para suspender ou não os efeitos da decisão judicial.

6. Não houve análise do fato superveniente alegado, a uma porque tal fato (existência do Decreto nº 33.556/12) não é novo, datado de 1º de março de 2012, a duas porque o recurso especial sequer foi conhecido, o que impediria a análise de tal ponto. Mesmo que assim não fosse, o referido Decreto determina a continuidade da prestação de serviços de transporte coletivo público durante o período de transição para as novas concessões, enquanto o objeto do recurso especial é bem distinto: pretende-se que a linhas atualmente operadas pela recorrente sejam simplesmente excluídas da licitação, inviabilizando o certame. Dessa forma, o "fato novo" não influenciaria em nada o julgamento dos autos.

7. Por meio dos acórdãos, é nítida a pretensão da parte embargante em provocar rejuízo da causa, situação que, na inexistência das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, não é compatível com o recurso protocolado.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

8. Embargos de declaração rejeitados."

Em **apertada síntese**: a questão de fundo não veio de ser apreciada perante o STJ e **O RECURSO ESPECIAL NÃO FOI CONHECIDO**.

Insiste o recorrente com o extraordinário no qual invoca violação às disposições do art. 5º, LIV e LV; 93, IX; 5º, XXXV; 5º, II, 22, I; 37; § 5º, XXXI da CF/88.

Aduz que o julgamento do recurso especial no STJ Impôs ofensa ao devido processo legal, contraditório, ampla defesa e se encontra despido de fundamentação.

Em acréscimo, articula que a compreensão fixada no STJ implica negar acesso à Justiça, ofende o princípio da legalidade e ofende a coisa julgada.

Em que pese o esforço, o recurso extraordinário não preenche condições mínimas de alçar o tema ao eg. Supremo Tribunal.

NÃO CONHECIMENTO - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA REPERCUSSÃO GERAL - FUNDAMENTO SUFICIENTE NÃO ATACADO

Cumpra logo de plano visar que o recorrente não demonstrou a existência de repercussão geral hábil a alçar o recurso ao conhecimento dessa eg. Corte.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Com efeito, a afirmação de que a carta política seria vulnerada ante a negativa de admissão do recurso especial perante o STJ não guarda relevância e não impressiona a formação do convencimento acerca da existência, ou não, de repercussão geral.

Além disso, essa eg. Corte entende não ser cabível a interposição de Recurso Extraordinário por contrariedade à Constituição Federal, quando a verificação da ofensa envolva o reexame de interpretação dada a normas infraconstitucionais pelo Tribunal a quo (súmula 636 do STJ¹), o que é exatamente a hipótese dos autos porquanto toda argumentação recursal gravita em torno da interpretação dos termos da Lei n. 8.437/92.

De outro lado o recurso passa ao largo da fundamentação ostentada na origem (STJ), qual seja, a de que "a jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político".

Tal circunstância atrai a incidência dos termos da súmula 283/STF, in verbis:

É INADMISSÍVEL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO A DECISÃO RECORRIDA ASSENTA EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE E O RECURSO NÃO ABRANGE TODOS ELES.

1 "NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPÕE REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Por fim, mas não menos importante, é de se salientar que a discussão encetada no extraordinário diz com o atendimento ou não, pelo recorrente, dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial.

Sobre o tema já se pacificou a jurisprudência dessa c. Suprema Corte no sentido de inexistir repercussão geral, conforme a seguinte ementa:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTRAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

Tal o quadro, confia-se na proclamação da inadmissão do recurso ante a ausência dos pressupostos necessários ao seu regular prosseguimento, como de direito.

MÉRITO

Embora rigorosamente não se considere possível o exame meritório em virtude das anteriores restrições apresentadas, no mérito o recurso também não merece o acolhimento pretendido.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Aduz a parte autora que a negativa do Superior Tribunal de Justiça em admitir e conhecer o recurso especial acarreta a simultânea violação dos seguintes dispositivos constitucionais:

- a) 5º, LIV, e LV – *por suposta agressão ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa;*
- b) 93, IX – *por ausência de fundamentação quanto ao "descabimento da suspensão de liminar";*
- c) 5º, XXXV – *por negativa de acesso à jurisdição;*
- d) 5º, II; 22, I e 37 – *por ofensa ao princípio da legalidade, porquanto a suspensão de segurança não é sucedâneo recursal;*
- e) 5º, XXXI – *por ofensa à coisa julgada, na medida em que a decisão do juízo falimentar não teria sido atacada pelo DF ora recorrido.*

Inicialmente cumpre enfatizar a ausência de prequestionamento dos dispositivos constitucionais articulados na medida em que, consoante se infere do item 1 da ementa do acórdão nos declaratórios "É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que não cabem embargos de declaração para que o STJ enfrente matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal."

Ou seja, os dispositivos cogitados no extraordinário não foram sequer apreciados na c. Corte recorrida e a recorrente, embora tenha feito uso de embargos declaratórios no propósito de suscitar o necessário prequestionamento da questão constitucional cogitada, não viu enfrentado o tema cogitado nas razões recursais atraindo a incidência das súmulas nºs. 282 e 356² dessa c. Corte.

² A súmula 282 do STF preceitua que:





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Além disso cumpre ter em perspectiva que a alegação de violação ao art. 5º, LIV e LV não comporta admissibilidade do apelo extremo, pois Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE-RG n.º 748.371/MT, em 07/06/2013, reconheceu a inexistência de repercussão geral do tema referente a violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e dos limites da coisa julgada, quando o julgamento da causa depender de prévia análise da adequada aplicação de normas infraconstitucionais.

Confira-se a ementa do aludido julgado:

'Alegação de cerceamento do direito de defesa. Tema relativo à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal. Julgamento da causa dependente de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Rejeição da repercussão geral.' (ARE 748371 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 06/06/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-148 DIVULG 31-07-2013 PUBLIC 01-08-2013)

Quanto às demais alegações, extrai-se dos autos que o acórdão recorrido firmou-se somente no não preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários à análise do mérito recursal e, sobre o tema o Supremo Tribunal Federal declarou inexistente a repercussão geral (RE 598.365/MG, Pleno, Rel. Min. Carlos Britto, DJe de 26/3/2010).

"É inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

A súmula 356 daquele mesmo órgão, por sua vez, preceitua:

"O ponto omissão da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento".



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Ainda que não se cogite do exame das questões de fundo, impõe-se destacar que o Recorrente suprime a relevante informação de que o DF não é parte na recuperação judicial e foi surpreendido, conforme bem salientado no v. acórdão recorrido, por decisão do "Juiz de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal, nos autos de Ação de Recuperação Judicial, no sentido de excluir da Concorrência Pública nº 01/2011 - ST as linhas operadas pela empresa Condor Transportes Urbanos Ltda."

Ocorre que, para além da absoluta incompetência do Juízo Falimentar para dispor sobre a mencionada Concorrência Pública n. 01/2011, é fato notório a precariedade do serviço de transporte público da capital da república, de forma que o próprio acórdão recorrido anota ser "impossível admitir que todo um processo de reorganização do já caótico sistema de transporte público sofra solução de continuidade a inviabilizar a correção de rumos no setor implementada pelo Poder Público. A suspensão da licitação em relação às linhas operadas pela empresa recorrente inviabilizaria o processo licitatório, pois impediria a implantação do novo modelo de transporte público, no qual o DF seria geograficamente dividido em bacias ou lotes (...) a não inclusão na licitação das linhas em questão impossibilitaria as mudanças previstas para o sistema público de transporte, mostrando-se absurda a decisão originária."

Quanto ao mais, a verificação das alegadas violações constitucionais exige o exame das disposições normativas infraconstitucionais porquanto a determinação contida no artigo 4º da Lei nº 8.437/92 é a própria razão de ser da suspensão de segurança.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

O dispositivo prevê que compete ao Presidente do Tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, a segurança e à economia públicas.

Desnecessário pontuar que essa eg. Corte entende não ser cabível a interposição de Recurso Extraordinário por contrariedade à Constituição Federal, quando a verificação da ofensa envolva o reexame de interpretação dada a normas infraconstitucionais pelo Tribunal *a quo* (súmula 636 do STF), o que é exatamente a hipótese dos autos.

No caso, o juiz da Vara de Recuperações Judiciais do Distrito Federal, em feito de que o Distrito Federal sequer participa, concedeu, *inaudita altera pars*, liminar à recorrente determinando ao Presidente da Comissão de Licitação que trata do novo sistema de transporte público do Distrito Federal, que excluísse do certame todas as linhas que são objeto de permissão à agravada.

A decisão, tal como proferida, significaria impedir a realização da própria licitação e a manutenção do atual e caótico sistema de transporte público vigente no Distrito Federal, dominado pela recorrente e por outros dois grupos empresariais.

3 "NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPÕE REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Sendo a ordem do juiz de base destinada a um agente público do Distrito Federal, no caso, o Presidente da Comissão de Licitação, em autos do qual o Distrito Federal não faz parte (procedimento de recuperação judicial) e estando apta a causar grave lesão à ordem pública, em sua aceção administrativa, bem assim à economia pública, o ente público procurou o correto e legal caminho da suspensão da segurança para coactar o desmando cometido.

O e. Presidente do TJDF e bem assim o Conselho Especial, órgão colegiado máximo da Corte de origem, exercendo juízo político, de conveniência e oportunidade, nos termos do artigo 4º da Lei nº 8.437/92, entenderam, dadas as peculiaridades fáticas do caso concreto, que a decisão causava grave lesão à ordem pública, suspendendo-a.

Ou seja, a suspensão de segurança não foi utilizada como sucedâneo recursal, mas sim como instrumento legal apto a colir decisão judicial flagrantemente prejudicial ao interesse público e apta a causar grave lesão à ordem e à economia públicas.

Não há que se falar em coisa julgada no particular pois o parágrafo 6º do artigo 4º, da Lei nº 8.437/92 é imperativo em afirmar que "§ 6º A interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001)"

Os campos de alcance e abrangência do recurso de agravo de instrumento e da suspensão de segurança são distintos e inconfundíveis.





Com efeito, na suspensão o Presidente do Tribunal exercerá juízo não meramente jurídico, mas também e principalmente juízo político, decidindo sobre a conveniência e oportunidade de suspender ou não os efeitos da decisão judicial.

Evidenciado, portanto, que a suspensão de segurança, no caso, não foi utilizada como sucedâneo recursal, sendo, portanto, completamente descabida a alegação de que inaplicável a aplicação do artigo 4º da Lei nº 8.437/92.

Em acréscimo, nem de forma indireta ou reflexa se poderiam considerar vulnerados os postulados constitucionais da ampla defesa, contraditório, devido processo legal, inafastabilidade da jurisdição ou fundamentação das decisões judiciais invocados pela recorrente (arts. 5º, LIV e LV; 93, IX; 5º, XXXV; 5º, II, 22, I; 37; § 5º, XXXI da CF/88).

Pelos mesmos motivos acima expostos, sem pertinência alguma a alegação da recorrente de que a suspensão de segurança teria sido aviada contra decisão transitada em julgado, porque não interposto agravo de instrumento contra a decisão do Juízo Falimentar. O Distrito Federal, até mesmo porque não figura como parte no processo de recuperação judicial, optou por combater a decisão que inviabilizaria a licitação, por meio da suspensão de segurança.

Não teria o eg. STJ que analisar a suposta inaplicabilidade do referido comando legal de forma preliminar, até porque o recurso especial sequer foi conhecido, diante da constatação de que "o juízo realizado para conceder a Suspensão foi meramente político e não técnico-jurídico."



Ou seja, ao aceitar como presente essa realidade – juízo político – a e. Segunda Turma do c. STJ nada mais fez do que afirmar que o Presidente do TJDF agiu em concordância com a norma do artigo 4º da Lei nº 8.437/92, dando-lhe a correta aplicação.

Por fim, quanto a suposta inobservância da jurisprudência desse c. Supremo Tribunal Federal cumpre registrar que os precedentes invocados no extraordinário não se prestam ao fim colimado e, notadamente, que o dissídio jurisprudencial não configura hipótese de cabimento de recurso extraordinário.

É que, conforme esclarecido nessas contrarrazões, o DF não é parte nos autos da recuperação judicial de forma que não poderia combater a decisão que afetou a esfera de seus interesses e direitos em tal condição.

Além disso, os precedentes invocados versam sobre hipóteses nas quais a suspensão de segurança foi utilizada em razão de procedimentos judiciais movidos contra o ente público – *hipótese diversa da versada nos presentes autos, conforme já frisado* – e nas quais se considerou inadequada a "utilização do incidente de suspensão como sucedâneo recursal".

O caso dos autos é diverso: a suspensão de segurança não foi utilizada como sucedâneo recursal, mas sim como instrumento legal apto a colir decisão judicial flagrantemente prejudicial ao interesse público e apta a causar grave lesão à ordem e à economia públicas.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Impõe-se, pois, o não conhecimento do recurso extraordinário e, caso se chegue a tanto, a integral rejeição de seus termos eis que aviado à mingua dos pressupostos necessários ao seu acolhimento.

É o quanto se espera e requer.

P. Deferimento.

Brasília, 18 de dezembro de 2013.

Lucas Aires Bento Graf
Procurador do Distrito Federal



[Início](#)[Links](#)[Fale conosco](#)[Mapa do site](#)Você está em: [Início](#) > E-STJ**E-STJ**

OBS: As petições enviadas após as 24:00 horas só serão consideradas no próximo dia útil. Os dados que constam na certificação digital serão preenchidas automaticamente.

Petição Incidental enviada com sucesso.**Petição Incidental**

Transmido em: 18/12/2013 12:53:27
Classe: RECURSO ESPECIAL
Processo: 1379717
Registro: 2013/0106937-4

Advogado(a)

Nome: LUCAS AIRES BENTO GRAF
OAB: DF013246

Partes

Peticionante: DISTRITO FEDERAL

Arquivos Enviados

Petição: CRRE RESP 1379717.pdf

[Voltar](#)[Imprimir](#)

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP: 70095-900 - Brasília - DF

Telefone: (61) 3319-8000 | Informações Processuais: (61) 3319-8410 | [Outros telefones do STJ](#)

© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.



RE nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.717 - DF (2013/0106937-4)

RELATOR : MINISTRO GILSON DIPP
RECORRENTE : LOTÁXI TRANSPORTES URBANOS LTDA - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO
IVIS GLÓRIA LOPES GUIMARÃES DE PÁDUA RIBEIRO
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : LUCAS AIRES BENTO GRAF

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela LOTÁXI TRANSPORTES URBANOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pela Segunda Turma desta Corte, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político.

2. "Ainda que ~~o~~ completo, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial" (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).

3. De acordo com recente julgado, tal entendimento não é aplicado quando na atividade exercida no julgamento do pedido de suspensão de segurança há nítida feição judicial, e não política ou administrativa, em que pese o objeto envolver a análise de conceitos jurídicos indeterminados, como segurança, ordem, saúde e economia. Precedente: AgRg no REsp 1284520/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 08/03/2013.

4. No presente caso, não convém excepcionar a regra, porquanto o juízo realizado para conceder a Suspensão foi meramente político e não técnico-jurídico.

5. Recurso especial não conhecido." (fl. 358)

Sustenta o recorrente, além da existência de repercussão geral, ofensa aos arts. 5º, II, XXXI, XXXV, LIV e LV, 22, I, 37 e 93, IX, todos da Constituição Federal quanto à preliminar de descabimento de suspensão de liminar, e ofensa aos arts. 5º, II e XXXV, 37, caput, e 105, III, "a" e "c", da Carta Magna quanto à preliminar de não conhecimento do

Superior Tribunal de Justiça



recurso especial sob o fundamento de que o mesmo não se presta para reformar acórdão fundamentado em juízo político e não em juízo de legalidade.

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 437/453).

Decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, **admito o recurso extraordinário.**

Remetam-se os autos ao Supremo Tribunal Federal.

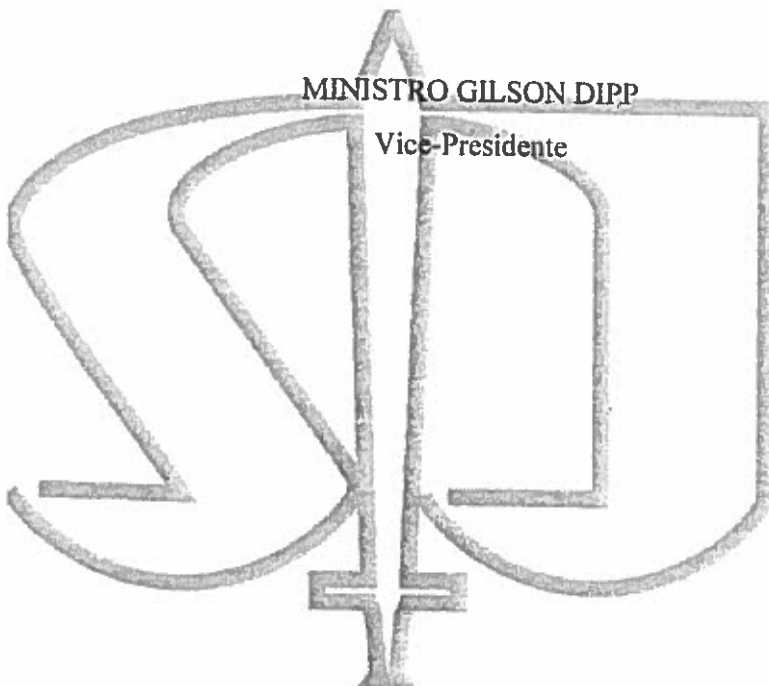
Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

MINISTRO GILSON DIPP

Vice-Presidente



Supremo Tribunal Federal

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 798.740 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
RECTE.(S)	: LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA
ADV.(A/S)	: ÍVIS GLÓRIA LOPES GUIMARÃES DE PÁDUA RIBEIRO
ADV.(A/S)	: ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO
RECDO.(A/S)	: DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Vistos etc.

Contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de origem, maneja recurso extraordinário, com base no art. 102, III, da Lei Maior, Lotaxi Transportes Urbanos Ltda. Aparelhado o recurso na violação dos arts. 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 22, I, 37, *caput*, e 105, "a" e "c", da Constituição Federal.

É o relatório.

Decido.

Preenchidos os pressupostos extrínsecos.

Da detida análise dos fundamentos adotados pelo Tribunal de origem, por ocasião do julgamento do apelo veiculado na instância ordinária, em confronto com as razões veiculadas no extraordinário, concluo que nada colhe o recurso.

Da leitura dos fundamentos do acórdão prolatado na origem, constato explicitados os motivos de decidir, a afastar o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional arguido. Destaco que, no âmbito técnico-processual, o grau de correção do juízo de valor emitido na origem não se confunde com vício ao primado da fundamentação, notadamente consabido que a disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano. Precedentes desta Suprema Corte na matéria:

"Fundamentação do acórdão recorrido. Existência. Não há falar em ofensa ao art. 93, IX, da CF, quando o acórdão impugnado tenha dado razões suficientes, embora contrárias à tese da recorrente." (AI 426.981-AgR, Relator Ministro Cezar Peluso, DJ 05.11.04; no mesmo sentido: AI 611.406-AgR, Relator

RE 798740 / DF

Ministro Carlos Britto, DJE 20.02.09)

“Omissão. Inexistência. O magistrado não está obrigado a responder todos os fundamentos alegados pelo recorrente. PIS. Lei n. 9.715/98. Constitucionalidade. A controvérsia foi decidida com respaldo em fundamentos adequados, inexistindo omissão a ser suprida. Este Tribunal fixou entendimento no sentido de que o magistrado não está vinculado pelo dever de responder todos os fundamentos alegados pela parte recorrente. Precedentes. Esta Corte afastou a suposta inconstitucionalidade das alterações introduzidas pela Lei n. 9.715/98, admitindo a majoração da contribuição para o PIS mediante a edição de medida provisória. Precedentes.” (RE 511.581-AgR, Relator Ministro Eros Grau, DJE 15.8.08)

“O que a Constituição exige, no art. 93, IX, é que a decisão judicial seja fundamentada; não, que a fundamentação seja correta, na solução das questões de fato ou de direito da lide: declinadas no julgado as premissas, corretamente assentadas ou não, mas coerentes com o dispositivo do acórdão, está satisfeita a exigência constitucional.” (AI 402.819-AgR, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 05.9.03)

O exame de eventual ofensa aos preceitos constitucionais indicados nas razões recursais, consagradores dos princípios da legalidade, da inafastabilidade da prestação jurisdicional e da proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, bem como ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º e 37 da Lei Maior), demanda, em primeiro plano, a interpretação das normas infraconstitucionais aplicáveis à espécie, de tal modo que, se afronta ocorresse, seria indireta, o que não atende à exigência do art. 102, III, “a”, da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência deste egrégio Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

“Agravamento regimental no agravo de instrumento. Tributário.

196

RE 798740 / DF

Ofensa reflexa e reexame de provas (Súmula nº 279). 1. A Corte tem entendimento pacífico no sentido de que a violação aos preceitos constitucionais insculpidos nos arts. 5º, II, XXXV, LIV, LV; e 37, caput, do Texto Maior, configura, via de regra, como no presente caso, mera ofensa reflexa, sendo, dessa forma, incabível a interposição de apelo extremo. 2. Os fundamentos da agravante, insuficientes para modificar a decisão ora agravada, demonstram apenas inconformismo e resistência em pôr termo ao processo, em detrimento da eficiente prestação jurisdicional. 3. Agravo regimental não provido". (AI 839.585-AgR/MG, Rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, DJe 08.3.2012)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 37, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REAPRECIAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE NORMA INFRACONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. I Esta Corte firmou orientação no sentido de que, em regra, a alegação de ofensa aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, quando dependente de exame prévio de normas infraconstitucionais, configura situação de ofensa reflexa ao texto constitucional, o que impede o cabimento do recurso extraordinário. II - Agravo regimental improvido". (ARE 646.526-AgR/RN, Rel. Min. Ricardo Lewanowski, 2ª Turma, DJe 06.12.2011)

"Recurso extraordinário: descabimento: acórdão recorrido, do Tribunal Superior do Trabalho, que decidiu a questão à luz de legislação infraconstitucional: alegada violação ao texto constitucional que, se ocorresse, seria reflexa ou indireta; ausência de negativa de prestação jurisdicional ou de defesa aos princípios compreendidos nos arts. 5º, II, XXXV, LIV e LV e 93, IX, da Constituição Federal." (STF-AI-AgR-436.911/SE, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, 1ª Turma, DJ 17.6.2005)

597

3

RE 798740 / DF

"CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: ALEGAÇÃO DE OFENSA À C.F., art. 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV. I. - Ao Judiciário cabe, no conflito de interesses, fazer valer a vontade concreta da lei, interpretando-a. Se, em tal operação, interpreta razoavelmente ou desarrazoadamente a lei, a questão fica no campo da legalidade, incorrendo o contencioso constitucional. II. - Decisão contrária ao interesse da parte não configura negativa de prestação jurisdicional (C.F., art. 5º, XXXV). III. - A verificação, no caso concreto, da existência, ou não, do direito adquirido, situa-se no campo infraconstitucional. IV. - Alegação de ofensa ao devido processo legal: C.F., art. 5º, LIV e LV: se ofensa tivesse havido, seria ela indireta, reflexa, dado que a ofensa direta seria a normas processuais. E a ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário é a ofensa direta, frontal. V. - Agravo não provido" (STF-RE-AgR-154.158/SP, Relator Ministro Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ 20.9.2002).

De mais a mais, na esteira da Súmula 636/STF: *"Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida."*

Ressalto que não importa ofensa ao art. 105, III, da CF/88, a denegação de seguimento a recurso especial quando verificado o não-atendimento dos pressupostos extrínsecos ou intrínsecos de admissibilidade recursal. Nesse sentido: ARE 737.314-AgR/RS, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 2ª Turma, DJe 22.5.2013; e AI 658.872-AgR/RS, Rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, DJe 10.10.2011, *verbis*:

"Agravo regimental. Recurso extraordinário interposto com alegada violação ao art. 105, III, CF. Preclusão da questão constitucional de mérito. Afronta reflexa. 1. Não cabe recurso extraordinário fundado em violação ao art. 105, III, da Constituição Federal, para rever a correção da decisão do Superior Tribunal de Justiça de conhecer ou não do recurso

398

RE 798740 / DF

especial, exceto se o julgamento emanado daquele Superior Tribunal apoiar-se em premissas que conflitem, diretamente, com o disposto na referida norma, o que não ocorreu no caso concreto. 2. A questão constitucional da imunidade tributária da entidade beneficente, no que se refere ao PIS, na forma do art. 195, § 7º, CF, está preclusa, face a não interposição de recurso extraordinário do acórdão regional. 3. Entendimento desta Corte no sentido de que a afronta ao art. 5º, XXXV, da CF, caso ocorresse, seria de forma meramente reflexa ou indireta. 4. Agravo regimental ao qual se nega provimento.”

Por seu turno, as instâncias ordinárias decidiram a questão com fundamento na legislação infraconstitucional aplicável à espécie. Ademais, a aplicação de tal legislação ao caso concreto, consideradas as circunstâncias jurídico-normativas da decisão recorrida, não enseja a apontada violação dos arts. 22, I, 37, *caput*, e 105, III, da Constituição da República.

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PENAL. 1. CABIMENTO DE RECLAMAÇÃO PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ACÓRDÃO PROFERIDO COM BASE EM FUNDAMENTO PROCESSUAL. 2. ALEGADO DESCUMPRIMENTO DO ART. 5º, INC. LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (ARE 647.350-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJe 13.9.2011)

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACÓRDÃO PELO QUAL O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SE LIMITOU AO EXAME DE QUESTÃO PROCESSUAL. EVENTUAL OFENSA AO MAGNO TEXTO APENAS OCORRERIA DE MODO REFLEXO OU INDIRETO. Agravo regimental desprovido" (AI 815.219-AgR, Rel. Min. Ayres Britto, 2ª Turma, DJe 07.3.2012).

179 5

Supremo Tribunal Federal

RE 798740 / DF

Nesse sentir, não merece seguimento o recurso extraordinário, consoante também se denota dos fundamentos da decisão que desafiou o recurso, aos quais me reporto e cuja detida análise conduz à conclusão pela ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República.

Nego seguimento ao recurso extraordinário (CPC, art. 557, *caput*).

Publique-se.

Brasília, 12 de março de 2014.

Ministra Rosa Weber

Relatora

180



EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA ROSA WEBER,

DD Relatora do Recurso Especial nº 798.740 DF

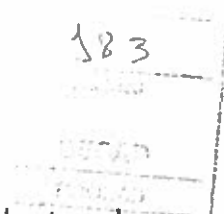
LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, nos autos do processo supramencionado, em que figura como parte contrária o **DISTRITO FEDERAL**, vem, no prazo legal, com fundamento no art. 317 do Regimento Interno dessa Colenda Corte, interpor

AGRAVO REGIMENTAL, COM PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

contra a r. decisão de fls. , publicada no STF - DJe nº 58/2014, divulgado em 24/03/2014, pág. , com apoio nos fundamentos, a seguir, expostos:

TEMPESTIVIDADE

O recurso é tempestivo, porquanto manifestado dentro do prazo de cinco dias estabelecido na citada norma regimental.



DECISÃO RECORRIDA

Eis um resumo dos fundamentos da douda decisão recorrida:

1) “Não há falar em ofensa ao art. 93, IX da CF, quando o acórdão impugnado tenha dado razões suficientes, embora contrária as teses do recorrente” (AI 426.981- AgR; AI 611.406 – AgR);

2) “O que a Constituição exige, no art. 93, IX, é que a decisão judicial seja fundamentada; não que a fundamentação seja correta, nas questões de fato e de direito da lide: declinadas no julgado as premissas, corretamente assentadas ou não, mas coerentes com o dispositivo do acórdão, está satisfeita a exigência constitucional (AI 402.819 – AgR);

3) “O exame de eventual ofensa aos preceitos constitucionais indicados nas razões recursais, consagradores dos princípios da legalidade, da inafastabilidade da prestação jurisdicional e da proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, bem como ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa (arts. 5º e 37 da Lei Maior), demanda , em primeiro plano, a interpretação das normas infraconstitucionais aplicáveis à espécie, de tal modo que, se afronta ocorresse, seria indireta, o que não atende à exigência do art. 102, III, a da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência deste Egrégio Supremo Tribunal” (AI 839.585 – AgR/MG; ARE 646.52- AgR/RN; AI – AgR – 436.911/CE; RE - AgR 154.158 – SP;

4) “Súmula 636/STF: “Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida”;

5) “Não importa ofensa ao art. 105, II da CF/88, a denegação de seguimento a recurso especial quando verificado o não atendimento dos pressupostos extrínsecos ou intrínsecos da admissibilidade recursal” (ARE 737.314 – AgR/RS; AI 658.872 AgR/RS).

ESCLARECIMENTOS PRÉVIOS

Três recursos extraordinários, absolutamente idênticos, impugnando acórdãos idênticos do Superior Tribunal de Justiça, foram interpostos por empresas do mesmo Grupo, cada qual indeferido por decisão com fundamentação diversa:

a) RE 786.185 DF, manifestado por CONDOR – TRANSPORTES URBANOS LTDA, indeferido com apoio no decidido na Repercussão Geral nº 598.365;

b) RE 786.182 DF, interposto por VIPLAN- VIAÇÃO PLANALTO LTDA, indeferido com fundamento na Súmula 735-STF, segundo a qual “Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar”; e

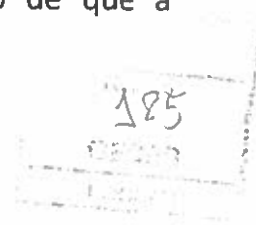
c) RE 798.740 DF, manifestado por LOTAXI - TRANSPORTES URBANOS LTDA, ao qual se refere o presente Agravo, indeferido com supedâneo em diversos acórdãos, cujas ementas transcreve e cujos fundamentos foram anteriormente resumidos.

RAZÕES DO PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA

Consoante se verificará das razões, a seguir, expostas, os fundamentos da douda decisão agravada, com a devida vênua, não se ajustam ao caso presente.

Duas questões constitucionais, com evidente repercussão geral, foram demonstradas no recurso extraordinário, questões essas que caracterizam ofensa frontal, direta e literal a preceitos constitucionais colacionados e devidamente prequestionados:

a) A primeira ofensa direta, frontal e literal refere-se ao art. 105, III, a da Constituição Federal. O acórdão do Superior Tribunal de Justiça não conheceu do recurso especial, ao fundamento de que a



questão relativa à aplicação do art. 4º da Lei nº 8.437/1992, versa sobre juízo político e não sobre juízo de legalidade. Ou seja: decidiu que o citado texto legal, relativo à suspensão de liminar, está imune ao recurso especial. **Tal entendimento violenta de forma direta, frontal e literal ao art. 105, III, a da Constituição. Não se trata de ofensa reflexa!** Mais ainda: atinge o próprio sistema constitucional em que o citado preceito se inclui como regra fundamental, ao impedir que o Tribunal da Cidadania exerça a sua mais relevante função no Regime Federativo, qual seja, a de, no caso, garantir a autoridade da lei federal. Ao estabelecer a imunidade ao exame de recurso especial, interposto sob a alegação de ofensa ao art. 4º da Lei nº 8.437/1992, delega ao Presidente do Tribunal de Apelação a sua atribuição mais importante, qual seja a de dizer a última palavra sobre a aplicação da lei federal. Isso implica em evidente “furo” no sistema consagrado pela Constituição em vigor. **Não se cuida, pois, no caso, de aplicação ou interpretação de preceito infraconstitucional relativo ao cabimento do recurso especial, mas ao cabimento do recurso especial à vista do próprio preceito constitucional de regência!**

b) A outra ofensa direta, frontal e literal concerne aos princípios constitucionais da legalidade (CF, arts. 5º, II, 22, I e 37) e da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXI).

As afrontas diretas aos preceitos constitucionais citados ocorreram, porquanto **o acórdão recorrido desprezou a pacífica jurisprudência dessa Excelsa Corte**, citada na petição de recurso extraordinário, cuja prevalência a Recorrente preconiza, no sentido de:

a) vedar a utilização da contracautela como sucedâneo recursal, porquanto só a lei pode criar recursos;

b) que a suspensão de liminar não tem o condão de reformar a coisa julgada.

A citada jurisprudência funda-se exatamente nos preceitos constitucionais atinentes à legalidade e à coisa julgada. Por isso, o acórdão recorrido, ao afrontar a jurisprudência dessa Colenda Suprema Corte

sobre a matéria, violou diretamente os preceitos constitucionais antes citados.

O acolhimento de qualquer dos fundamentos, antes mencionados, é suficiente, por si só, para o conhecimento e provimento do recurso extraordinário.

Inaplicação ao caso da Súmula 636-STF

No contexto assinalado, verifica-se que não é caso de aplicação da Súmula 636-STF, segundo a qual “Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida”. Com efeito, não se discute no recurso nenhuma aplicação ou interpretação de normas infraconstitucionais pelo aresto recorrido.

Inaplicação à espécie da Súmula 735-STF

Não se trata, também, de hipótese de aplicação da Súmula nº 735-STF, no sentido de que “Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere liminar”. Não se cuida, no caso, de decisão com caráter precário, mas de decisão com trânsito em julgado (definitiva, portanto), que, pelo desvirtuamento do instituto da suspensão de liminar teve os seus efeitos suspensos eternamente. No tópico, o que pretende a Recorrente, como antes assinalado, é que prevaleça a jurisprudência dessa Excelsa Suprema Corte, já referida, no sentido de não admitir a suspensão de liminar como sucedâneo recursal e de que constitui obstáculo intransponível à concessão da suspensão de liminar a existência da coisa julgada. Cuida-se, pois, de matéria diversa da versada no citado verbete.

Inaplicação à espécie do decidido na Repercussão Geral no RE 598.365

Com o devido respeito, o mencionado precedente do Plenário Virtual não é aplicável à espécie, em que se discute o cabimento do recurso especial à luz do próprio preceito constitucional de regência, qual seja o art. 105, III, a, da Constituição, e não à luz de preceitos infraconstitucionais! Trata-se de caso de ofensa direta e literal ao citado preceito constitucional, devidamente prequestionado, in verbis:

“Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

.....

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais, ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência”

Na petição de recurso extraordinário, a questão foi amplamente analisada, inclusive com a menção e demonstração de ofensa a outros dispositivos constitucionais:

“Ao não conhecer do recurso especial, v. acórdão recorrido fundou-se em que, no caso, o r. aresto do Tribunal de Justiça está fundamentado em juízo político e não em juízo de legalidade, não se prestando o citado recurso para impugná-lo.

Essa fundamentação implica ofensa direta a textos constitucionais, segundo se passa a demonstrar.

Com efeito, juízo político, no caso de suspensão de liminar, há de ater-se à legalidade. Se a ultrapassar, incide em ilegalidade a ser corrigida via recurso especial. Não se pode olvidar que a Constituição da República, ao prever o recurso especial, não admite distinção entre exame da legalidade e

juízo político. Isso porque, à vista do nosso sistema constitucional atinente ao Poder Judiciário, o juízo político está sujeito aos estritos limites da legalidade. Se desta se afasta, violenta a lei, negando-lhe vigência. Se é o Tribunal de Apelação que assim procede ao proferir o julgamento, contra o acórdão por ele prolatado cabe recurso especial, recurso de elevado interesse público, porquanto visa salvaguardar o ordenamento jurídico nacional e, portanto, o próprio Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, a prevalecer, o v. acórdão embargado estará a afrontar:

a) o direito constitucional da jurisdição ou de acesso à justiça (CF/88, art. 5º, inciso "XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"):

b) o princípio da legalidade (CF/88, art. 5º, II: "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei" e 37, caput: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.....");

c) a competência do Superior Tribunal de Justiça para julgar o recurso especial (CF/88, art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c"):

"Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:



a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal."

Na verdade, estará a violentar todo o sistema constitucional, segundo se depreende do próprio preâmbulo da Lei Maior no dizer que representantes do povo brasileiro, se reuniram "em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias".

De fato, se há acórdão, prolatado por Tribunal de Apelação, que nega vigência à lei federal, seja qual for ele, não se pode ilidir a possibilidade de corrigi-lo, a fim de afastar a ilegalidade por ele cometida, via recurso especial.

O art. 4º da Lei nº 8.437/1992 não está imune a ter a legalidade da sua aplicação controlada pelo Tribunal da Cidadania via recurso especial.

São inumeráveis os casos em que os Tribunais, inclusive o próprio Superior Tribunal de Justiça e a Excelsa Suprema Corte, rotineiramente, têm afastado a sua aplicação por não se subsumirem os fatos ao interesse público por ele protegido: "evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas".

Se o Colendo Superior Tribunal de Justiça, pelo seu Presidente ou pela sua Corte Especial, examina a legalidade de cada caso concreto para deferir ou indeferir o pedido de suspensão de liminar, ou seja, verifica se os fatos apresentados se subsumem à norma do dispositivo de regência, não há qualquer razão para que deixe de fazê-lo via

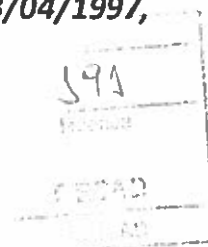
recurso especial, mediante o qual exerce a sua função mais nobre, qual seja a de garantir o império da lei federal em todo o território nacional.

Nenhum preceito da legislação federal pode ser declarado imune a reexame da sua aplicação, nos casos em que a Constituição prevê o cabimento do recurso especial, especialmente quando lhe nega vigência. Admitir imunidade, em hipóteses tais, constitui grave heterodoxia altamente comprometedora à dignidade constitucional do Tribunal da Cidadania.

De outra parte, ao Poder Judiciário, pelos seus juízes, incumbe cumprir a Constituição da República e as leis do País. Não lhes cabe fazer juízos políticos fora da legalidade. Muitas vezes a lei lhes abre espaço para decidir com discricionariedade. Nunca, porém, podendo ultrapassar os limites fixados no preceito legal de regência.

Desde a ditadura dos anos 30, vêm sendo editadas normas que, hoje, constituem aquilo que, com propriedade, o Em. Min. Luiz Fux denomina de regras que compõem o "microssistema de proteção ao Poder Público", entre as quais se inclui aquela em que se funda o recurso especial interposto pela ora Agravante, qual seja o art. 4º da Lei nº 8.437/1992. São regras de exceção em favor da preponderância do interesse público sobre o interesse privado.

Em julgado lapidar, da relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence, essa Colenda Suprema Corte procurou compatibilizar o instituto da suspensão de segurança com a Constituição, admitindo-a como contracautela, sem, contudo, deixar de alertar que "Verdadeiramente inconciliável com o Estado de Direito e a garantia constitucional da jurisdição seria o impedir a concessão ou a cassação da segurança concedida, com base em motivos de conveniência política ou administrativa, ou seja, a superposição ao direito do cidadão das "razões de Estado" (SS 1149 AgR/PE, j. 03/04/1997,



Tribunal Pleno; Ac. DJ 09-05-1997, p 18137; EMET VOL 01-868-01 PP-00103)

Portanto, admitir que "motivos eminentemente políticos possam levar ao desrespeito à lei implica gravíssimo abalo de um dos principais pilares da democracia, que é o princípio da legalidade"

(Ver artigo "Suspensão de Segurança, pág.13, Eduardo Arruda Alvim, in www.arrudaalvimadvogados.com.br).

Ademais, como visto, o art. 4º da Lei nº 8.437/1992 constitui norma de exceção. Afastá-la do âmbito do recurso especial constitui inconcebível violência à ordem jurídica e ao direito das pessoas. Implica, na espécie, conspurcar o direito da Recorrente de acesso à Justiça, no caso ao Superior Tribunal de Justiça.

No contexto assinalado, resulta evidente que o acórdão recorrido violentou diretamente os preceitos constitucionais antes mencionados, afluídos quando do julgamento do recurso especial, cuja aplicação foi prequestionada mediante a interposição de embargos declaratórios."

EM SUMA, EMINENTE MINISTRA RELATORA: O DECIDIDO NA REPERCUSSÃO GERAL, EM QUE SE FUNDA A DOUTA DECISÃO AGRAVADA, NÃO É APLICÁVEL À ESPÉCIE, EM QUE SE DISCUTE O CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL À LUZ DO PRÓPRIO PRECEITO CONSTITUCIONAL DE REGÊNCIA E NÃO DE PRECEITOS INFRACONSTITUCIONAIS!

Jurisprudência do Excelso Pretório não admite suspensão de liminar como sucedâneo recursal e afirma constituir obstáculo intransponível à concessão de suspensão de liminar a existência de coisa julgada

A douta decisão agravada silenciou-se sobre o fundamento do recurso extraordinário em que a Recorrente preconiza a prevalência de reiterada jurisprudência dessa Colenda Suprema Corte no sentido de não

admitir a suspensão de liminar como sucedâneo recursal e de que constitui obstáculo intransponível à concessão da suspensão de liminar a existência de coisa julgada.

A Agravante pede vênia para abordar a matéria, porquanto, a Eminente Relatora proferiu decisão, negando seguimento ao Recurso Extraordinário nº 786.182 DF, absolutamente análogo ao recurso extraordinário, objeto deste agravo, com fundamento na Súmula nº 735 dessa Colenda Suprema Corte, segundo a qual "Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere liminar".

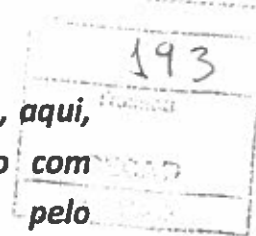
Inaplicação à espécie da Súmula 735-STF: esclarecimentos complementares

Como antes assinalado, não tem aplicação ao caso a Súmula nº 735-STF. A propósito, a Agravante, na sua petição de recurso extraordinário, após detalhar a questão controvertida, demonstra que o caso não é de incidência do citado verbete. Nesse sentido, argumentou:

"Conforme se depreende do até aqui exposto, o recurso extraordinário impugna acórdão proferido em suspensão de liminar. Não se trata de caso que se enquadre na Súmula nº 735 dessa Excelsa Corte, segundo a qual

"Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar"

Não se cuida dessa hipótese! Não se trata, aqui, de decisão com caráter precário, mas de decisão com trânsito em julgado (definitiva, portanto), que, pelo desvirtuamento do instituto da suspensão de liminar, teve os seus efeitos suspensos eternamente. A Empresa-Recorrente tem um direito reconhecido por uma decisão com trânsito em julgado, que ficou esvaziado, sem qualquer valia, pela suspensão para sempre dos seus efeitos via instituto jurídico



que não tem esse condão. Olvidou-se, no tópico, os preceitos constitucionais antes citados e devidamente prequestionados, especialmente o da legalidade (o instituto da suspensão de liminar não é recurso e, por isso, não tem força para reformar decisão judicial, como no caso), com afronta à jurisprudência dessa Excelsa Corte sobre a matéria.

E, antes, expusera:

“Peculiaridade do caso concreto: esclarecimento necessário

Constitui fato incontroverso que a decisão, objeto da suspensão de segurança, transitou em julgado. Não obstante, os seus efeitos estão suspensos, indefinidamente, em razão da malsinada medida suspensiva.

Cumpra esclarecer, segundo se depreende dos autos, que a Recorrente jamais negou que a suspensão de segurança e o agravo de instrumento sejam institutos diversos (Lei nº 8437/1992, art. 4º, § 6º). O que sustentou foi que, embora a suspensão de liminar e o agravo de

instrumento sejam institutos diversos, impunha-se, no caso concreto, que o Distrito Federal interpusse agravo, a fim de evitar o trânsito em julgado em seu desfavor da decisão, objeto da suspensão, e a contradição daí resultante: atribuir à suspensão de liminar efeitos reformatórios que não lhe são próprios.

Qual a peculiaridade do caso? Trata-se, na espécie, insista-se, de processo de recuperação judicial que se encerrará com uma sentença declarando que a Empresa-Recorrente cumpriu as obrigações assumidas no Plano de

Recuperação Judicial, ou, se isso não ocorrer, com uma sentença declaratória da sua falência!

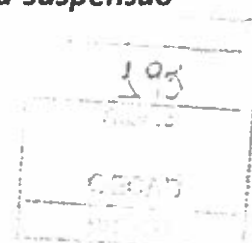
Isso significa que, em razão da suspensão de liminar concedida, a decisão dela objeto, favorável à Empresa-Recorrente, ficará com os seus efeitos suspensos ad aeternum!

Em tal circunstância – permanecer a decisão com trânsito em julgado, objeto da suspensão, com os seus efeitos suspensos indefinidamente -, os direitos indenizatórios a que se refere não poderão ser efetivados no processo recuperatório, condenando-se à Empresa definitivamente à falência, com todas as nefastas consequências daí decorrentes.

O Distrito Federal não pode beneficiar-se da sua omissão em interpor o agravo. Há de suportar os efeitos da coisa julgada. Não há conceber que uma medida de exceção em favor do Poder Público (suspensão de liminar) tenha o condão de REFORMAR a decisão, objeto da suspensão, por depender a sua reforma, no caso, da interposição de recurso.

Inobservância da Jurisprudência pacífica da Excelsa Suprema Corte

A jurisprudência dessa Colenda Suprema Corte é pacífica no sentido de A jurisprudência dessa Colenda Suprema Corte é pacífica no sentido de não admitir a suspensão de liminar como sucedâneo recursal e de que constitui obstáculo intransponível à concessão da suspensão de liminar a existência de coisa julgada.



A propósito, é elucidativa a ementa que encima o acórdão do Egrégio Tribunal Pleno, proferido no agravo regimental na SS 3450/CE, da relatoria do eminente Ministro Gilmar Mendes:

“Suspensão de segurança. Agravo Regimental. Preliminar de perda de objeto em virtude de prolação de sentença. Rejeição. Sentença que confirma a liminar. A jurisprudência deste Tribunal veda a utilização do incidente de contracautela como sucedâneo recursal. Recurso que não traz novos fundamentos aptos a infirmar a decisão agravada. Agravo regimental a que se nega provimento” (DJe 040 DIVULG 04-03-2010 PUBLIC 12-03-2010; REPUBLICAÇÃO: DJe-045 DIVULG 11-03-2010 PUBLIC 12-03-2010)

Em decisão que prolatou na SS 2184/PE, o saudoso Ministro Maurício Corrêa citou decisão do eminente Ministro Celso de Mello, prolatada na Suspensão de Segurança 1312/DF, DJ 05.11.98, em que Sua Excelência reporta-se a outros pronunciamentos no sentido de que é **obstáculo intransponível à concessão da suspensão de segurança a existência de coisa julgada** (Decisão de 5.11.2003, DJ 221 de 14.11.2003).

Com essa mesma linha de entendimento, a decisão proferida na SS 3450/CE, da lavra da ilustre Ministra Ellen Gracie, apoiada em diversos precedentes, em que aduz, após citar o art. 4º da Lei 4.348/64 e dizer que a autorização excepcional nele prevista não se reveste de caráter revisional: **“A jurisprudência deste Tribunal não admite, nesse aspecto, a utilização do incidente de suspensão como sucedâneo recursal”** (SL 56 – AgRg, rel. Min. Ellen Gracie, DJ 23.16.2006; SS2900, rel. Min. Nelson Jobin, DJ 24.03.2006; SS 2184, rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 14.11.2003; e SS 1299, re. Min. Celso de Mello, DJ 30.04.1999”.

Como a Agravante demonstrou, na petição de recurso extraordinário, TRANSMUDAR O INSTITUTO DA SUSPENSÃO DE LIMINAR EM RECURSO VIOLENTA DIRETAMENTE O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. POR ISSO MESMO, ESSA EXCELSA CORTE FIRMOU A SUA JURISPRUDÊNCIA NO SENTIDO CUJA PREVALÊNCIA ORA ALVITRA.

SÓ A LEI PODE CRIAR RECURSO! CRIAR RECURSO SEM LEI IMPLICA OFENSA DIRETA E LITERAL A PRECEITO DA CONSTITUIÇÃO, OU SEJA AOS ARTS. 5º, II, 22, I E 37.

OS CITADOS PRECEITOS FORAM DEVIDAMENTE PREQUESTIONADOS. EIS OS SEUS TEXTOS:

"Art. 5º . Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

II – NINGUÉM É OBRIGADO A FAZER OU DEIXAR DE FAZER ALGUMA COISA SENÃO EM VIRTUDE DE LEI"

"Art. 22. Compete à União legislar privativamente sobre:

I – direito civil, comercial, penal, PROCESSUAL, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho"

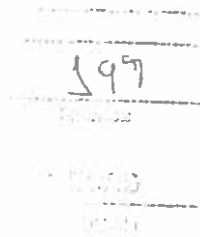
"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios obedecerá aos princípios da LEGALIDADE, impessoabilidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:"

(Destacou-se)

O QUE SE PRETENDE, POIS, NO TÓPICO, É QUE A EXCELSA SUPREMA CORTE RECONHEÇA A REPERCUSSÃO GERAL SUSCITADA, REAFIRMANDO A SUA JURISPRUDÊNCIA SOBRE A MATÉRIA!

CONCLUSÃO

Diante do exposto, eminente Relatora, roga a Agravante, que Vossa Excelência, com a cultura e saber jurídico que lhe são próprios,



proceda, à vista dos argumentos expostos, a uma releitura da petição do recurso extraordinário e, a final, **RECONSIDERE** a v. decisão agravada para:

a) suscitar repercussão geral quanto ao fundamento do acórdão recorrido, atacado no recurso extraordinário, no sentido de o Superior Tribunal de Justiça não examinar recurso especial, fundado na alegação de ofensa ao art. 4º da Lei nº 8.437, de 30-6-1992, ao argumento de tratar-se de juízo político e não juízo de legalidade;

b) suscitar repercussão geral relativamente ao tema atinente à Impossibilidade do instrumento de contracautela servir de sucedâneo recursal, reafirmando a jurisprudência dessa Suprema Corte sobre a matéria;

Acolhida a repercussão geral, se suscitada, requer seja dado provimento ao recurso extraordinário, nos termos do pedido.

Ou, se não deferida a reconsideração, requer seja submetido o presente Agravo ao Órgão Colegiado, em cujo provimento confia para os fins mencionados.

Requer, por último, a Agravante seja o advogado infra-assinado intimado do dia do julgamento, a fim de que possa distribuir memoriais ou fazer sustentação oral, se for o caso.

Termos em que

P. deferimento.

Brasília, em 27 de março de 2014.

Antônio de Pádua Ribeiro

OAB-DF 755

Ívis Glória Lopes Guimarães de Pádua Ribeiro

OAB -DF 19.162

198



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

Recibo de Petição Eletrônica

Identificação petição	38375/2014
Classe	RECURSO EXTRAORDINÁRIO
Petição	2014/38375
Identificacao do processo	RECURSO EXTRAORDINÁRIO 798740
Numeração Única	00223838320128070000
Data	27/8/2014 18:33:45.28 GMT-3
Assunto	1-Recuperação judicial e Falência(DIREITO CIVIL Empresas Recuperação judicial e Falência) 2-Concessão / Permissão / Autorização(DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Serviços Concessão / Permissão / Autorização)
Preferências	
Partes	DISTRITO FEDERAL(REQUERENTE(S)-Ativo) Advogados: PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL(PROCURADOR(ES))
Peças	1 - Prestação de esclarecimentos 1(Prestação de esclarecimentos) 2 - Documentos comprobatórios 1(Documentos comprobatórios) 3 - Documentos comprobatórios 2(Documentos comprobatórios)

27.2



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA ROSA WEBER

RELATORA DO AGRAVO REGIMENTAL NO RE 798.740-DF

DISTRITO FEDERAL, por sua procuradora, nos autos do processo em referência, em que contende com **Lotáxi Transportes Urbanos**, vem respeitosamente à presença de V. Exa, noticiar a ocorrência de fatos supervenientes, os quais, no entender do requerente, implicam a perda do objeto do recurso interposto.

I. CONCLUSÃO DO CERTAME LICITATÓRIO QUESTIONADO NA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA.

Cuida-se originariamente de pedido de suspensão da eficácia da decisão proferida pelo Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresarias do Distrito Federal nos autos de ação de recuperação judicial requerida pela ora agravante.

Mencionada decisão acolheu em parte o pedido deduzido pela empresa para determinar à Comissão de Licitação a exclusão/suspensão das linhas operadas pela recuperanda da Concorrência Pública 01/2011-ST,

273
Assinatura
CECAD
PROCURADOR



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

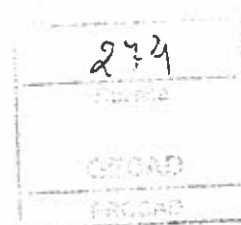
sob fundamento da necessidade de preservação da atividade econômica da empresa.

Sucedee, todavia, que, conforme informado pelo Secretário de Transportes do Distrito Federal (doc. anexo), o certame licitatório em questão foi finalizado com a adjudicação do objeto licitado aos vencedores, circunstância que evidencia o esvaziamento do objeto do recurso interposto, ante a superveniente perda de interesse processual da recorrente (CPC, art. 267, VI).

Consoante advertência do eminente processualista Humberto Theodoro Júnior, *"as condições da ação devem existir no momento em que se julga o mérito da causa e não apenas no ato da instauração do processo. Quer isto dizer que, se existirem na formação da relação processual, mas desaparecerem ao tempo da sentença, o julgamento dever ser de extinção do processo por carência de ação isto é, sem apreciação do mérito."*

No mesmo sentido, leciona Ovídio Batista da Silva:

"O legítimo interesse de agir, a que se refere o art. 3º do CPC, define-se como a necessidade que deve ter o titular do direito de servir-se do processo para obter a satisfação de seu interesse material, ou para, através dele realizar o seu direito. Se o provimento judicial pretendido por aquele que pede a proteção jurisdicional não for idôneo para a realização do direito cuja proteção se requer, seria realmente inútil prosseguir-se o processo, até a obtenção de uma sentença que desde logo se sabe incapaz de proteger o respectivo interesse da parte." (Curso de Processo Civil, Vol. I, SP, RT, 2000, p. 106)





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Considerando tratar-se de questão infraconstitucional, pede-se vênua para destacar os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria:

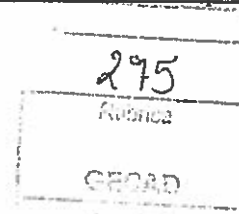
"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO. PEDIDO DE ANULAÇÃO. ASSINATURA E EXECUÇÃO DO CONTRATO. PERDA DO OBJETO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Encerrado o procedimento de licitação, celebrado o contrato e transcorrido o prazo para a prestação dos serviços, está prejudicada a análise do pedido de anulação do procedimento de licitação, em face do fato consumado.
2. Os ônus da sucumbência, em face do princípio da causalidade, devem ser suportados pelo autor que não demonstrou a relevância dos fundamentos do pedido de molde a obter a suspensão do procedimento de licitação, tendo, aliás, desistido expressamente do requerimento de antecipação de tutela.
3. Apelação a que se nega provimento" (Apelação Cível 1999.42.00.001595-9/RR, Rel. Desembargador Federal João Batista Moreira, Quinta Turma, e-DJF1 de 16/10/2009 – destaques acrescidos).

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA.

LICITAÇÃO. CONSUMAÇÃO. PERDA DO OBJETO.

1. Inexiste ofensa do art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão (precedentes: REsp 396.699 - RS, Relator Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, 4ª Turma, DJ 15 de abril de 2002; AGA 420.383 - PR, Relator Ministro JOSÉ DELGADO, Primeira Turma, DJ de 29 de abril de 2002; Resp 385.173 - MG, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 29 de abril de 2002).
2. Impetrado Mandado de Segurança visando a impugnar o curso de procedimento licitatório, a superveniência de conclusão do respectivo





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

certame, posto não lograr êxito a tentativa do recorrente de paralisar via deferimento de pleito liminar, conduz à extinção do writ por falta de interesse processual superveniente, em face do fato consumado. Precedentes desta Corte: RMS 17.883 - MA, desta relatoria, Primeira Turma, DJ de 14 de novembro de 2005; RMS 17.441 - RS, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Turma, DJ de 20 de março de 2006; RMS 17.128 - MG, Relatora Ministra ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJ de 21 de fevereiro de 2005.

4. Ausente a utilidade do writ, requisito que, juntamente com a necessidade da tutela, compõe o interesse de agir, impõe-se a extinção do processo sem análise do mérito.

5. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no REsp 726.031/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/09/2006, DJ 05/10/2006, p. 246)

"PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - PERDA DE OBJETO.

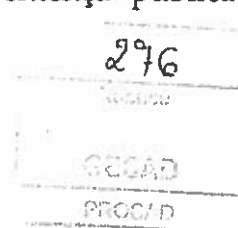
1. Perde o objeto mandado de segurança ajuizado com o objetivo de habilitar a impetrante em processo de licitação, determinando-se a abertura da proposta apresentada, considerando que houve adjudicação do contrato à empresa vencedora da licitação, estando em fase de conclusão a obra.

2. Recurso ordinário não provido.

(RMS 23.208/PA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/09/2007, DJ 01/10/2007, p. 256)

2. PROLAÇÃO, EM 09/06/2014, DE SENTENÇA DE ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Outro fato superveniente a ensejar igualmente a perda de objeto do recurso deduzido pela Lotáxi Transportes Urbanos Ltda é o encerramento da Recuperação Judicial da recorrente, consoante sentença publicada em 09/06/2014 (doc. anexo)





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Afirmou o ilustre juízo de primeiro grau a perda superveniente do objeto da recuperação, dentre outros motivos, em razão da encampação dos serviços públicos pelo Distrito Federal, decorrente da não renovação da permissão do serviço de transporte. Confira-se:

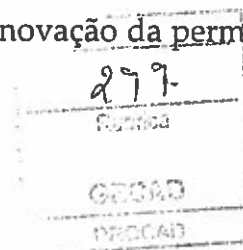
“ A empresa manteve-se em atividade e, apesar de às vezes recalcitrante, a Recuperanda cumpriu as decisões judiciais que determinaram o pagamento dos credores sujeitos ao procedimento de recuperação.

Por outro lado, com a encampação do serviço público de transporte coletivo pelo Governo do Distrito Federal, e, antes, diante da não renovação da permissão do serviço de transporte à Recuperanda, pois vencida no processo licitatório, houve a perda superveniente do objeto da recuperação , no que diz respeito à preservação da atividade principal da Recuperanda.”

O resultado prático da suspensão de segurança no âmbito da qual foi interposto o presente recurso, por sua vez, foi o de suspender os efeitos de provimento liminar deferido nos autos da Recuperação Judicial nº 2009.01.1.161860-8.

Ora, proferida a sentença de encerramento da Recuperação Judicial, o provimento liminar atacado na Suspensão a rigor deixou de existir, revelando-se indiscutível a perda superveniente do objeto do presente recurso.

No caso, essa superveniente perda de objeto é ainda mais flagrante na medida em que o ilustre Juiz da Vara de Falências declarou a perda superveniente do objeto da recuperação judicial, atinente à preservação da atividade da empresa, justamente em razão da não renovação da permissão do





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

serviço público de que era detentora a recorrente, porque não exitosa no procedimento licitatório levado a efeito.¹

Nesse sentido é o entendimento dessa egrégia Corte, de que são exemplos os seguintes julgados:

EMENTA: Agravo Regimental em Reclamação. 2. Decisão que negou seguimento à reclamação e julgou prejudicado o agravo regimental interposto em face de decisão que deferiu medida liminar. 3. Pagamento de reajuste de vencimentos com base na conversão de URV em Real. 4. Perda superveniente do objeto da reclamação que tem por parâmetro a ADC 4/DF, quando a decisão que concedeu tutela antecipada for substituída por sentença de mérito. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(Rcl 1192 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10/03/2008, DJe-060 DIVULG 03-04-2008 PUBLIC 04-04-2008 EMENT VOL-02313-01 PP-00083)

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO O PEDIDO, PELA PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Reclamação cujo título judicial foi substituído em posterior decisão final na decisão reclamada. 2. Decisão liminar na Reclamação contra decisão antecipatória de tutela não impede que a autoridade reclamada substitua o título reclamado por outro, no pleno exercício das suas funções jurisdicionais. 3. A Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 4 refere-se à antecipação de tutela deferida provisoriamente e não em relação à decisão de mérito no Juízo a quo. Precedentes. 4. Agravo Regimental ao qual se nega provimento.

(Rcl 2663 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 26/06/2007, DJe-106 DIVULG-20-09-2007 PUBLIC-21-09-2007 DJ 21-09-2007 PP-00024 EMENT VOL-02290-01 PP-00208)

¹ Na verdade, a recorrente não participou da referida licitação, tendo concorrido outra empresa do mesmo Grupo (Viação Planalto Ltda). Registre-se, por oportuno, que cláusula do edital (16.1.2, "g") vedava a participação de empresas com controle societário e/ou administradores comuns com outro proponente.

278

Fls. 02

02740

02740



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Outro não é o entendimento do STJ sobre o tema, como se extrai da ementa do acórdão a seguir:

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MEDIDA LIMINAR ATACADA VIA AGRAVO DE INSTRUMENTO.

SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO NOS AUTOS PRINCIPAIS. PERDA DO OBJETO RECURSAL. VÁRIOS PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Segundo a doutrina jus-processual mais autorizada, as decisões liminares possuem eficácia de caráter provisório, por serem proferidas em juízo prelibatório, no qual não há discussão sobre o mérito da lide, o que significa que podem ser revogadas ou modificadas a qualquer tempo, inclusive de ofício, bem como não fazem coisa julgada material: têm, portanto, finalidade apenas acautelatória e são ditadas pelo senso de precaução prudencial do Magistrado.

2. Assim, o Recurso Especial desafiado contra medida liminar perde o seu objeto, sobrevivendo a Sentença de mérito, a qual, tomada com base em cognição exauriente, dá tratamento definitivo à controvérsia, tornando inútil qualquer discussão a respeito do cabimento (ou não) da tutela provisória; se a decisão final for no seu mesmo sentido, será esta absorvida por aquela, senão, tem-se por revogado o provimento judicial dado initio litis. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.232.873/PE, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe 20.04.2012 e AgRg no Ag 1.322.825/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 03.02.2011.

3. Agravo Regimental de Raimunda Angelim Lopes Ferreira Gomes desprovido.

(AgRg no AREsp 98.370/RO, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/06/2012, DJe 20/06/2012)





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Desse modo, não mais subsistindo a decisão de caráter liminar atacada na Suspensão de Segurança, que foi substituída pela sentença proferida, não há mais razão para se prosseguir com o feito.

**

Em face do exposto, requer o Distrito Federal seja julgado prejudicado o recurso por perda superveniente de objeto.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 27 de agosto de 2014.

Assinado digitalmente
Maria Zuleika de Oliveira Rocha
Subprocuradora-Geral do Distrito Federal
OAB/DF 10.407



Circunscrição : 1 - BRASILIA

Processo : 2009.01.1.161860-8

Vara : 701 - VARA DE FALÊNCIAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS, INSOLVÊNCIA CIVIL E LITÍGIOS EMPRESARIAIS DO DISTRITO FEDERAL

SENTENÇA

Vistos estes autos.

Trata-se de Recuperação Judicial, prorrogada por este Juízo. Os motivos norteadores do deferimento da referida recuperação/prorrogação se assentaram no seguinte panorama fático:

- 1º) preservar a atividade, sobretudo a regularidade do serviço de transporte público no âmbito do DF;
- 2º) evitar o esvaziamento patrimonial e, reflexamente, a inexistência do objeto social da Recuperanda, tendo em vista o reconhecimento de co-responsabilidade por passivo a descoberto da falida VASP, conforme processo em trâmite no Juízo de São Paulo.

RELATÓRIO

Em 16/10/2009, a devedora requereu perante este Juízo sua Recuperação Judicial (Processo n.º 2009.01.1.161860-8), afirmando-se em crise econômico-financeira e sustentando atender aos requisitos exigidos para o benefício.

Após a adequação do feito aos requisitos do art. 48 e juntada dos documentos elencados no art. 51, ambos da Lei de Falência e Recuperações Judiciais, foi deferido o processamento do feito por decisão proferida no dia 21/01/2010.

Recebido e aprovado pelos credores na assembléia geral, o plano de recuperação judicial foi homologado no dia 23/08/2010.

O prazo de 02 (dois) anos da recuperação judicial findou-se no dia 23.08.2012, porém diante das peculiaridades da empresa (prestadora de serviço público de transporte urbano); após a prova do depósito dos créditos habilitados alcançados pelo manto da coisa julgada e parecer favorável da Administradora Judicial, por decisão proferida em 19/04/2013, houve a PRORROGAÇÃO da recuperação judicial da sociedade LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA pelo prazo de 02 (dois) anos a contar de 23/08/2012, com fulcro nos arts. 47 e 50 da Lei 11101/2005. A prorrogação encerraria em 23/08 próximo (daqui a 80 dias, aproximadamente).

Em face da decisão, houve interposição de Agravo de Instrumento ao e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, distribuído sob o n.º AGI 2013 00 2 010354-6 (0011182-60.2013.807.0000 - Res.65 - CNJ) à 3ª Turma Cível.

O referido agravo foi levado a julgamento em 21.08.2013, tendo a 3ª Turma Cível CONHECIDO DO RECURSO E NEGADO PROVIMENTO A UNANIMIDADE.

O Agravante opôs Embargos de Declaração, tendo sido CONHECIDO DO RECURSO E NEGADO PROVIMENTO A UNANIMIDADE.

Esclarece-se por oportuno que, no dia 23.12.2013, por Intermediário do Decreto n.º 35.002/2013, datado de 20.12.2013, houve a Intervenção do Governo do Distrito Federal na Empresa Devedora/Recuperanda, tendo sido designada a Empresa TCB (Transporte Coletivo de Brasília) para atuar como interventora no aspecto operacional e no gerenciamento de ativos financeiros da empresa VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Após diversas diligências efetivadas no processo, o Ministério Público, em seu último parecer, apontando diversas irregularidades na conduta das empresas do chamado "Grupo Canhedo", requereu o encerramento do feito ou, alternativamente, o afastamento dos seus administradores, na forma do artigo 64, da Lei nº 11.101/2005. Encampo o primeiro pedido do MP, todavia, entendo serem outros os fundamentos para o encerramento, conforme restará exposto na fundamentação.

Entendendo suficiente o relatório acima para compreensão do trâmite processual, passo às razões de decidir.

FUNDAMENTOS

Pois bem, durante o prazo da Recuperação, este Juízo autorizado, inclusive, pelos acordãos do eq. STJ, a confirmar a competência deste Juízo Recuperacional, para decidir sobre o destino do patrimônio da Recuperanda, nos termos do Plano de Recuperação proposto e aprovado pelos credores, julgou

290

as habilitações de crédito regulares, após o contraditório e a ampla defesa da Recuperanda, resguardando-se o interesse dos credores em conjunto, através das manifestações do Administrador Judicial, bem assim dos pareceres do Ministério Público.

A empresa manteve-se em atividade e, apesar de às vezes recalcitrante, a Recuperanda cumpriu as decisões judiciais que determinaram o pagamento dos credores sujeitos ao procedimento de recuperação.

Por outro lado, com a encampação do serviço público de transporte coletivo pelo Governo do Distrito Federal, e, antes, diante da não renovação da permissão do serviço de transporte à Recuperanda, pois vencida no processo licitatório houve a perda superveniente do objeto da recuperação, no que diz respeito à preservação da atividade principal da Recuperanda.

Houve igualmente, perda do objeto da Recuperação, quanto ao segundo objetivo, pois, no Juízo Paulista, as empresas do grupo Canhedo são litisconsortes passivas em Ação de Responsabilização, nos termos do art. 82, da Lei de Falências e Recuperação. Em referida ação, o patrimônio total das empresas que aqui prosseguiram em Recuperação poderá ser indisponibilizado, nos termos do art. 82, § 2º, da Lei de Falências e Recuperação, razão pela qual a proteção momentânea e por prazo determinado do rito da Recuperação, poderá ser melhor alcançada com a referida indisponibilização, sendo que, por expressa disposição de lei, a universalidade do juízo falimentar que se profeta em relação à ação de responsabilização, favorecerá tanto às empresas que aqui se mantiveram em Recuperação (na perspectiva do julgamento de improcedência do pedido da ação de responsabilização), quanto ao Quadro Geral de Credores da falida VASP (em caso de procedência do pedido). Tudo isso recomenda o encerramento imediato da presente recuperação judicial, mesmo antes de transcorrido o prazo de sua prorrogação.

A racionalidade derivada da necessidade de um único Juízo a decidir sobre a ingerência no patrimônio das empresas do grupo Canhedo evitará decisões conflitantes, como, por exemplo, a eventual constrição de bem determinada por Juízos Trabalhistas. A lógica recomenda que os créditos concorrentes devidos pela VASP, eventualmente, satisfeitos com o patrimônio das empresas do grupo Canhedo, respeitem a ordem de preferência estabelecida na Lei de Falências e Recuperação. A subversão desta ordem, ainda que para a satisfação de créditos trabalhistas, flagrantemente, poderá significar a negação de vigência da Lei 11101/2005 (artigos 83 a 86), situação a ser evitada pelo juízo falimentar paulista.

O encerramento da presente Recuperação é medida que se impõe pela perda superveniente de seu objeto, restando prejudicado o pedido subsidiário ventilado pelo MP, no sentido da necessidade de afastamento dos sócios administradores.

Sem afastar a possibilidade de investigação quanto a eventuais crimes imputáveis aos administradores da Recuperanda, entendo, diante dos pagamentos efetuados no curso deste feito, não contextualizados "dolo, simulação ou fraude contra os interesses de seus credores", ao que me parece credores submetidos ao Plano de Recuperação, que foi regularmente cumprido. Raciocínio semelhante deve ser desenvolvido em relação às recuperações em que, aparentemente, não pendentes créditos a serem saldados. Se o mais correspondeu à novação dos créditos, o menos que a englobar a prevenção contra o esvaziamento patrimonial da empresa em recuperação, diante da iminência de constrições várias provenientes de outros juízos e referentes a passivo a descoberto da VASP, poderia ser objeto do favor legal e assim aqui se entendeu.

A atuação do Administrador Judicial, apesar do parecer do MP eventualmente em sentido contrário, não se apresentou deficitária. Abertamente, o pedido inicial se concentrou na "blindagem" do patrimônio da empresa Recuperanda contra obrigações originariamente não cumpridas pela empresa de aviação VASP. Os conflitos de competência referidos pelo MP não se distanciaram de tal estratégia. Rememoro que o procedimento referente à Recuperação Judicial cria para o requerente um favor legal, a significar a legítima expectativa de que seus créditos poderão ser novados, se e somente se não houver discordância dos credores. Trata-se, portanto, de procedimento de jurisdição voluntária, para alguns, ou, pelo menos, de procedimento com o contraditório diferido, para quando da aprovação do Plano de Recuperação ou impugnação de eventual habilitação de crédito, para outra corrente.

Ante o exposto, JULGO ENCERRADA a presente Recuperação Judicial, com fulcro no art. 63 da Lei 11101/05, determinando a Serventia do Juízo que expeça aos interessados certidões do processo, para os fins de direito, desde que requeridas.

As custas deverão ser calculadas e recolhidas.

291

Na ausência de valores movimentados pelo(a) Administrador(a) Judicial, dispense-o(a) de prestação de contas, sendo que o saldo remanescente de seus honorários deverão ser depositados num prazo de 15 (quinze) dias.

No mesmo prazo, em atenção ao Inc. III, do referido art. 63, o(a) Administrador(a) Judicial deverá apresentar relatório circunstanciado a respeito da execução do plano de recuperação.

Liberem-se todas as restrições existentes por decisão proferida nestes autos, bem como àquelas relativas a alienações em favor de terceiros, para possibilitar a transferência do objeto, nos termos do artigo 60, Parágrafo Único da Lei 11.101/2005.

Oficie-se à Junta Comercial do Distrito Federal para fins de anotação da extinção da Recuperação.

Oficie-se ao Juízo da Vara de Falências, onde está a tramitar a Ação de Responsabilização contra a Recuperanda, remetendo-lhe o inteiro teor da presente decisão.

Deixo de declarar o sigilo no trâmite no presente feito, mas quanto aos documentos sigilosos, esses deverão ser devolvidos/entregues ao órgão fiscalizador para subsidiar suas alegações, que, diante da repercussão da ação de responsabilização, em princípio, deverá buscar a apuração de crimes contra a massa de credores não neste Juízo, pois já encerrado o feito, e sim a massa de credores da falida VASP.

Expeçam-se eventuais alvarás de levantamento pendentes de liberação. Dê-se vista ao Ministério Público.

Após a apresentação do relatório pela Administração Judicial, arquivem-se os autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Brasília - DF, quinta-feira, 05/06/2014 às 20h24.

Processo Incluído em pauta : 06/06/2014

292
Rúbrica
GF0AD
05/06/2014